



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

GRACY KELLI MARTINS

**INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NO BRASIL**

**MARÍLIA
2014**

GRACY KELLI MARTINS

**INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) – Linha de pesquisa Produção e Organização da informação – da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da informação

Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes

Financiamento: CAPES – PROJETO DINTER Unesp/ UFC

**MARÍLIA
2014**

Martins, Gracy Kelli
M386i Institucionalização cognitiva e social da Organização e
 Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no
 Brasil / Gracy Kelli Martins. – Marília, 2014
 184 f.; 30 cm.

 Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –
 Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual
 Paulista, 2014.
 Bibliografia: f. 158-171
 Orientador: João Batista Ernesto de Moraes.

 1. Ciência da Informação - Brasil. 2. Organização da
 informação 3. Sociedade do conhecimento. 4.
 Representação do Conhecimento. I. Título.

CDD 025.04

MARTINS, Gracy Kelli. **Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil**. 2014. 184 f. TESE (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

GRACY KELLI MARTINS

**INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) – Linha de pesquisa Produção e Organização da informação – da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

APROVADA EM: 29/ 08 /2014

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes – PPGCI/Unesp
Orientador**

**Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara – PPGCI/USP
Examinadora Externa**

**Profa. Dra. Marisa Bräscher Basilio Medeiros – PGCIN/ UFSC
Examinadora Externa**

**Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães – PPGCI/Unesp
Examinador Interno**

**Prof. Dr. Walter Moreira – PPGCI/Unesp
Examinador Interno**

Aos meus filhos, *Júlia e Fábio Filipe*, que me acompanharam em cada linha e esperaram ansiosamente a conclusão deste trabalho. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre delicados porque nos colocam no risco de, em um lapso de esquecimento, deixar de fora pessoas preciosas.

Dessa forma, agradeço nesse primeiro instante, àqueles que a memória permite lembrar, sem fazer destes exclusivos nesse momento de gratidão.

Agradeço aos meus filhos. Sempre por eles e para eles:

À **Júlia**, pela força dia após dia, restaurando-me em momentos de saudade para que eu jamais esmorecesse. Por me encher de orgulho e me mostrar o quanto é forte, justa e íntegra. Ao **Fábio Filipe (Fabinho)**, pelo companheirismo e crença de que não seria difícil pra mim. Por “aprender a fazer uma tese” para me ensinar, e por nunca deixar que eu dormisse sem me desejar “boa noite”;

Ao **Denysson Ribeiro**, pelo apoio, carinho e companheirismo permanentes e incondicionais, que desejo ter pela vida toda;

À minha mãe **Adeli**, por tudo que me ensinou e por sempre interceder junto a Deus por mim. Sei que muitas bênçãos vêm pelos seus pedidos de mãe;

À **Dona Marly**, minha segunda mãe e meu anjo, por cuidar com tanto esmero dos meus pequenos, para que eu pudesse estudar, desde o primeiro dia da graduação até então;

Ao **Fábio Figueiredo**, exímio exemplo de pai, que cuida dos nossos filhos ao lado da **Família Figueiredo**, com os quais sempre pude contar nessa caminhada;

À **Virginia Bentes**, amiga de todas as horas e conselheira. Sem ela, este sonho não seria possível. Minha grande admiração por sua garra e coragem;

Ao Professor **João Batista**, pela sabedoria, pela paciência, pela atenção e compreensão em momentos difíceis, e por ser “os ombros” nos quais me apoio para ver mais longe;

Ao **Henry**, pelo carinho, pelo ombro amigo, pelos sorrisos, pelas descobertas e superações, que ao lado de **Marcos**, tornam meus dias sempre mais leves, na doce Marília. E por cuidar como seu do meu **Kuki** (companheiro fiel, que está todos os dias ao meu lado, permitindo que a solidão nunca seja uma companhia);

Aos grandes amigos de toda vida **Mônica Gomes, Luis Celestino, Irma Carvalho, André Anderson e Cleide Bernardino**, que mesmo distantes, sempre estão comigo;

À **Gisele**, pelo carinho e companhia nas longas madrugadas, provando que a distância é só um detalhe para os amigos;

À **Aline, Luciana, Bruna e Dunia** pela amizade sincera, pelos dias alegres, pelo apoio sem medidas e por se tornarem amigas pra vida toda;

Aos Colegas do DINTER: **Ariluci, Jefferson, Gabriela, Heliomar, Ticiane, Fátima e Cely**, que também compartilharam desta caminhada e colhem os louros na realização de mais essa etapa em nossa trajetória acadêmica;

Às pessoas queridas do CEDHUM, que sempre me recebem com tanto carinho: ***Profº João Batista e Profº Zé Guimarães, Gilberto, Elane, Suellen, Laura Maria e Andrielli.***

Aos professores da UNESP, pelos ensinamentos e amizade, em especial à ***Profª Marta*** e o ***Profº Oswaldo***;

Aos meus ***Amigos de Juazeiro do Norte***, que nunca me deixam esquecer o quanto faz falta estar ao lado deles;

Um agradecimento especial aos Professores ***Walter Moreira, José Augusto Chaves Guimarães, Marilda Lopes Ginez de Lara e Marisa Bräscher Basilio Medeiros*** por aceitarem nosso convite para compor essa Banca. A vocês, além do agradecimento, minha admiração;

Às pessoas que contribuíram para finalização deste trabalho, que além de grandes amigos são excelentes profissionais: ***Denysson Ribeiro, André Anderson, Henry Poncio, Aline Farias, Luciana Piovezan e Carine Rodrigues***;

Agradeço por fim, à ***Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES*** pelo financiamento do Doutorado Interinstitucional ***DINTER Unesp/UFC***, e a este, nas pessoas da ***Profª Drª Virginia Bentes Pinto e da Profª Drª Ligia Eugênia Cavalcante***, a oportunidade de realizar mais uma qualificação profissional, bem como agradeço à ***Universidade Federal do Ceará – UFC e a Universidade Federal do Cariri*** pela liberação para conclusão desse processo.

[Esta tese nasce de um texto de Foucault]...

....[que] nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia –, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensatas para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do outro.

(Michel Foucault. Prefácio. In: As Palavras e as Coisas, 1966).

RESUMO

A organização e representação do conhecimento (ORC) possuem raízes epistemológicas em tempos longínquos. Está entre as preocupações de âmbito humano, desde as antigas civilizações. Seus processos foram tomados como arte, técnica, até transformar-se em disciplina científica. Hoje, encontra-se no cerne da Ciência da Informação (CI) e direciona grande parte de suas pesquisas teóricas e instrumentais. Na CI brasileira é nominada pela expressão Organização e Representação do Conhecimento, tendo em vista que mesmo sendo considerada uma subdisciplina, ela também se constitui como um campo independente de investigação que permeia outras áreas científicas. Como subdisciplina da CI, interessa aqui investigar sua institucionalização científica em âmbito cognitivo e social. Para avaliação da institucionalização de uma área científica, é necessário que se meça: processos desenvolvidos; grau de coerência; clareza do arcabouço teórico e metodológico; estrutura conceitual; organização de ações mediante divulgação de resultados; e a articulação entre seus pesquisadores. Como elucidação para o problema, esta investigação foi norteadada pela seguinte questão de pesquisa: A ORC, na Ciência da Informação no Brasil, encontra-se institucionalizada cognitivamente e socialmente? Para responder à questão, os seguintes objetivos foram traçados: identificar os níveis de institucionalização social, a partir da avaliação das linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em CI, dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e dos eventos especializados em ORC no Brasil, e mensurar os níveis de institucionalização cognitiva a partir da produção científica especializada e da identidade intelectual dos seus pesquisadores. O universo selecionado para a investigação da institucionalização cognitiva constitui-se dos trabalhos publicados em espaços especializados como os anais do GT2 do ENANCIB (1994-2013) e da ISKO-Brasil (2011/2013). O recorte centrou-se nos autores mais produtivos que possuíam publicações em 50% ou mais das edições de ambos os eventos. Quatorze autores foram selecionados e, destes, 174 trabalhos foram avaliados, através da análise de citação. Os procedimentos metodológicos foram orientados pela Análise de Domínio, a partir de suas abordagens de estudos bibliométricos e análise dos estudos epistemológicos e históricos. A conclusão, oriunda de uma análise combinatória da institucionalização cognitiva e social da ORC, apontou um alto nível de institucionalização social, entretanto, mesmo diante de um compromisso intelectual e objetos de investigação definidos, a variação terminológica no escopo teórico-epistemológico em ORC evidencia aparente fragilidade na institucionalização cognitiva da área no que diz respeito ao aspecto terminológico. As análises realizadas assinalam a necessidade de investigações específicas acerca do arcabouço terminológico/conceitual para que se possa identificar as influências teórico-epistemológicas e as relações científicas que conduzem as ingerências terminológicas em ORC.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação. Institucionalização Cognitiva. Institucionalização Social. Organização e Representação do Conhecimento.

ABSTRACT

The knowledge organization and representation (KOR) have epistemological roots in ancient times. It is among the concerns of human affairs, from ancient civilizations. Their processes were taken as art, technique to transform itself into a scientific discipline. Today, lies at the core of Information Science (IS) and directs much of its theoretical and instrumental research. In Brazilian IS is nominated by the expression Knowledge Organisation and Representation, considering that even being considered a subdiscipline, it also represents an independent research field that permeates other scientific areas. As a subdiscipline of IS interest here investigate its scientific institutionalization in cognitive and social context. To evaluate the institutionalization of a scientific field, it is necessary to measure: developed processes; degree of coherence; clarity of the theoretical and methodological framework; conceptual framework; actions organization by disseminating results; and the relationship between its researchers. As elucidation to the problem, this research was guided by the following research question: is KOR, in Information Science in Brazil, cognitively and socially institutionalized? To answer this question, the following objectives were set: to identify the levels of social institutionalization, from the evaluation of the research lines in postgraduate programs in IS, the research groups registered in the CNPq Directory and specialized events in KOR in Brazil, and measure the levels of cognitive institutionalization from the specialized scientific literature and intellectual identity of its researchers. The selected universe for the investigation of cognitive institutionalization is formed up of papers published in specialized areas such as the annals of the GT2 from ENANCIB (1994-2013) and the ISKO-Brazil (2011-2013). The clipping focused on the most productive authors possessing publications in 50% or more of the issues of both events. Fourteen authors were selected, and of these, 174 entries were judged by citation analysis. The methodological procedures were guided by Domain Analysis, from its approaches to bibliometric studies and analysis of the epistemological and historical studies. The conclusion, derived from a combinatorial analysis of the cognitive and social institutionalization of KOR, showed a high level of social institutionalization, however, even in the face of an intellectual commitment and well defined research objects, terminological variation in theoretical and epistemological scope in KOR shows some institutionalization fragility in the cognitive area concerning the terminology aspect. The analyzes indicate the need for specific inquiries about the terminological/conceptual framework so that it would be identify the theoretical and epistemological influences and scientific relationships that lead terminological interference in KOR.

KEYWORDS: Cognitive institutionalization. Information Science. Knowledge Organization and Representation. Social institutionalization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação e recorte do universo da pesquisa.....	31
Quadro 2 – Dados da análise	31
Quadro 3 - Elementos básicos da análise de domínio	41
Quadro 4 - Especialidade e área de pesquisa	49
Quadro 5 - Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil	65
Quadro 6 - Periódicos Brasileiros – Classificação Qualis	68
Quadro 7 - Instituições de Organização do Conhecimento ligadas à ISKO	104
Quadro 8 – Disciplinas da Biblioteconomia – Rio de Janeiro x São Paulo	108
Quadro 9 - Currículo Mínimo 1962 X Currículo Mínimo 1982.....	109
Quadro 10 – Recomendações dos Encontros Mercosul 1996-2002	111
Quadro 11 – Produção Docente na Área de Organização do Conhecimento	112
Quadro 12 – Linhas de Pesquisa em ORC por Programa de Pós-Graduação em CI..	118
Quadro 13 - I ENANCIB	124
Quadro 14 – II ENANCIB	124
Quadro 15 – III ENANCIB.....	125
Quadro 16 – IV ENANCIB	126
Quadro 17 – V ENANCIB	126
Quadro 18 – VI ENANCIB	127
Quadro 19 – VII ENANCIB	128
Quadro 20 – VIII ENANCIB.....	128
Quadro 21 – IX ENANCIB	129
Quadro 22 – X ENANCIB	130
Quadro 23 – XI ENANCIB	130
Quadro 24 – XII ENANCIB	131
Quadro 25 – XIII ENANCIB	132
Quadro 26 – XIV ENANCIB	133
Quadro 27 – I ISKO-BRASIL	140
Quadro 28 – II ISKO-BRASIL	142
Quadro 29 – Discussão sobre a Institucionalização Social da ORC	144
Quadro 30 – Autores da Fase de Consolidação	148
Quadro 31 – Autores da Fase de Estruturação.....	149
Quadro 32 – Autores mais citados	150

Quadro 33 – Base teórico-metodológica	153
Quadro 34 – Discussão da Institucionalização Cognitiva em ORC	154

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Periódicos em CI.....	119
Gráfico 2 – Grupos com Linhas de Pesquisa em ORC	121
Gráfico 3 – Grupos de Pesquisa em ORC por Instituição	122
Gráficos 4 e 5 – Produção Científica I ENANCIBx GT2.....	133
Gráficos 6 e 7 – Produção Científica II ENANCIB x GT2	134
Gráficos 8 e 9 – Produção Científica III ENANCIB x GT2.....	134
Gráficos 10 e 11 – Produção Científica IV ENANCIB x GT2.....	134
Gráficos 12 e 13 – Produção Científica V ENANCIB x GT2	135
Gráficos 14 e 15 – Produção Científica VI ENANCIB x GT2.....	135
Gráficos 16 e 17 – Produção Científica VII ENANCIB x GT2	135
Gráficos 18 e 19 – Produção Científica VIII ENANCIB x GT2.....	136
Gráficos 20 e 21 – Produção Científica IX ENANCIB x GT2.....	136
Gráficos 22 e 23 – Produção Científica X ENANCIB x GT2	136
Gráficos 24 e 25 – Produção Científica XI ENANCIB x GT2.....	137
Gráficos 26 e 27 – Produção Científica XII ENANCIB x GT2	137
Gráficos 28 e 29 – Produção Científica XIII ENANCIB x GT2.....	137
Gráficos 30 e 31 – Produção Científica XIV ENANCIB x GT2.....	138
Gráfico 32 – Produção Científica ENANCIB total x GT2 total	138
Gráfico 33 – Estabilidade GT's 2011/2012/2013 x GT2	139
Gráfico 34 – Nacionalidade dos autores	141
Gráfico 35 – Nacionalidade dos autores	143
Gráfico 36 – Termos recorrentes em ORC	146
Grafo 1 – CAMPOS, Maria Luiza de Almeida.....	151
Grafo 2 – GUIMARÃES, José Augusto Chaves	151
Grafo 3 – FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	152
Grafo 4 – KOBASHI, Nair Yumiko.....	152
Grafo 5 – LARA, Marilda Lopes Ginez de	153

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 A construção da pesquisa.....	28
2.2 Delineamentos da pesquisa	29
2.3 Critérios de seleção dos dados	32
2.4 Procedimentos técnico-metodológicos	34
2.4.1 <i>Análise de Domínio</i>	34
2.4.1.1 <u>Bibliometria</u>	36
2.4.1.2 <u>Estudos epistemológicos, críticos e históricos</u>	38
2.4.2 <i>Análise de Domínio Descritiva</i>	40
3 INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA.....	43
3.1 Institucionalização Cognitiva	45
3.2 Institucionalização Social.....	46
3.3 Especialidades e áreas de pesquisa	47
3.4 O registro institucionalizado de nascimento da Ciência da Informação.....	53
3.5 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil	62
4 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: uma disciplina interdisciplinar.....	74
4.1 A identidade interdisciplinar da ORC.....	74
4.2 Organização e Representação do Conhecimento como disciplina científica.....	94
4.3 Organização e Representação do Conhecimento na CI Brasileira	106
5 ANÁLISE DOS DADOS	117
5.1 Institucionalização Social da ORC no Brasil	117
5.1.1 <i>Programas de Pós-Graduação: linhas de pesquisa em ORC</i>	117
5.1.2 <i>Grupos de pesquisa</i>	120
5.1.3 <i>Eventos especializados em ORC</i>	123
5.1.3.1 <u>ENANCIB's</u>	123
5.1.3.2 <u>ISKO-Brasil</u>	139

<i>5.2 Institucionalização Cognitiva da ORC</i>	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	158
APENDICE A – Variações para Organização e Representação do Conhecimento nos Artigos Analisados	172
APENDICE B – Artigos Analisados	174
APENDICE C – Grafo de Relação de Citação	184

1 INTRODUÇÃO

A organização e representação do conhecimento e a organização e representação da informação são expressões largamente adotadas na Ciência da Informação, por responderem pela complexidade de ações de ordenação e representação dos estoques informacionais. Essa complexidade também é encontrada em suas essências, dada à dimensão conceitual que se pressupõe nas suas definições. Ambas configuram “os processos centrais da cadeia documental e vitais para o ciclo informacional” (BRÄSCHER, 2012, p. 11).

A organização e representação do conhecimento (ORC) possui raízes epistemológicas em tempos longínquos. Está entre as preocupações de âmbito humano, desde as civilizações existentes antes de Cristo; permeou os mitos, as investigações metafísicas, matemáticas, biológicas e históricas. Foi aprofundada por filósofos, discutida por documentalistas e bibliotecários, ordenou acervos em mosteiros, gabinetes de curiosidade e arquivos contábeis na Mesopotâmia. O registro de maior relevância lendária, referente aos processos de organização documental, encontra-se expresso na narrativa da maior Biblioteca da história, a Biblioteca de Alexandria (ORTEGA, 2004).

Os processos de organização do conhecimento foram tomados como arte, prática e técnica até transformarem-se em disciplina científica. Hoje, encontram-se no âmago da Ciência da Informação (CI) e direcionam grande parte de suas pesquisas teóricas e instrumentais. Organização do Conhecimento (OC), Representação do Conhecimento (RC), Organização da Informação (OI), Representação da Informação (RI) são algumas das denominações utilizadas na literatura da área de Ciência da Informação, mas possivelmente não parecem se referir a um mesmo conceito, tendo em vista que, aparentemente, não possuem o mesmo significado. Possuem, antes de tudo, uma autonomia semântica, mesmo permitindo uma conotação extremamente ampla.

Benveniste (1976) elucida que toda ciência tem como marca existencial o desenvolvimento de terminologia própria a partir da imposição de seus conceitos, tendo em vista que toda nova concepção teórica visa uma terminologia que a denomine e a legitime. Com base em Benveniste (1976), Lara (2011, p.92) retoma o cerne da questão conceitual já discutida e rediscutida no âmbito da CI, e mais precisamente no “subcampo da Organização e Representação do Conhecimento”, quando expressa que “as condições de visibilidade de uma ciência dependem de seu vocabulário” que, neste caso específico, apresenta dificuldades de

entendimento entre seus conceitos e na ausência de harmonização entre eles. Reconhecidamente, a ORC está classificada como uma especialidade ou subcampo da CI, no entanto, mesmo sendo considerada uma subdisciplina da CI, ela também se constitui como um campo independente (SEMIDÃO; ALMEIDA; MOREIRA, 2013).

O legado da ORC encontra-se presente desde os mais antigos estudos filosóficos e de ordem biblioteconômica e visivelmente expandiu-se mediante as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o que parece contribuir com sua diversidade terminológica. Entretanto, como subdisciplina da CI, interessa aqui compreender um problema recorrente nessa área de especialidade: sua própria denominação, que não apresenta consonância, em específico na literatura brasileira, acerca da terminologia que a denomina, evidenciando assim, uma pluralidade na sua concepção teórica (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008; LARA, 2011; MARTINS; MORAES, 2013).

Para permitir maior clareza nas afirmações acima, Lara (2011) realizou uma busca preliminar na base BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação –, no qual buscou identificar o estágio da terminologia sobre o tema ORC no Brasil, que segundo a autora, revelou uma variação terminológica na literatura coberta. Martins e Moraes (2013), em recente pesquisa nos periódicos da área no Brasil, também evidenciaram tal pluralidade de termos, que em sua maioria são empregados para um mesmo assunto, bem como o grande número de teóricos citados que, conseqüentemente, apontam a instabilidade do desenvolvimento conceitual da área (MARTINS; MORAES, 2013).

Considerando a CI como uma jovem ciência, esta se encontra em processo de observação e experiência buscando autonomia enquanto campo científico (BOURDIEU, 2004¹). Analisando a dinamicidade de seu objeto científico – a informação – é possível também somar às suas características a mutabilidade, dada sua dissociável ligação às TIC. Denominada como interdisciplinar, sua constituição tomou por empréstimo métodos e teorias de outras ciências e conseqüentemente esse processo exigiu não apenas a adoção de termos oriundos de outras áreas, como a adequação e estruturação para formação de um vocabulário próprio e específico da grande área e de suas subdisciplinas.

¹ Obra traduzida do Original “ *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique* ”, apresentado na conferência *Sciences en Questions*, Paris, 11 de março de 1997.

A constituição do campo e subcampos científicos são determinadas, segundo Bourdieu (2004, p. 29) pela “estrutura das relações objetivas” estabelecidas entre os agentes (indivíduos ou instituições), que determinam os limites e a leis específicas dessa estrutura e a distribuição do seu capital científico, que consiste no reconhecimento atribuído pelos pares no interior do campo científico e apresenta-se como indicador de autonomia do campo (BOURDIEU, 2004). Como campo científico, Bourdieu (2004) define o universo intermediário entre a produção científica e o contexto social, sendo este campo um universo social como os outros, que, no entanto, se difere dos demais por produzir, reproduzir e difundir a ciência a partir de leis sociais específicas. Logo a noção de campo designa:

[...] esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A autonomia medida no campo e seus subcampos é também percebida entre as instituições. Essa autonomia torna-se visível através da capacidade do campo em refratar, retraduzindo e adequando sob uma forma específica as demandas externas. Essa retradução, também evidenciada entre os subcampos, é determinada pela estrutura das relações objetivas, e estas, comportam as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas estudados, os objetos tomados para investigação entre os diferentes agentes, que são os princípios do campo. Cada campo define sua constituição por meio da “estrutura de distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Cada campo define-se como um lugar de uma forma específica de capital: produto simbólico de conhecimento e reconhecimento atribuídos pelos pares-concorrentes no seu interior. Este capital, dividido em institucional e institucionalizado, caracteriza-se por ser político e temporal, definidor de posições de ocupação nas instituições, como direção de centros, laboratórios e departamentos, comitês de avaliação, entre outros. Sua outra forma caracteriza-se pelo prestígio individual, que repousa sobre o reconhecimento de seus pares. Esse reconhecimento legitima as pesquisas, origina e refuta teorias, estabelece os limites e a expansão das produções científicas e permite a especificidade da linguagem do campo.

Ambos capitais constituem o crescimento do campo, tanto por um poder político como pela produção que definirá sua autonomia. Ambos, que não possuem características financeiras, são um tipo de reconhecimento, em níveis distintos, sobre uma determinada competência e regem os direcionamentos que orientam as “relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

De forma objetiva, sob critérios e sem contrapor a Bourdieu (2004), Whitley (1974) denomina institucionalização científica como as forças formadoras do campo, já postas pelo autor francês. Para Whitley (1974, p. 70), a ciência “consiste em uma variedade de estruturas cognitivas com vários níveis de fechamento, coerência e articulação e que o modo de variação dessas estruturas tem consequências para seu desenvolvimento” e estabelecem sua institucionalização. O conceito de institucionalização adotado por Witley (1974) se refere à padronização de ações e significados dentro de uma área e o nível de coerência e organização dessas ações e percepções. A extensão das articulações à aderência das ideias, constituem os níveis de institucionalização.

Assim como no campo científico, a institucionalização compreende níveis de avaliação em suas vertentes cognitiva e social. Em específico, a institucionalização cognitiva, a partir de seu conjunto de situações-problema, busca identificar se há, dentro da área analisada, semelhanças cognitivas e consenso quanto às investigações de seus fenômenos, sem a necessidade de dispor de definições idênticas. Nessa avaliação, quanto maior o consenso na definição do objeto/fenômeno, incluindo seu arcabouço conceitual, e aplicação de técnicas apropriadas e resultados significativos, maior será o nível de institucionalização cognitiva da área científica. A institucionalização social evidenciará a formação especializada, as redes de relacionamento, a divulgação de resultados de pesquisa e a cooperação entre pesquisadores e especialidades. Não é incomum que haja variação de níveis entre a institucionalização cognitiva e social, no entanto, uma sempre será dependente da outra na garantia da institucionalização científica.

O arcabouço conceitual é expresso como um fator predominante na avaliação do nível cognitivo, uma vez que tal especificidade emprega à área uma distinção e autonomia científica diante de suas áreas correlatas, constituindo-se como parte do capital científico e assegurando o reconhecimento entre os pares. Dessa forma, para expor modelos dominantes de conhecimento e alcançar níveis altos de institucionalização e autonomia no campo, as

comunidades científicas deverão desenvolver peculiaridades de estudo baseadas em mecanismos descritivos bem articulados (WHITLEY, 1974).

Fixam-se nesse contexto as múltiplas direções de estudo da ORC², permitindo que sua investigação tome por abordagem a teoria do conhecimento “com o estabelecimento de divisões de tipologias de conhecimento” e o “enfoque nas formas idiossincráticas de definição de significado social a termos linguísticos” até a “elaboração de sistemas de organização voltados a domínios específicos de conhecimento” (SEMIDÃO; ALMEIDA; MOREIRA, 2013, p. 591). Partindo dessas práticas investigatórias, parece difícil traçar um quadro panorâmico de todos os estudos situados nas pesquisas de ORC em CI. Entretanto, Lara (2011) pondera que diante dessa diversidade teórica e pragmática, “é necessário que seus termos e conceitos sejam explícitos e que correspondam a sistemas de conceitos coerentes”, em oposição à dispersão terminológica que dificultará não só a comunicação e compreensão dos elementos analisados, como também a divulgação e delimitação científica para fundamentar suas teorias.

A legitimidade de termos e conceitos, no entanto, não depende apenas de sua proposição. Por um lado, ela é assegurada pelos discursos que propõem reflexões de natureza teórica a partir de generalizações oriundas da prática; por outro, pela sua validação por parte da comunidade científica que constitui a área de especialidade em causa (LARA, 2011, p. 93).

Bräscher e Café (2008, p. 2) trouxeram à baila, de forma bem específica, o questionamento sobre a eficiência da comunicação científica a partir da precisão no uso de termos e seus respectivos conceitos. Em especial o artigo centra sua apreciação na área da CI e na adoção dos termos “organização da informação” e “organização do conhecimento”, no qual as autoras esclarecem que “a análise do emprego desses termos nesses contextos revela falta de clareza quanto à delimitação do conceito”, sendo, dessa forma, utilizados um no sentido do outro e por vezes empregados conjuntamente: organização da informação e do conhecimento (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 2).

² Adotar-se-á OC quando mencionada a grande área de múltiplos estudos, que permeia todas as ciências, e ORC quando referir-se especificamente à área de investigação dentro da Ciência da Informação. A opção por “Organização e Representação do Conhecimento”, no decorrer da pesquisa, orienta-se por esta ser a nomenclatura adotada para definir o Grupo de Trabalho (GT2) no interior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ANCIB, no Brasil, que trabalha com a especialidade em questão. Também é assim reconhecida no âmbito da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO, tanto nacional, como internacionalmente.

As variações são identificadas por outros autores, que tomam como exemplo a reunião de textos para formação de um livro que possuem a dubiedade terminológica para designar assuntos semelhantes. Essa dubiedade também é expressa, de acordo com as autoras, na literatura internacional (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008). O artigo, tomado como motriz para a presente pesquisa oferece um pertinente esclarecimento conceitual de conhecimento e informação e discorre sobre uma proposta conceitual preliminar para as áreas de Organização da Informação (OI), Organização do Conhecimento (OC), Representação da Informação (RI) e Representação do Conhecimento (RC). “Essa proposta apoia-se no pressuposto de que a informação e conhecimento são conceitos distintos e, portanto, OI e OC e RI e RC também o são” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.2).

Lara (2011, p.94) corrobora afirmando que:

A literatura brasileira usa simultaneamente os termos “Organização da informação” e “Organização do Conhecimento”: Ora esses termos aparecem associados, ora são utilizados para falar de coisas distintas. Também é frequente a utilização do termo Representação, muitas vezes com um sentido próximo ou sinônimo de Organização da informação [grifos do autor].

Buscando aporte em áreas distintas à CI, mas permutáveis em investigação científica, Maturana e Varela (2001, p.34) consideram que uma explicação científica “é sempre uma proposição que reformula e cria as observações de um fenômeno”, e este se compõe de um sistema de conceitos aceitáveis por uma comunidade que compartilha um critério de validação. Esse critério de validação é adquirido pela explicação científica, que difere essa das demais definições cotidianas. O critério de validade da explicação científica está no modo como gera um sistema explicativo científico sobre um determinado fenômeno. E esta explicação será considerada satisfatória quando for capaz de propor “um sistema conceitual capaz de gerar o fenômeno cognitivo como resultado da ação do ser vivo”, entendendo o conhecer como ação efetiva que permite potenciais descrições e reflexões sobre tais proposições explicativas e suas conexões com fenômenos como a comunicação e a linguagem (MATURANA, VARELA, 2001, p. 36). É preponderante observar que o critério de valor diz respeito ao reconhecimento dado pelos pares, dentro de uma comunidade científica e, nesse contexto, termo e conceitos (como forma e conteúdo indissociáveis) formam o sistema conceitual responsável pela validade da definição científica que será legitimada por sua comunidade, garantindo assim a institucionalização cognitiva e a valoração de seu capital científico. É a partir da constituição do capital científico da área que esta declarará sua autonomia. Lara (2001, p. 94) reforça essa colocação em ORC quando pontua que:

A visibilidade e a fixação terminológica dependem, por esse motivo, do jogo entre as instâncias institucionais e as de propriedade científica. Ao poder argumentativo do discurso que propõe uma série de conceitos se associa a inserção e reconhecimento dos proponentes no campo científico ou profissional.

Como elucidação para o problema, a pesquisa identificou, a partir dos critérios propostos por Whitley (1974), os níveis de institucionalização da ORC no âmbito da CI brasileira, por meio da extração de indicadores, entre eles, bibliométricos. Para os níveis sociais a pesquisa centrou-se nas instituições de formação especializada, grupos de pesquisa e eventos especializados. Com relação à institucionalização cognitiva, os esforços centraram-se na identificação dos autores com maior número de produção científica para a área, no interior dos eventos especializados, considerando as publicações em tempo e regularidade. Para o recorte essencial desse universo, considerando o número de autores participantes (355), foram estabelecidos critérios, em conjunção com o escopo social (formação especializada, atuação junto a grupos de pesquisa, reconhecimento pelos pares) e destes extraído um conjunto de publicações para avaliação do lastro de referencial teórico que evidencia os discursos, em ORC, por meio da comunicação científica.

A adoção da Análise de Domínio orientou não apenas os indicadores bibliográficos, mas também permitiu que estes pudessem ser interpretados à luz dos estudos epistemológicos e históricos, imbricados na constituição da CI, em específico no desenvolvimento da ORC no Brasil e seus principais atores: autores e pesquisas desenvolvidas na estruturação e consolidação dos grupos científicos e promotores da comunicação científica que propulsiona novas investigações em ORC. Hjørland (2002) postula que a análise bibliométrica de domínio é uma abordagem importante, tendo em vista que seus indicadores evidenciam de forma detalhada a conexão real de documentos e por meio desta, as ligações que representam a proximidade entre autores, pesquisas, campos científicos, regiões geográficas, entre outros indicadores. Dessa maneira, para interpretação de dados bibliométricos é necessária a adoção de abordagens que incluam estudos históricos e epistemológicos, uma vez que, tais estudos são capazes de enfatizar o desenvolvimento da terminologia, de categorias, de literaturas, de gêneros e sistemas de comunicação, de uma área. Para o autor, “todas as outras abordagens, para a análise de domínio, tornam-se superficiais se a epistemologia é negligenciada” (HJØRLAND, 2001, p. 440).

Para Tennis (2012, p. 12), é necessário, no processo de análise de domínio, “levar em conta a função do tempo quando analisarmos as evidências dos conceitos em um domínio, assim

como as diferentes posturas epistêmicas potenciais”. Tais dados evidenciarão a transição das pesquisas e a aceitação ou refutação das teorias e análises sobre os objetos científicos e a posição discursiva de seus autores. De acordo com Francelin (2010), tais discursos refletem as escolhas teórico-epistemológicas e estão concentrados em um conjunto de publicações que evidencia um universo de conhecimento e traça, a partir do trabalho do pesquisador, seu processo epistemológico e a consolidação de seu capital intelectual. Essas publicações científicas são os construtos relacionais que fundamentam as opiniões de um ou mais autores, por meio do discurso científico de autores que os precederam, e no qual “as influências teóricas e metodológicas se manifestam, via de regra, por meio de citações” (FRANCELIN, 2010, p. 120).

Dessa forma, a extração das citações e dos termos mais usuais no interior dos artigos publicados nos anais do ENANCIB e ISKO-Brasil, apontou os teóricos que conduzem as pesquisas em ORC, e a forma mais usual e nominal da área de ORC, no escopo da CI. Os procedimentos metodológicos aqui adotados não visaram a uma proposta conceitual, mas à identificação do nível de institucionalização cognitiva, com base na adoção, por parte dos autores brasileiros, dos termos e correntes teórico-epistemológicas presentes em suas publicações. A análise da institucionalização social também foi pertinente para identificar como se encontram as bases de estudos na área de ORC, considerando que o nível de institucionalização cognitiva depende da institucionalização social, e esta só estará consolidada mediante a primeira.

Compreendendo, como expôs Francelin (2010, p. 121), que a análise de citação “não se presta a avaliar a qualidade dos trabalhos”, a proposta desta pesquisa não questiona qual é o conceito ou corrente teórica definidores da ORC para a Ciência da Informação brasileira, e sim, quais autores dispõem de reconhecimento dentro da coletividade científica, revelando a identidade intelectual da área que reflete seus indicadores de institucionalização científica em âmbito social e cognitivo.

O problema da pesquisa

Diante do quadro atual, epistemológico-histórico e terminológico, sobre a ORC, propôs-se investigar qual a atual situação da institucionalização científica da ORC no Brasil, tendo como campo de estudos a Ciência da Informação. Essa área de especialidade tem apresentado um fortalecimento a partir de investigações inovadoras, substancial produção sobre suas áreas

de pesquisa e fortalecimento político, tornando-se célula da *International Society for Knowledge Organization*, com a realização do Congresso ISKO-Brasil. No entanto, a partir das colocações acima citadas e em observação às tendências que norteiam o futuro da organização da informação e/ou organização do conhecimento no Brasil, tomaremos com pergunta norteadora para essa pesquisa, a seguinte questão:

A área de Organização do conhecimento, na Ciência da Informação no Brasil, encontra-se institucionalizada cognitivamente e socialmente?

Hipótese

Como constatação provisória para a questão acima acionada propôs-se a seguinte hipótese:

Por apresentar um núcleo teórico-epistemológico interdisciplinar, as definições terminológicas na área de CI são problemas recorrentes. Considerando a ORC como parte significativa dos processos teóricos e instrumentais da CI, tais problemas podem refletir diretamente na área em questão.

Objetivos

Com base na contextualização do objeto exposto, na questão ordenadora e na hipótese, os seguintes objetivos orientaram a pesquisa:

Objetivo Geral

Investigar a institucionalização social e cognitiva da área de organização do conhecimento, na Ciência da Informação, no Brasil.

Objetivos específicos

- Realizar um resgate histórico sobre a constituição da organização e representação do conhecimento, enquanto disciplina da Ciência da Informação, no Brasil;
- Identificar eventos, congressos e publicações específicas da área da organização e representação do conhecimento para discorrer sobre o nível de institucionalização social da ORC na Ciência da Informação brasileira;
- Destacar o referencial teórico da ORC, com base na análise de citação na literatura especializada da área, a fim de discutir o nível de institucionalização cognitiva da ORC na Ciência da Informação brasileira.

Universo de pesquisa e processo metodológico

Tomando por base os objetivos, esta pesquisa se caracterizou como uma investigação bibliográfica, conduzida pela a Análise de Domínio e orientada pelas abordagens de estudos bibliométricos, estudos históricos e epistemológicos (HJØRLAND, 2002). Para a extração dos dados foi adotada a pesquisa quantitativa, na validade da análise de citação, reunindo um corpus bibliográfico de 226 grupos de pesquisa, 14 Programas de Pós-Graduação e dois eventos especializados dos quais somaram juntos 431 artigos e 371 autores. Cada um dos artigos foi submetido à busca por termos como “organização” e “representação”, considerando o título, palavras-chave (quando houvesse) e texto completo, extraíndo as expressões utilizadas. Destes, 98 artigos não apresentaram nenhuma expressão exata ou similar, e os demais somaram 68 variações (APÊNDICE A).

Para avaliação da identidade intelectual, como critério inicial, foram selecionados os autores com maior número de publicações nos anais de ambos os eventos, e que apresentaram participação igual ou superior a 50% das edições realizadas (em média 07 participações ou mais nos eventos do ENANCIB e pelo menos em uma das edições da ISKO-Brasil). Entre os autores elencados, foram estabelecidos novos critérios como: vínculo com programa de pós-graduação que possua linha de pesquisa em ORC; orientações realizadas em nível de mestrado e doutorado; cadastro como líder ou membro em grupo de pesquisa cadastrado no Diretório do CNPq; e bolsista de produtividade CNPq.

O recorte resultou em 14 autores brasileiros e 174 artigos (APÊNDICE B), dos quais dois destes artigos estão publicados em parceria entre dois autores do grupo analisado. Desse universo foram extraídos 1954 autores citados, referenciados 3610 vezes. Diante do alto volume destes últimos dados, decidiu-se considerar, como análise exequível, a seleção de 0,6% dos autores citados, indicando um recorte de 12 autores, que receberam menção, no mínimo, em 0,55% das citações, correspondendo a aproximadamente 20 artigos ou mais. Os 12 autores estão divididos igualmente entre brasileiros e estrangeiros, no entanto, foram considerados apenas os brasileiros para avaliação da rede de citações, refazendo a seleção de referências de forma individual, identificando assim, quais as bases teórico-epistemológicas conduziram e conduzem as pesquisas em ORC, no Brasil. Para melhor compreensão e análise,

todo delineamento pormenorizado do processo metodológico encontra-se exposto no próximo capítulo.

Estrutura do trabalho

A tese encontra-se estruturada em seis capítulos.

O primeiro capítulo é introdutório, no qual se encontram expostos a motivação na escolha do tema, o problema da pesquisa, a hipótese, os objetivos, o universo da pesquisa e a descrição sumariada do processo metodológico.

O segundo detalha o roteiro dos procedimentos metodológicos descrevendo a construção e delineamento da pesquisa, critérios de seleção do recorte investigado, polo técnico e a descrição do método de Análise de Domínio, adotado para avaliação dos dados de institucionalização cognitiva e institucionalização social.

No terceiro capítulo são descritos os conceitos e níveis de análise da institucionalização cognitiva e social das ciências, a partir da teoria de Whitley (1974), a constituição histórica da institucionalização da CI, evidenciando os eventos que a caracterizaram como ciência e constituíram seu arcabouço epistemológico, e seu atual cenário de institucionalização científica, no Brasil.

O quarto capítulo, responde pela abordagem histórico-epistemológica de análise e traça as vertentes de organização e representação do conhecimento no contexto da filosofia, linguística e sociologia, áreas que sempre mantiveram estreitas relações com a CI e em especial com a ORC, e aborda a construção histórica e científica da ORC enquanto disciplina no âmbito da CI.

O quinto capítulo elenca, a partir dos critérios definidos, o corpus investigado e a análise dos indicadores extraídos desse recorte. São identificados os níveis de institucionalização social e cognitiva, com a exposição quantitativa e qualitativa dos dados em forma de gráficos, quadros e grafos a fim de ilustrar os resultados obtidos.

Por fim, o capítulo de número seis encerra provisoriamente o estudo aqui apresentado e relata as conclusões e percepções do processo de investigação, discutindo os limites e as contribuições da pesquisa, bem como sugerindo perspectivas para estudos futuros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa científica pode ser iniciada a partir de observações sobre a realidade. Tais observações provocam inquietações científicas no pesquisador e podem gerar contribuições no processo de construção de conhecimento em sua área de atuação. No desenvolvimento de uma pesquisa científica, o pesquisador assume compromissos junto aos procedimentos investigativos, porém “toda e qualquer técnica de análise tem limites e deficiências”, assim como o desenvolvimento da pesquisa requer que o pesquisador “conheça os princípios, natureza e impacto dos compromissos ao assumi-los” (BAQUERO, 2009, p. 7).

Nesse escopo, Minayo e Deslandes (2004, p.34) expõem que a construção do trabalho científico permite ao pesquisador a “definição cartográfica de escolhas para abordar a realidade”, identificando um objeto de investigação e maneiras para investigá-lo. Essa etapa de reconstrução da realidade traz dimensões importantes e interligadas, que responderão pela sua estrutura técnica, baseada em regras para a realização dos procedimentos de pesquisa e por uma estrutura política e social, baseada nas escolhas políticas do pesquisador e na contribuição científica para construção de novos conhecimentos.

Faz-se pertinente mencionar que a produção de conhecimento estabelece, nas ciências, sua institucionalização tanto cognitiva quanto social. O pesquisador é, nesse contexto, o responsável direto por tais institucionalizações e produtor do capital intelectual que irá definir o campo científico. Suas escolhas, seus posicionamentos, seu comprometimento e suas propostas científicas terão reflexo direto nas dimensões de sua pesquisa e, conseqüentemente, na institucionalização da sua área de atuação. De acordo com Whitley (1974, p. 78, tradução nossa), “os cientistas são seres sociais e a ciência é uma atividade social, no qual, a coerência no entendimento científico é uma expressão dessa atividade”.

A comunicação científica é a principal via de divulgação das pesquisas e seus resultados, registro de conhecimentos, colaboração entre os pares e mecanismo indispensável à atividade científica, uma vez que a comunicação científica favorece o produto (produção científica) e os produtores (pesquisadores), fornecendo visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores estão inseridos (TARGINO, 2000). As pesquisas, de modo geral, resultam em publicações categorizadas por literatura científica, que compreendem não só a divulgação do andamento e resultado da pesquisa como também a exposição ao julgamento do trabalho por seus pares. De acordo com suas características, podem ser reconhecidas como

produções de comunicações formais ou informais. O processo de comunicação científica tem sido objeto de “estudos que abordam tanto a comunicação formal, que ocorre através da literatura, quanto à comunicação que acontece informalmente, por meio de contatos pessoais” (CAMPELLO, 2000, p. 48).

A literatura científica reflete os níveis de pesquisa e a amplitude do campo científico, bem como suas relações com o desenvolvimento econômico e social. Além do processo de disseminação, tais publicações são essenciais para análise da prática científica a partir de indicadores de produção científica. De acordo com Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (2004, p. 05):

Os indicadores podem ser compreendidos como dados estatísticos usados para medir algo intangível, que ilustram aspectos de uma realidade multifacetada. A construção e uso de indicadores de produção científica são objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, sendo usados tanto para o planejamento e a execução de políticas para o setor como também para que a comunidade científica conheça melhor o sistema no qual está inserida.

Para que os indicadores científicos sejam extraídos é necessária a adoção de métodos estatísticos. Na CI essa extração ocorre pelo uso da Bibliometria que, entre seus enfoques, apresenta a análise de citações como método para identificar os autores mais citados, o número de produção por autor, a elite de pesquisa, a frente de pesquisa, a procedência institucional e/ou geográfica, as fontes mais utilizadas, permitindo identificar e descrever padrões na produção do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006).

Para Hjørland (2002), uma análise adequada dos estudos bibliométricos deve contar também, dentro da análise de um domínio específico, com estudos históricos, epistemológicos e críticos. Essa proposta reforça as colocações de Bufrem (2001) ao defender que as trajetórias metodológicas, em especial em Ciência da Informação, por seu caráter interdisciplinar, permitem a adoção da diversidade de enfoques na pesquisa da área, sem que haja o predomínio de um único enfoque, seja ele qualitativo ou quantitativo.

De acordo com Tennis (2012), a Análise de Domínio é comumente aplicada nos estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação desde o início do século XX, sendo claramente definida a partir das publicações de Hjørland e Albrechtsen, em 1995. No Brasil, ela tem sido aplicada de forma mais acentuada nas pesquisas de ORC, visto que mesmo tendo enfoques bibliométricos, permite a aplicação de métodos qualitativos proporcionando avaliações mais precisas sobre a informação. A tendência em optar por tais métodos indica inicialmente o

fortalecimento da institucionalização científica cognitiva e social uma vez que, para Whitley (1974, p. 71, tradução nossa), “uma área é altamente institucionalizada quando os cientistas compartilham uma atitude comum em relação a seus objetivos, métodos e ideias de explicação”.

Com o objetivo de identificar a institucionalização científica da ORC no Brasil, recorreu-se à Análise de Domínio, na seleção de suas abordagens epistemológica, histórica e bibliométrica, para identificação e extração de indicadores científicos e análise dessa estrutura da forma mais precisa e adequada, reconhecendo que, como não há semelhança entre as áreas do conhecimento, nem mesmo entre as subáreas de uma mesma ciência, faz-se necessário a realização de pesquisas que contemplem comunidades discursivas específicas e gere indicadores próprios.

2.1 A construção da pesquisa

Assinalar o nível de institucionalização de uma área de especialidade requer a análise de pontos distintos e conexos. Para Whitley (1974), o conceito de institucionalização refere-se a padrões e significados e a distinção da institucionalização cognitiva e da institucionalização social é importante para “analisar as diferenças na extensão da coerência e coesão entre produtos intelectuais, seu modo de produção, e as circunstâncias sociais em torno de sua produção, avaliação e revisão”, no entanto, ambas encontram-se na esfera social do fazer da ciência. “O nível de coerência e organização de ações e percepções e a extensão das articulações à aderência das ideias constituem o nível de institucionalização” (WHITLEY, 1974, p. 71, tradução nossa).

Produção de conhecimento e divulgação científica são ações direcionadas ao campo social, evidenciando o capital intelectual do campo, ou seu subcampo, e fortalecendo sua institucionalização científica. Diante do caráter pluralista da ciência, não é possível medir um nível cognitivo com os mesmos padrões do nível social, como também, poderão ocorrer diferentes níveis cognitivos dentro de uma única ciência. O reconhecimento da institucionalização de um campo científico é medido com base em seus aspectos cognitivos e sociais sob a análise dos seguintes critérios, elencados na teoria de Whitley (1974):

Institucionalização Cognitiva:

- Consenso relativo à descrição e avaliação do trabalho científico;
- Entendimento coerente e integrado dos objetos de análise;
- Compromisso e concordância na ordem intelectual da área, referentes a definições comuns e uso de termos técnicos;
- Compromisso correspondente a modelos explanatórios: conjunto de técnicas ou teorias que permitem a articulação entre pesquisadores;
- Natureza previsível do trabalho de um cientista e identidade cognitiva: dado seu interesse em seu campo de atuação.

Institucionalização Social:

- Acordo e compromisso entre cientistas;
- Formação de comunidades científicas;
- Identidade social: eventos, periódicos, unidade organizacional;
- Formação de especialistas na área;
- Vagas em universidades reservadas a especialistas da área em questão;
- Oferta de disciplinas temáticas que contemplem a especialidade;
- Número de universidades que contemplam os itens acima.

2.2 Delineamentos da pesquisa

Levando em consideração os objetivos da pesquisa elegeu-se como estratégia de investigação a pesquisa bibliográfica, a análise de domínio e a bibliometria por meio do recurso de análise de citação. A pesquisa bibliográfica é uma estratégia presente em qualquer pesquisa científica, visto que faz uso de referências publicadas em livros, periódicos científicos, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, anais de congressos, entre outros, para explicar e discutir um assunto (MARTINS, THEÓPHILO, 2009). Para Marconi e Lakatos (2006, p.71) “a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”, permitindo ao pesquisador um contato com tudo que já foi dito e publicado sobre o assunto. A

presente pesquisa não se centrará apenas na construção da plataforma teórica de estudo, mas conduzirá a investigação via o método bibliométrico.

Para atender aos objetivos da pesquisa, recorreremos às seguintes fontes de dados para análise da institucionalização cognitiva:

- Anais do GT2 do ENANCIB, de 1995 a 2013;
- Anais do I e II ISKO BRASIL, de 2011 e 2013, respectivamente.

De forma complementar, objetivando analisar a institucionalização social, executamos a coleta de dados nas seguintes fontes informacionais:

- Relação dos Grupos de Pesquisa, cadastrados no CNPq e que contemplem a área de OC em suas pesquisas;
- Levantamento dos programas de Pós-Graduação em CI, que ofertam linhas de pesquisa em OC.

Vale ressaltar que, no primeiro momento de coleta de dados, uma das fontes para extração dos dados contemplava os periódicos científicos em CI, classificados pelo estrato Qualis A1 e A2, para refinar o recorte do universo a ser investigado. No entanto, os artigos identificados a partir desses estratos não apresentaram uma contribuição significativa à pesquisa, pois apenas três periódicos, atualmente, se encaixam nesses estratos e as publicações dos autores nem sempre contemplavam a área de ORC. Destarte, a coleta de dados foi conduzida para um recorte mais específico, extraindo indicadores dos anais do GT2 do ENANCIB (1995-2013) e da ISKO-Brasil (2011 e 2013) por serem eventos especializados em ORC. Este recorte reforçou a avaliação da institucionalização por tratar de comunidades científicas especializadas, porquanto não se recuperou e avaliou produções fora do universo da ORC, possibilitando assim, chegar com maior coerência aos objetivos da pesquisa.

De forma sintetizada, o quantitativo dos dados se apresenta dividido em dois momentos: em um primeiro momento, realizou-se a identificação e recorte do universo da pesquisa, selecionando as fontes de dados e os dados de interesse preliminar para a investigação (Quadro 1) e, no momento seguinte, elencou-se os dados válidos para a análise (Quadro 2).

Quadro 1 – Identificação e recorte do universo da pesquisa

Programas de pós-graduação em CI	14
Grupos de pesquisa em CI/CNPq	226
Artigos de todos os GT's publicados³ nos anais do ENANCIB (1995 – 2013)	2322
Artigos do GT2 do ENANCIB (1995 – 2013) publicados⁴ nos anais	375
Artigos do GT2 (1995 – 2013) válidos⁵ para análise	367
Artigos da ISKO-Brasil (2011-2013) publicados nos anais	83
Artigos da ISKO-Brasil (2011-2013) válidos⁶ para análise	64
Total de artigos selecionados para análise da pesquisa (ENANCIB + ISKO-Brasil)	431

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Quadro 2 – Dados da análise

Grupos de pesquisa em CI/CNPq que possuem linhas de pesquisa em ORC	56
Programas de pós-graduação em CI que possuem linhas de pesquisa em ORC	11
Autores selecionados de acordo com os critérios estabelecidos para análise	14
Artigos publicados pelos autores analisados	174
Autores citados nos artigos analisados	1954

Fonte: Elaborado pela autora, 2014

Quanto à abordagem de análise, o estudo assumiu as análises quantitativas e qualitativas fundamentadas em procedimentos metodológicos e instrumentos propostos pela Análise de Domínio, em especial pelas abordagens histórica e bibliométrica. Contribuíram com as análises, dados de pesquisas já realizadas na área e que apontam indicadores científicos da institucionalização e avaliação qualitativa. Baquero (2009) considera que a distinção entre

³ Não foram contabilizados nessa soma os 41 trabalhos em formato de pôsteres, que embora tenham sido apresentados por ocasião do X ENANCIB, realizado em João Pessoa – PB, não foram publicados nos anais. Se considerados na somatória, ter-se-ia o total de 2363 trabalhos.

⁴ Em decorrência da situação já exposta na nota anterior, o GT2 tem como registro o aceite de 384 trabalhos ao longo dos anos do evento, no entanto, no X ENANCIB não foram publicados nos anais os 09 pôsteres apresentados no GT2.

⁵ Dos 375 trabalhos publicados nos anais, referentes ao GT2, não participaram da análise 07 trabalhos escritos por autores estrangeiros e 01 trabalho sem identificação de autoria.

⁶ O evento contou com 19 trabalhos produzidos por estrangeiros que não foram contabilizados para a análise.

pesquisa qualitativa e quantitativa não interfere no processo investigatório, tendo em vista que a realidade da pesquisa mostra que ambos dados são sempre relacionados uns com os outros.

Pelo perfilamento exposto e com foco em seus objetivos, a pesquisa pode ser categorizada como exploratória, pois partiu de uma investigação cujo foco é a formulação de questões ou de um problema de investigação. O estudo exploratório permite criar hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; e modificar e clarificar conceitos (MARCONI; LAKATOS, 2006). Desse modo, a presente pesquisa exigiu alguns protocolos como: a definição da amostra e a caracterização das ferramentas da pesquisa, apresentadas a seguir.

2.3 Critérios de seleção dos dados

O recorte concentrou-se na especialidade de ORC que compõe a grande área da Ciência da Informação. Para composição do banco de dados foram selecionados todos os trabalhos publicados por meio do GT2 nos anais do ENANCIB no período de 1995 a 2003 e da ISKO-Brasil, nos anos de 2011 e 2013. Na coleta de dados foram extraídos: título, autor, termo utilizado no escopo do trabalho (ORC; ORI; OC; OI; RC; RI), ano do evento, instituição procedente dos autores, palavras-chave utilizadas (quando apresentadas) e, no caso dos ENANCIB's, nome do GT2 na época da publicação. Também foram avaliados os Programas de Pós-Graduação em CI, a fim de identificar suas linhas de pesquisa e quais dos Grupos de Pesquisa do Diretório do CNPq⁷, cadastrados em Ciência da Informação, contemplavam em suas linhas de pesquisa investigações com temáticas relacionadas a ORC. De posse do rol dos dados coletados, a investigação se estruturou em duas linhas: mensuração do nível de institucionalização cognitiva e mensuração do nível de institucionalização social. Como apoio ferramental, os dados foram lançados inicialmente em planilhas do Excel, onde foram eliminadas duplicidades e realizada a padronização dos dados, e posteriormente, após seleção do corpus que seria submetido à análise, estes dados foram lançados em formulários personalizados em um banco de dados desenvolvido no Access⁸.

Para **examinar a institucionalização cognitiva** por meio dos itens coletados, em um primeiro momento foram selecionados os autores que apresentaram publicações ao longo dos últimos 19 anos, nos anais do ENANCIB com recorte no GT2 e nos anais dos dois congressos da

⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

⁸ Sistema de gerenciamento de banco de dados da Microsoft.

ISKO-Brasil (2011/2013), buscando identificar o quantitativo de publicações por autor e a regularidade de participação ao longo dos anos em ambos os eventos. Foram selecionados os autores que apresentaram maior número de trabalhos e que tenham atendido aos seguintes requisitos:

- Título de doutor;
- Vínculo docente com programas de pós-graduação que possuam linhas de pesquisa em ORC;
- Orientações acadêmicas em nível de mestrado e doutorado;
- Bolsa de Produtividade CNPq⁹;
- Membro de Grupo cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Atendidos os requisitos propostos, foram analisados os artigos publicados por cada um dos autores selecionados no universo dos anais dos eventos, e destes foram extraídos os dados a partir dos seguintes critérios propostos pela teoria de Whitley (1974), acerca da institucionalização científica:

- **Compromisso e concordância na ordem intelectual da área:**

→ Termos adotados e seus respectivos conceitos (quando houver) que definam a ORC;

- **Entendimento coerente e integrado dos objetos de análise:**

→ Referencial teórico que fundamenta os estudos de ORC;

- **Natureza previsível do trabalho a partir de sua identidade cognitiva:**

→ Linearidade e/ou variação nos temas de investigação.

Para a **análise da institucionalização social**, foram identificados os programas de Pós-graduação que contemplam em suas linhas de pesquisa a área de ORC, os Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq que apresentam linhas de pesquisa em ORC e as instituições que atuam de forma mais expressiva por meio de publicações nos eventos

⁹ Destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq (CNPq, 2014).

analisados. Foram evidenciados os seguintes critérios de institucionalização social (WHITLEY, 1974):

- **Instituições e oferta de formação de especialistas na área:**

→ Linhas de pesquisa das pós-graduações;

- **Instituições e número de pesquisadores especialistas:**

→ Quais as instituições que possuem pesquisadores vinculados e que produzem na área de ORC;

- **Formação de comunidades científicas e Identidade social:**

→ Eventos, periódicos, unidade organizacional, grupos de pesquisa.

Vale ressaltar que os critérios de institucionalização cognitiva e de institucionalização social contribuirão de forma combinada e complementar na produção de um conhecimento que evidencie limites e alcances dos estudos sobre ORC.

2.4 Procedimentos técnico-metodológicos

Nas subseções seguintes, serão expostas as técnicas que foram adotadas para a análise quantitativa e qualitativa dos dados, a fim de apresentar os resultados almejados.

2.4.1 Análise de Domínio

Hjørland e Albrechtsen (1995) sugerem a Análise de Domínio como uma abordagem teórica para a Ciência da Informação, afirmando que a melhor forma de se estudar um domínio do conhecimento é estudá-lo como se fossem comunidades e que as diferentes características da informação e conhecimento são reflexos de suas atividades e do papel social que desenvolvem. Guimarães *et al* (2013, p. 163) afirma que a análise de domínio no âmbito da Ciência da Informação desenvolveu-se tradicionalmente no contexto internacional, “com base em trabalhos como os de Hjørland e Albrechtsen (1995); Moya-Anegón e Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004), Tennis (2003), e Smiraglia (2011)”. Para os autores, a Análise de Domínio “constitui uma importante abordagem para caracterização e avaliação da ciência, na medida em que permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa” (GUIMARÃES *et al*, 2013, p. 163).

Na perspectiva de Hjørland (2004), um domínio é definido na abrangência de uma comunidade discursiva, podendo ser uma disciplina, um campo científico, ou organizações como grupos partidários, políticos, religiosos, comunidades comerciais ou de lazer. Para Hjørland e Albrechtsen (1995) os estudos analíticos do domínio apresentam-se como uma nova abordagem para CI, a partir da integração teórica de linhas de pesquisa entre estudos cognitivos e estudos bibliométricos, considerados pelos autores como os precursores dos estudos de domínio. Porém, os autores propõe um cognitivismo que considere a relação do sujeito com o grupo em que se encontra inserido, fazendo menção às pesquisas em psicologia social e considerando a linguagem como um processo cognitivo que ocorre a partir do desenvolvimento sociocultural.

A análise de domínio caracteriza-se pelo estudo dos aspectos teóricos de um dado entorno geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores, constituindo um meio para a geração de novo conhecimento acerca da interação de uma dada comunidade científica com a informação (SMIRAGLIA, 2011, apud, GUIMARÃES et al, 2013, p. 163).

Para orientar a utilização da Análise de Domínio, Hjørland (2002, p. 450-451, tradução nossa) lista 11 abordagens que, se usadas em conjunto, permitem a melhor compreensão do domínio investigado, possibilitando análises quantitativas e qualitativas, sem desassociá-las:

- 1.- Produção e avaliação de guias de literatura e entradas de assuntos;
- 2.- Produção e avaliação de classificações especiais e tesouros;
- 3.- Pesquisa e competências em indexação e recuperação da informação nas especialidades;
- 4.- Conhecimento sobre estudos empíricos de usuários em áreas temáticas;
- 5.- Produção e interpretação de estudos bibliométricos;
- 6.- Estudos históricos de estruturas e serviços de informação em domínios;
- 7.- Estudos de documentos e gêneros em domínios de conhecimento;
- 8.- Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, premissas e interesses nos domínios;
- 9.- Conhecimento sobre estudos terminológicos, linguagens de uso específico (LSP, *languages for special purposes*) e análise do discurso em áreas do conhecimento;
- 10.- Conhecimento sobre estudo de estruturas e instituições de comunicação científica e profissional em um domínio;
- 11.- Conhecimento sobre métodos e resultado de estudos analíticos do domínio sobre cognição profissional, representação do conhecimento em Ciência da Computação e inteligência artificial.

Para o autor, cada uma das abordagens supracitadas não tem o mesmo valor das outras, porém, o peso e utilização das mesmas irão depender do domínio selecionado e do interesse do profissional.

Hjørland (2002) afirma que a melhor forma de realizar uma investigação científica é compreendendo uma área e se especializando nela mediante a análise do domínio em questão e sua delimitação. Para que se realize a organização do conhecimento e empreenda sobre ela a análise de domínio é necessário considerar os aspectos sociais, linguísticos, culturais e cognitivos da área de especialidade a ser analisada.

Como já exposto por Hjørland (2002) a análise bibliométrica deverá considerar questões epistemológicas e históricas, uma vez que a comunicação científica é sempre a base para novos estudos e essa dinâmica apresenta-se carregada de influências socioculturais que acompanham o desenvolvimento de toda e qualquer ciência.

A partir da Análise de Domínio foi adotada a abordagem Bibliométrica e Epistemológica para análise da Institucionalização Científica da CI, no Brasil.

2.4.1.1 Bibliometria

A análise bibliométrica é uma técnica tradicional aplicada à verificação das atividades de produção e comunicação científica. Consiste na “aplicação de técnicas estatísticas para descrever aspectos da literatura e dos meios de comunicação (análise quantitativa da informação)” (ARAÚJO, 2006, p. 11). Dentre as possibilidades avaliativas da bibliometria, um método se sobressai: a análise de citações, considerada como “a parte da bibliometria que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados considerados como unidades de análise, no todo ou em suas diversas partes: autor, título, origem geográfica, ano e idioma de publicação, etc.” (FORESTI, 1989, apud, ARAÚJO, 2006, p. 18).

Os indicadores bibliométricos são ferramentas de avaliação e podem ser divididos em: Indicadores de qualidade científica / Indicadores de actividade científica / Indicadores de impacto científico / Indicadores de associações temáticas (LOPES et al, 2012, p. 02).

A Bibliometria permite a verificação detalhada e a conexão entre documentos individuais, proporcionando análises que indiquem o reconhecimento de autores e suas relações entre pesquisadores, campos científicos e regiões geográficas. É uma das fortes abordagens para a Análise de domínio por sua forte vertente empírica e por detalhar as ligações entre indivíduos e documentos (HJØRLAND, 2002).

Na compreensão de Spinak (1998, p. 123, tradução nossa) a Bibliometria abarca as seguintes funções:

- Aplicação de análises estatísticas para estudar as características do uso e criação de documentos;
- Estudo quantitativo da produção de documentos e seu impacto bibliográfico;
- Aplicação de métodos matemáticos e estatísticos do uso que se faz dos livros e outros suportes nos sistemas de bibliotecas;
- Estudo quantitativo das unidades físicas publicadas, das unidades bibliográficas, de seus substitutos.

As técnicas empregadas à Bibliometria estendem-se para uma diversidade de estudos e possibilitam diversas aplicações. Para além de dados quantitativos é possível extrair das bibliografias dados que apontem a tendência e o crescimento do conhecimento em determinadas disciplinas, bem como identificar quais autores são responsáveis por essas tendências, prever a tendência de publicações futuras, estudar a obsolescência e a dispersão presente na literatura científica, identificar a produtividade de autores individuais, organizações e países (SPINAK, 2008).

Inicialmente voltada para a medida dos livros (quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaços ocupados pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas á indústria do livro), aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de publicações bibliográficas, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, para depois, ocupar-se também da produtividade de autores e os estudos de citações (ARAÚJO, 2006, p.13).

Foresti (1990) destaca que a área mais importante da Bibliometria é a análise de citações, tendo em vista que ela investiga os documentos citantes e os documentos citados, além de permitir a legitimidade das teorias e conceitos adotados na área, promovendo o reconhecimento de cientistas e estabelecendo os direitos de propriedade intelectual. Com a adoção da análise de citação é possível descrever uma série de padrões da produção científica, além de ser considerada uma das técnicas mais usadas nos estudos bibliométricos (FRANCELIN, 2010). Aplicação dessa técnica incide na extração de dados e estudos como:

- a) conjunto de autores que contribuíram e contribuem significativamente para uma disciplina;
- b) a média de referência por documento;
- c) a forma da literatura citada;
- d) o núcleo de documentos principais em uma disciplina;
- e) a distribuição geográfica dos documentos citados;
- f) a distribuição por idioma, dos documentos citados; as datas de publicação citadas (ARAÚJO, 2006, p. 121).

A adoção de tais técnicas já foi empregada em investigações no Brasil, que tomaram como *corpus* da pesquisa a produção científica da área da CI e, em específico da ORC, como por exemplo: “Conhecendo um campo de estudo: aspectos da institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação” (LOUREIRO-ALVES, 2010); “Ordem dos conceitos na organização da informação e do Conhecimento” (FRANCELIN, 2010); Sistematização de conteúdos em organização e representação do conhecimento: um estudo nos periódicos de Ciência da Informação no Brasil (MARTINS, MORAES, 2013); “Bases teóricas da análise documental: uma análise de domínio a partir das percepções das comunidades científicas do Brasil e da Espanha” (GUIMARÃES et al, 2013), entre outras.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, as seguintes variáveis serão extraídas para compor os indicadores científicos de avaliação da institucionalização científica da ORC:

Em relação aos Autores:

- I) Produtividade dentro dos eventos analisados;
- II) Relação com pós-graduação;
- III) Instituição de procedência;
- IV) Atuação em pesquisas junto ao órgão de fomento de pesquisas CNPq.

Em relação aos Textos:

- I) Citações
- II) Exclusão de autocitação;
- III) Quantidade de vezes que um autor é citado;
- IV) Predominância de autores citados no somatório geral das referências dos autores citantes.

2.4.1.2 Estudos epistemológicos, críticos e históricos

Os estudos epistemológicos são considerados por Hjørland (2002) a abordagem mais fundamental entre todas as outras, se ausentes tendem a tornar qualquer outra abordagem superficial. A epistemologia é o estudo filosófico do conhecimento, não sendo limitada apenas aos estudos da filosofia, e pode ser vista como a generalização e interpretação de

experiências científicas acumuladas. Em especial na Ciência da Informação, qualquer questão teórica “é no final baseada em suposições epistemológicas” (HJØRLAND, 2002, p. 439). Rendón-Rojas (2008) expõe que os estudos epistemológicos são necessários à CI, uma vez que permitem seu autoconhecimento, sua autoconstrução e sua interdisciplinaridade. Para Souza e Dias (2011, p. 2), tais estudos “constituem os fundamentos de compreensão e desenvolvimento de um campo de conhecimento e se encontram na base do processo de consolidação”.

Hjørland (2002) esclarece que estudos epistemológicos são relacionados aos estudos históricos, e ambos são necessários para beneficiar investigações bibliométricas, em uma interação mútua. Apenas com a adoção de indicadores bibliométricos não é possível evidenciar a evolução científica de uma área. Destarte, os estudos históricos apontarão tais evoluções, justificando, quando possível, os motivos pelos quais os cientistas abandonaram determinadas teorias e conceitos e elegeram novas concepções para os fenômenos investigados, contribuindo para sua base epistemológica. “Estudos epistemológicos e críticos dos domínios do conhecimento proveem conhecimento sobre a fundamentação dos domínios e avaliações críticas de suas alegações de conhecimento” (HJØRLAND, 2002, p. 440).

Nessa perspectiva, a Análise do Domínio, por sua abordagem específica para determinada área, conduzirá à compreensão de mudanças inevitáveis à ciência, identificando indicadores bibliométricos e evidenciando os efeitos decorrentes de tais dados com base seu desenvolvimento histórico e epistemológico. Hjørland (2002) também toma como base as considerações postas por Whitley (2000), reconhecendo que a avaliação de uma determinada área sempre precisará adotar a perspectiva organizacional, tendo em vista que possui uma dependência mútua entre as estruturas de comunicação científica e o âmbito social e sugere que esta perspectiva também seja útil à CI, para que os índices avaliados identifiquem o processo de estruturação da área científica para além de dados puramente estatísticos (HJØRLAND, 2002).

A seleção dos trabalhos pertinentes a esta investigação, por si culminou nos estudos históricos da ORC no Brasil. O levantamento dos anos e características de cada evento, bem como as mudanças e alterações nos GT's na trajetória do ENANCIB são um forte indicador da tendência de pesquisa que a CI desenvolveu. Em especial na área de ORC, resgatou-se a inserção dos estudos de ORC por meio de uma investigação nos currículos de Biblioteconomia e a formação dos Programas de Pós-graduação em CI. Muitos artigos

analisados também forneceram importantes contribuições para a compreensão da institucionalização da ORC na Ciência da Informação Brasileira.

2.4.2 Análise de Domínio Descritiva

Tennis (2012, p. 3) questiona a metodologia proposta por Hjørland e propõe uma avaliação da Análise de Domínio, dez anos após as exposições do colega, com o intuito de “descrever uma suposta forma de análise de domínio ideal”. O autor categoriza a análise de domínio em dois tipos principais: descritiva e instrumental e, esclarece:

A primeira é usada, e útil, somente em pesquisas básicas, e a última, instrumental, é usada para criar sistemas de organização do conhecimento. Os dois tipos servem a funções distintas e, como consequência, a públicos distintos. Isto significa que deveríamos esperar que elas fossem diferentes – uma vez que são de gêneros diferentes (TENNIS, 2012, p.4).

Dessa forma, independente da abordagem da análise, é necessário descobrir a configuração do instrumento, deixando claras as definições de escopo, alcance e propósito, sendo considerados elementos básicos para análise do domínio, prestando-se a responder questões como: “O que é um domínio? Qual é o seu domínio? Qual é a sua forma de análise? Quais são os seus limites?” (TENNIS, 2012, p. 7).

Assim, tomamos os 04 elementos básicos de Análise do Domínio Descritiva para definir o enquadramento metodológico desta conforme o quadro 3:

Definição → Qual é o domínio?

Escopo e alcance → Correspondem à extensão e exclusões do domínio e deverá apresentar: nome, suas extensões e suas exclusões;

Propósito (finalidade) → Se a análise será a) descritiva: descrevendo um domínio com vistas a pesquisas básicas; ou, b) instrumental: construindo um sistema de informação.

Quadro 3 - Elementos básicos da análise de domínio

INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	
DEFINIÇÃO DO DOMÍNIO	Organização e Representação do Conhecimento: Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional (ANCIB – GT2, 2014).
ESCOPO / ALCANCE	Para o escopo da análise serão investigadas as produções científicas produzidas e publicadas nos anais do ENANCIB, em específico o GT2, de 1995 a 2013 e do Congresso ISKO-Brasil, de 2011 a 2013, bem como as comunidades científicas registradas como Grupos de Pesquisa em Ciência da Informação, no Diretório do CNPq e os programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. <u>Institucionalização Cognitiva:</u> <i>Extensão:</i> Autores brasileiros que possuam publicações científicas em ORC. <i>Exclusão:</i> Serão selecionados e avaliados apenas autores brasileiros que possuam publicações nos eventos especializados ENANCIB e ISKO Brasil. <u>Institucionalização Social:</u> <i>Extensão:</i> Instituições que promovam pesquisas em ORC no Brasil; <i>Exclusão:</i> Apenas comunidades científicas brasileiras, a saber: Programas de Pós-graduação em CI e Grupos de pesquisa e eventos especializados.
PROPÓSITO	ANÁLISE DE DOMÍNIO DESCRITIVA. Espera-se descrever os níveis de institucionalização cognitiva e social da ORC na Ciência da Informação Brasileira, a partir da produção científica e comunidades científicas especializadas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Dessa maneira, delimita-se o polo metodológico expondo as três abordagens propostas por Hjørland (2002):

Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, premissas e interesses no domínio e Estudos históricos → Capítulo 3 – Institucionalização Científica – definindo quais parâmetros servem de avaliação para identificar os níveis de institucionalização cognitiva e social de uma dada ciência. Nesse capítulo é exposta a atual institucionalização da CI, no contexto Brasileiro, traçando sua trajetória cognitiva e social, observando um crescimento profícuo da área no país, discorrendo sobre o resgate histórico que descreve o nascimento da CI por meio de relatos retratados na literatura, permitindo observar sua constituição através da interdisciplinaridade de outras áreas; e Capítulo 4 – Organização e Representação: uma disciplina interdisciplinar – são descritos os retrospectos da etimologia e epistemologia dos conceitos adotados para “organização” e “representação”, a partir dos contextos de suas alocações na filosofia, linguística e sociologia, identificando as influências oriundas de outras

áreas que contribuíram de forma equivalente para os processos, produtos e instrumentos estudados e aplicados na área de CI. São expostos fundamentos históricos da ORC enquanto área científica e um esboço de sua atual institucionalização no cenário brasileiro.

Produção e interpretação de estudos bibliométricos→ Os dados foram extraídos e avaliados, com a adoção de métodos bibliográficos, e analisados sob o prisma dos estudos históricos e epistemológicos constituidores do campo científico em ORC no Brasil e expostos, detalhadamente, no capítulo cinco.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA

Na tentativa de classificar a CI, de enquadrá-la como campo científico e propor-lhe um objeto de estudo definido, Smit e Tálamo (2007, p. 27) esclarecem que os clássicos da área a caracterizam por uma dupla missão: a pesquisa e a elaboração de soluções reais para situações concretas.

A institucionalização da CI é identificada por meio de seu reconhecimento como prática científica, e sua natureza social, condição *sine qua non* para o fazer científico, tendo em vista que “os cientistas são seres sociais e a ciência é uma atividade social e o entendimento científico é uma expressão dessa atividade” (WHITLEY, 1974, p. 71, tradução nossa). A institucionalização tem bases não só entre os pares, a partir de um consenso conceitual e de teorias e métodos, como também através da promoção da pesquisa e sua publicitação em eventos científicos, periódicos, grupos de pesquisadores e resultados devolvidos à sociedade.

Esta institucionalização¹⁰, Bourdieu define como estruturação do campo científico, e está alicerçada pelos indivíduos, pelas instituições responsáveis e seu volume do capital científico que determina a estrutura do campo. Este capital, atendendo às questões específicas de determinado campo, compõe não somente suas pesquisas científicas, suas descobertas e a consolidação das já existentes, como também, solidifica as relações políticas e sociais, dentro e entre as instituições, garantido a solidez de ações de conhecimento e reconhecimento no interior do campo, que são os processos institucionalizados de avaliação pelos pares (BOURDIEU, 2004).

Whitley (1974), através de sua teoria, expõe que para avaliar uma área científica é necessário que se meça sua institucionalização através de: processos desenvolvidos; grau de coerência; clareza do arcabouço teórico e metodológico; estrutura conceitual; organização de ações, divulgação de resultados; e a articulação entre seus pesquisadores. Tendo em vista que uma ciência pode apresentar uma variedade de estruturas cognitivas, é necessário investigar em quais níveis a coerência, a articulação e o modo de variação dessas estruturas apresentam consequências para o seu desenvolvimento. Para o autor a institucionalização deve ser

¹⁰ A definição de campo científico, proposta por Pierre Bourdieu, não difere do autor inglês Richard Whitley, na conceituação de área científica. A compreensão para a utilização de ambos se dá por reconhecer que Bourdieu parte de uma análise sócia filosófica, essencial para o aprofundamento teórico da pesquisa, enquanto que Whitley propõe, de forma objetiva, critérios para a investigação e consolidação dos dados necessários para a análise científica.

pautada por duas dimensões: a institucionalização cognitiva e a institucionalização social. E, nessa perspectiva, institucionalização “[...] se refere primeiramente à padronização de ações e significados”, enquanto “o nível de coerência e organização de ações e percepções e a extensão das articulações mediante a aderência das ideias, constituem o nível de institucionalização” (WHITLEY, 1974, p. 71, tradução nossa).

De acordo com Palermi e Polity (2002), a institucionalização cognitiva baseia-se na clareza e grau de consenso dos conceitos de uma área, por meio de suas formulações teóricas e metodológicas e, são identificadas as relevâncias dos problemas e suas formulações utilizadas e aceitas na perspectiva de suas aplicações, métodos e técnicas, percebendo a adequação e capacidade de identificar seu domínio e a solução de seus problemas. A institucionalização social é identificada através da criação e manutenção de sua organização interna, sua integração na estrutura social de legitimação, sua identidade e reconhecimento, alocação de recursos por universidades, organizações, grupos de estudo e divulgação científica por meio de periódicos próprios e congressos e seu círculo científico bem definido.

Institucionalização cognitiva tem dois grandes aspectos relacionados. Primeiro, se refere ao nível de consenso e clareza de formulação, critérios de relevância problemática, definição e aceitabilidade de soluções assim como as técnicas apropriadas utilizadas e instrumentação. Segundo, define a atividade de um cientista em termos de consenso. Em uma área de relativamente alta institucionalização, nós podemos prever com um bom nível de precisão o que um cientista estará fazendo, quais modelos ele irá utilizar e que tipo de explicações “ideais” ele irá aceitar. Institucionalização social também tem duas dimensões: primeiro, o nível de organização interna e definição de limites e segundo, o nível de integração dentro das estruturas sociais prevalentes de legitimação e alocação de recursos. Para a ciência esta segunda dimensão geralmente se refere ao nível de integração em departamentos universitários e currículo de ensino (WHITLEY, 1974, p.72, tradução nossa).

Os níveis de análise de uma área, não necessariamente servirão para ser empregados em outras, já que mesmo possuindo expectativas comuns, o sistema de valor empregado para explanação ideal nem sempre apresentará resultados semelhantes. Dessa forma, a institucionalização deverá ser avaliada em uma determinada área, e esta será considerada altamente institucionalizada quando apresentar estudos comuns relativos aos seus objetivos, métodos e fundamentação. Ademais, os aspectos de institucionalização social e cognitivo se apresentarão em níveis variáveis, de acordo com seu alcance de aplicabilidade. Entretanto, de acordo com Kobashi (2007), os estudos de institucionalização científica não podem ser investigados com a adoção de apenas um instrumento metodológico, tendo em vista a

evolução dos paradigmas da área, sua produtividade e a história de suas produções científicas que requerem um projeto interdisciplinar. Necessitam do reconhecimento de que “cada aspecto eleito como objeto de estudo requer abordagem específica, sustentada por referências teóricas e metodológicas próprias” (KOBASHI, 2007, p. 186).

Os escritos de Whitley (1974) também esclarecem que são necessárias observações quanto o escopo da atividade institucionalizada, que se divide em: área de pesquisa e especialidade, já que ambas não tratam da mesma coisa. As especialidades são mais gerais e formam aglomerações de áreas de pesquisa, à medida que as áreas de pesquisa são caracterizadas por um conjunto de situações-problema. A primeira é composta por um conjunto de situações-problema similares, ao passo que a segunda, apresenta uma abordagem geral para análise de uma parte desses conjuntos. “Essas distinções tem o objetivo de serem ortogonais. Poderá ter diferentes níveis de institucionalização social e cognitiva tanto nas áreas de pesquisa como nas especialidades (WHITLEY, 1974, p. 72, tradução nossa)”.

3.1 Institucionalização Cognitiva

A institucionalização cognitiva tem como base critérios claros, consistentes, consensuais e a compreensão de que é necessário um nível de entendimento considerável, alcançado em determinada área. Identifica-se com maior clareza, que aqui se aloca o conceito de capital científico puro descrito por Bourdieu (2004) e que parte de um prestígio pessoal do pesquisador, repousando quase que exclusivamente sobre o reconhecimento institucionalizado do conjunto de pares. Caracterizam-se neste capital as contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou descobertas, incluindo as publicações, em especial aqueles que conferem prestígios à área por serem mecanismos de legitimação e reconhecimento (BOURDIEU, 2004).

Produções escritas formais não necessariamente garantirão um nível de institucionalização cognitiva, mas a compreensão destas produções e o seu compartilhamento entre seus pesquisadores, podem posteriormente apresentar-se em registros bibliográficos institucionalizados fortalecendo os níveis de institucionalização cognitiva. Esse consenso cognitivo e compartilhado deverá ser medido pela articulação de ideias científicas e sistemas de ideias, referente às semelhanças e problemas da área. A institucionalização cognitiva é responsável pela coerência e ordem intelectual, assim como pelo compromisso e concordância dirigidos a essa ordem. “Sem acordo no conhecimento técnico de baixo nível para transformar

“dados” em “informação” e “resultados”, uma compreensão cognitiva coerente é improvável” (WHITLEY, 1974, p. 73, tradução nossa, grifos do autor).

Uma clara evidência da desarticulação relativa à institucionalização cognitiva se alicerça na ausência de definições comuns e uso de termos técnicos, sendo atribuídas expressões de linguagens que não estão enquadradas em jargões especializados e relativamente autônomos. A consequência dessa hibridez conceitual resulta em um sistema de ideias claramente articuladas e concorrentes que acaba por explicar a mesma coisa, utilizando termos e/ou conceitos expressos variavelmente. Essa variação poderá ser possível mesmo que haja um sistema de ideias e um baixo nível de compromisso, mas será improvável que o nível de compromisso no arranjo de ideias exista, sem uma sistematização destas, não sendo dessa forma, possível sustentar um diálogo. “Muitas estruturas cognitivas existem sem compromisso corrente sendo expresso” (WHITLEY, 1974, p. 73, tradução nossa).

Outro ponto que evidencia a institucionalização cognitiva de uma área é a previsibilidade de trabalho, dada à definição de seu campo de interesse. Também, por intermédio desse aspecto identifica-se o reconhecimento da identidade cognitiva que, quanto mais clara, melhor identificará determinada área de outras e o conhecimento latente por trás de sua situação-problemática das demais áreas, por seus pesquisadores. É a partir deste aspecto que se espera que a identificação social seja parte constitutiva, uma vez que as implicações da identidade cognitiva têm reflexos na ordem social interna e reconhecimento externo da área, alocando recursos que garantam seu desenvolvimento.

3.2 Institucionalização Social

A coerência cognitiva pressupõe uma “semelhança socialmente estruturada” em sua base social, na qual não necessariamente acontece. Fujita (2012, p. 147) elucida tal colocação quando afirma que toda investigação científica em qualquer área do conhecimento “necessita ter relevância científica e social para justificar seu desenvolvimento”, buscando a consolidação científica e a legitimação social.

A institucionalização social se refere à criação e manutenção de estruturas formais que demarcam os estudos e resultados de uma estrutura cognitiva. Seus níveis de avaliação estão centrados na interação com profissionais de outras áreas relacionadas, com troca de ideias e resultados para o fortalecimento de sociedades profissionais, legitimação de periódicos

especializados e códigos de conduta de ética, estabelecendo uma identidade social (WHITLEY, 1974, tradução nossa).

Nessa perspectiva, não há, necessariamente, uma correlação entre os níveis de institucionalização cognitiva e social. Um problema social poderá dar origem ou modificar quadros de desenvolvimento cognitivo, criando novas estruturas cognitivas em áreas diferenciadas em nível de compreensão e resultados. Desse modo, a institucionalização social, em um senso social, ocorre após um senso cognitivo, que deverá formalizar a organização social somente com base em um nível substancial de institucionalização cognitiva e institucionalização social interna. Para Bourdieu (2004), o capital científico institucionalizado centra-se nas relações políticas, na posse de cargos e na formação dos grupos dominantes. Ambos, capital puro e capital institucionalizado, caracterizam seus pesquisadores pela posição que eles ocupam na estrutura e o peso relativo entre estes dois capitais.

Para Whitley (1974, tradução nossa), a Universidade é o modelo dominante atual na organização social e na composição da institucionalização científica, e se estrutura no decorrer de etapas de institucionalização como: formação de profissionais em nível de pós-graduação, criação de vagas nos departamentos com exigência de níveis de especialidade cada vez maiores, os corpos docentes compostos por estudiosos com destaque e criação acentuada de disciplinas temáticas. Para Eliel (2008, p. 211) a produção científica realizada no interior das universidades, em especial nos programas de pós-graduação, como teses e dissertações, “seguem padrões científicos mais rigorosos, sendo elaboradas sob supervisão de um orientador reconhecido pelas autoridades disciplinares legítimas” refletindo assim, através de pesquisas, o desenvolvimento institucionalizado do campo”.

3.3 Especialidades e áreas de pesquisa

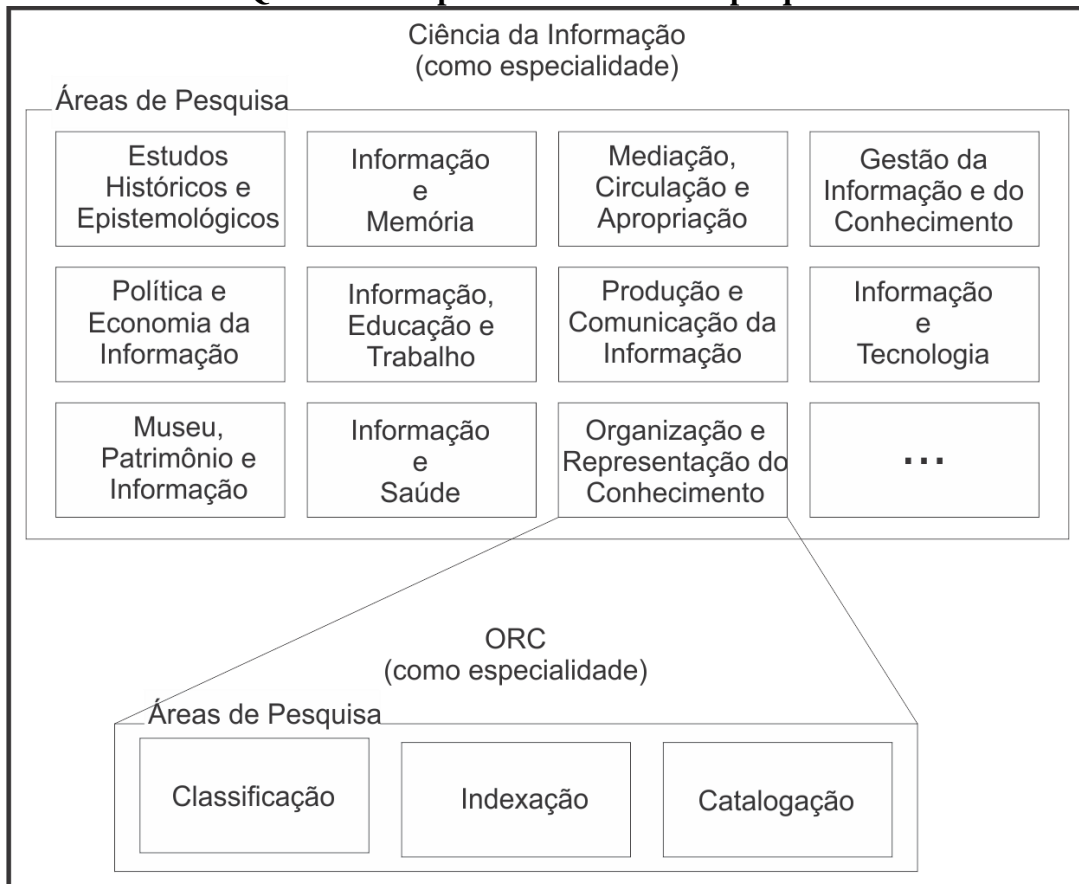
Toda disciplina, ciência e campo de investigação são formados por uma especialidade e suas áreas de pesquisas. Para melhor compreensão, Whitley (1994) define que uma especialidade pode ser considerada uma aglomeração de áreas de pesquisas, ou ainda, um conjunto de situações-problema. Formadas as especialidades e áreas de pesquisa, é impossível que não apresentem nenhum nível de institucionalização científica social ou cognitiva, que poderá ser baixo ou alto. Mediante seu conjunto de situações-problema, uma área de pesquisa apresentará semelhanças cognitivas tendo um mesmo fenômeno sob investigação, mas não necessariamente disporá de definições idênticas, sendo usadas diferentes técnicas para

avaliação desses fenômenos. Para expor modelos dominantes de conhecimento, as áreas de pesquisas deverão desenvolver peculiaridades de estudo baseadas em mecanismos exploratórios e descritivos bem articulados.

O uso comum de instrumentação específica com suas regras associadas para obtenção de informação significativa age como um princípio ordenador. Isto normalmente acontece quando a técnica é comparativamente complexa e seu uso requer perícia. A aquisição das habilidades cognitivas e técnicas necessárias para operar um aparelho complexo pode requerer longo treinamento; então, isso age como um critério de demarcação para a área de pesquisa (WHITLEY, 1974, p. 78, tradução nossa).

Tomando como exemplo a CI, esta é uma especialidade estruturada a partir de várias áreas de pesquisa, que no Brasil, aparecem claramente definidas nos Grupos de Trabalho do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB¹¹. As suas situações-problema estão centradas no núcleo de cada uma das áreas de pesquisa e as investigações em busca de resultados têm por base os princípios definidos no interior dessas áreas. É possível reconhecer, em CI, que o modelo dominante de conhecimento desta especialidade é a informação tratada sob vertentes diversificadas nas áreas de pesquisa (GT's). Da mesma forma, cada área de pesquisa da CI, quando analisada individualmente, tornar-se-á uma especialidade constituída por áreas de pesquisas próprias. A ORC, como exemplo, em uma análise macro, constitui uma área de pesquisa da CI e se observada isoladamente, torna-se uma especialidade que concentra áreas de pesquisa como a catalogação, a indexação, a classificação, a análise documentária, etc (Quadro 4).

¹¹ GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação / GT 2: Organização e Representação do Conhecimento / GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação / GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações / GT 5: Política e Economia da Informação / GT 6: Informação, Educação e Trabalho / GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I / GT 8: Informação e Tecnologia / GT 9: Museu, Patrimônio e Informação / GT 10: Informação e Memória / GT 11: Informação e Saúde

Quadro 4 - Especialidade e área de pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

As situações-problema estabelecerão as fronteiras cognitivas de investigação, e um pesquisador poderá lidar com mais de uma dessas situações. Para Arboit, Bufrem e González (2011), os aspectos inerentes à institucionalização social estão diretamente relacionados ao contexto histórico e geográfico em que a área está inserida, tendo em vista que a institucionalização cognitiva de uma área atende a aspectos universais, “uma vez que ela é construída com base em teorias, conceitos, métodos e leis validados pela comunidade de pesquisadores que atua em prol desta ciência, independente do contexto geográfico” (ARBOIT, BUFREM, GONZÁLEZ, 2011, p. 80).

Essas relações permitirão que o cientista identifique as áreas de preocupação e até problemas maiores, alcançando não só a fronteira cognitiva para sua situação problemática, como o reconhecimento ampliado a outros que trabalhem com problemas semelhantes, legitimando o(s) princípio(s) organizador(es) da área de pesquisa. As especialidades, nesse ínterim, se desenvolvem em torno de um conjunto de estruturas cognitivas que definem os modelos que visam promover a compreensão de como os eventos estudados estão relacionados em

determinada área. “Especialidades, então, são distinguidas por conter um modelo, ou um limitado conjunto de modelos, que buscam explicar os ‘fatos’ existentes e direcionar investigações mais aprofundadas” (WHITLEY, 1974, p.80, tradução nossa).

As áreas de pesquisa, assim como as especialidades possuem suas institucionalizações cognitivas e sociais. A institucionalização cognitiva de uma área de pesquisa é medida pela conexão entre suas situações-problema e as fronteiras de investigação dessas pesquisas. Quanto maior o consenso na definição do objeto/fenômeno, na aplicação de técnicas apropriadas e resultados significativos, maior será o nível de institucionalização cognitiva da área de pesquisa. Outro aspecto desta institucionalização centra-se no princípio organizador de que um cientista dedique-se a uma determinada investigação através de atividades finitas e restritas para a pesquisa, como o uso de um número limitado de materiais e técnicas adequadas e aplicado de forma específica. Esse desenvolvimento cognitivo garante não só um alto nível de institucionalização, como “fronteiras de incertezas cognitivas inequivocamente definidas e modos de resolver as incertezas claramente especificadas” (WHITLEY, 1974, p.81, tradução nossa).

Da mesma forma, uma especialidade apresenta um alto nível de institucionalização cognitiva quando seu campo de investigação é delineado e possui consenso sobre modelos apropriados, coerência e aplicação desses modelos. As especialidades identificam-se altamente institucionalizadas quando bem delineadas, possuindo um modelo sistematizado em particular que emerge como abordagem dominante da especialidade. A organização cognitiva de uma especialidade é garantida pelo acordo sobre o objeto de preocupação geral e a institucionalização cognitiva lida com o nível de articulação de possíveis modelos para explorar esse objeto. Dado o nível de consenso na definição da realidade e na forma apropriada de entendimento, é possível identificar a relação que o cientista identifica sobre “sua” especialidade. “Enquanto áreas de pesquisa são conjuntos de situações-problema com um núcleo comum de incertezas delineadas pela aplicação de modelos, especialidades são unidades cognitivas lidando com um aspecto particular da realidade” (WHITLEY, 1974, p.85-86, tradução nossa).

Nesse limiar, a institucionalização social interna das áreas de pesquisa e especialidade se estabelece a partir do reconhecimento comum dos trabalhos dos cientistas e a relação entre tais trabalhos. Essa organização social interna é reconhecida por seus fatores como cooperação e divisão de tarefas sob um consenso cognitivo; abordagem geral aceita com

algum consenso sobre os problemas “relevantes” e “interessantes” com avaliação de soluções diferenciadas; e, na ocorrência de um baixo consenso cognitivo, abordagens para um acordo no problema, sob consideração de diferenças e que soluções serão aceitáveis. “A intensidade do debate irá depender da clareza e coerência das abordagens concorrentes e da existência de alguma ‘ideia de natureza geral’” (WHITLEY, 1974, p.81, tradução nossa, grifos do autor).

A um nível baixíssimo de institucionalização social interna estará estabelecida se cientistas trabalham em conjuntos de problemas comuns e não reconhecem uns aos outros como parceiros de pesquisa. A institucionalização social em alto nível garante assim, em paralelo, um alto nível cognitivo, mesmo não tendo consequência direta entre os dois níveis de institucionalização. No caso das especialidades, a institucionalização social está diretamente ligada à organização formal de comunicação, filiação e diferenciação de outras especialidades. É necessário também nesse limiar, um consenso mínimo, além da troca de informações com diferentes cientistas, reunião de sociedades de profissionais e a legitimação de periódicos na área da especialidade. No entanto, não há como definir quais desses mecanismos estabelecerão um nível maior de institucionalização social tendo em vista que cada área estabelece o grau de importâncias dos seus eventos.

Assim, uma especialidade com alto nível de institucionalização cognitiva e social, possui problemas claramente definidos e fortemente associados, à medida que, suas áreas de pesquisa serão nitidamente delineadas, com critérios consensualmente definidos para solução de problemas e acordos em torno de avaliações de soluções e dificuldades, sendo provocações pertinentes para novas investigações, possibilitando alterações sem que isso constitua um desafio substancial. “Em uma situação onde a especialidade não é altamente institucionalizada cognitiva e socialmente, áreas de pesquisa podem se tornar mais importantes como fontes de identidade cognitiva e social para os cientistas” (WHITLEY, 1974, p. 88, tradução nossa).

A pluralidade de técnicas não indica uma institucionalização em baixo nível, mas sim uma forma de corroboração de resultados, que se difere da formação de grupos exclusivos à medida que tais resultados buscam a solução de problemas anômalos e são compartilhados. A baixa institucionalização de uma especialidade, reflexo de suas áreas de pesquisa, ocorre com a ausência de acordo em relação aos modelos de observação e investigação de problemas gerais e como são definidos. Consequentemente, diferentes problemas serão derivados de diferentes modelos interpretativos ocasionando áreas de pesquisa que serão guiadas por esses modelos. A coesão cognitiva na compreensão dos modelos determinará o empenho e

compromisso de uma preocupação comum, no qual a pluralidade em teorias e avaliações resultará também na pluralidade de problemas delimitados e suas soluções, analisados em formas *ad hoc* que estabelecerão seus critérios de diferenciação e institucionalizarão diferentes áreas de pesquisa. Para Arboit, Bufrem e Moreiro González (2011, p.89) quanto mais a estrutura social de uma ciência se fortalece maior é seu desenvolvimento e as contribuições dadas por seus pesquisadores, “para a ampliação do índice de participação desta comunidade científica na construção da estrutura cognitiva”.

Mesmo compartimentadas, um elevado nível de institucionalização garantirá algumas semelhanças entre as áreas de pesquisa, que compartilharão uma linguagem, proveniente de um modelo dominante que também permite uma linguagem comum, que demarca as áreas de pesquisa na especialidade, mas não com diferentes linguagens. Dessa forma, o uso comum de instrumentos específicos promove também a base para um vocabulário comum entre os limites cognitivos das áreas de pesquisa, que impedem que estas se tornem mutuamente exclusivas (WHITLEY, 1974).

Especialidades com alto nível de institucionalização possuem áreas de pesquisa claramente delineadas e seu desenvolvimento cognitivo é identificado a partir de novas investigações sobre seu modelo dominante, ou pelo uso de novos modelos de análise para maior compreensão de fenômenos definidos no seu interior. Ao contrário, ideias e dados produzidos sem coletividade, conexão e consistência ao longo do tempo, identificarão especialidades e áreas de pesquisa de baixo nível de institucionalização cognitiva. Nessa perspectiva, “a área provavelmente será continuamente redefinida à medida que o interesse muda e qualquer luta por coerência provavelmente acontecerá em nível filosófico, no lugar de modelos teóricos específicos” (WHITLEY, 1974, p. 93, tradução nossa).

Para Whitley (1974), faz-se necessário compreender que a análise do grau de institucionalização de especialidades e áreas de pesquisa deve levar em consideração que não existe separação entre institucionalização social e cognitiva, ao passo que existem diferentes graus de institucionalização. Mas, a institucionalização cognitiva será o pilar para a sustentação na institucionalização completa da área. Pode-se entender dessa forma que, a CI tem seu escopo científico particionado em especialidades e cada especialidade apresenta suas áreas de pesquisa. Um claro exemplo, no Brasil, são os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação– ANCIB, entre outros que serão melhor explorados na subseção que segue.

3.4 O registro institucionalizado de nascimento da Ciência da Informação

A Ciência da Informação instituiu-se a partir da interdisciplinaridade com outras ciências. Esse imbricamento não permite assim, definir um marco preciso de seu nascimento, tendo em vista as várias fases que marcam sua trajetória e estão ligadas ao desenvolvimento social e tecnológico referentes ao fenômeno da informação. Seu estabelecimento, enquanto campo científico, tanto em termos de institucionalização cognitiva, como social, refere-se a uma ciência que surge como resposta para as transformações tecnológicas e a necessidade social de organizar, armazenar e recuperar informações (PEDROSO IZQUIERDO, 2004).

A concepção da Ciência da Informação aponta marcos e nomes em diferentes direções. Fato esse justificado por sua plural constituição em bases interdisciplinares. Na diversidade de sua literatura, a Documentação é apontada como ente materno, assim como a Biblioteconomia se anuncia como primordialmente a direcionadora de sua constituição. Entre diferentes concepções, sua epistemologia é marcada por nomes que a definem e dos quais não se pode furtar o direito de serem mencionados. E mesmo com a difícil tarefa de encontrar o fio dessa meada, é possível identificá-los pela frequência, menção e legitimação que adquiriram na maioria dos textos científicos da área e compõem a institucionalização histórico-científica da CI.

O final do século XIX traz consigo a institucionalização da Documentação enquanto campo científico, acerca de sua massiva produção. Os primeiros passos dos estudos em Documentação nascem com Paul Otlet e Henri La Fontaine, advogados belgas, que organizam o I Congresso Mundial de Associações Internacionais de Documentação, em Bruxelas, no ano de 1910. Nesse percurso surgem as associações especializadas e os Centros de Documentação, no qual, entre eles, Paul Otlet (1868-1944) edificava, ainda no período anterior a II Guerra Mundial, o Instituto Internacional de Bibliografia – IIB (1895), ao formato de uma biblioteca internacional alimentada e formada por grupos distribuídos em diversos países, que trabalhavam em cooperação para alimentar o sistema documental do IIB.

Tal projeto visava o alcance mundial de acesso ao conhecimento científico produzido, transformando o processo da Documentação em um sistemático arranjo ordenado e institucionalizado. Para orientar o processo de classificação documental, Otlet e La Fontaine desenvolveram o Código Decimal Universal, um sistema de classificação analítico-sintética, para os conteúdos documentais, que tinha por objetivo planejar o controle bibliográfico por

assunto, uma vez que, dessa forma, “lhes parecia responder melhor às necessidades dos pesquisadores” (PIEDADE, 1977, p. 79).

É importante ressaltar que tal Classificação tem como base a Classificação Decimal de Dewey – CDD, desenvolvida em 1876, por Melvil Dewey. Em busca de uma classificação muito detalhada, Otlet e La Fontaine examinaram todos os sistemas de classificações da época, e impressionados com a riqueza de detalhes do trabalho de Melvil Dewey, o Instituto optou por expandir a classificação de Dewey, por esta possuir uma notação decimal “que pode ser considerada uma linguagem internacional das comunicações eruditas e permite subdivisões ilimitadas, sem modificação da posição dos números já existentes” (PIEDADE, 1977, p. 80).

A CDD foi pensada para a organização e classificação de acervos armazenados nos espaços das bibliotecas, ao passo que a CDU desenvolveu-se como uma classificação bibliográfica, que tomava por objeto de classificação os documentos, independentes do seu suporte. Ambas constituem um sistema hierárquico, apresentando como princípio fundamental a divisibilidade do conhecimento em dez classes representadas por ideias e conceitos e suas múltiplas relações.

Para além desses feitos, Otlet foi o autor do Tratado de Documentação, em 1934, outorgando ao belga o título de pioneiro nos processos organizacionais em documentação e informação, que viria conduzir a concepção de uma Ciência da Informação. Não obstante, seu Tratado conduz aos fundamentos, princípios, operações, métodos e organismos documentais, reconhecidamente, denominado Ciência da Documentação.

Os ocorridos pós-guerra e os eventos sociais, científicos e tecnológicos estabelecidos pelo embate de duas potências mundiais, que deram início à Guerra Fria, impulsionam as investigações ligadas ao tratamento informacional. Com as dificuldades oriundas da II Guerra Mundial, os estudos da Documentação entraram em declínio. Mesmo com seu reconhecimento como referência nos estudos iniciais e embrionários em torno da informação, a Documentação francesa não foi acolhida por outros pesquisadores da área da CI, principalmente, nos Estados Unidos, que ignoraram a relevante contribuição que a Documentação proporcionou para as investigações informacionais (ORTEGA, 2009).

Com o fim da II Guerra Mundial, os EUA lideram as investigações acerca dos problemas da massiva produção científica e tecnológica, e o pesquisador Vannevar Bush torna-se

responsável por conduzir os estudos informacionais do Comitê Nacional de Pesquisa (depois *Office for Scientific Research and Development*) a partir do qual publica “*As we may think* [...]”, em 1945, apontando os problemas decorrentes do volume, do valor e da informação liberada após a segunda guerra mundial” (BARRETO, 2008, p. 07).

No contexto histórico, eventos, debates e problematizações em torno de uma ciência que trate do escopo informacional ganham força entre pesquisadores americanos. O artigo de Bush apontava um novo paradigma para a informação e concentrava suas observações nas áreas de ciência e tecnologia, tornando-o “o pioneiro da Ciência da Informação e 1945 sua data fundadora pela publicação do seu artigo” (BARRETO, 2008, p. 09). Duas grandes conferências foram realizadas reunindo aproximadamente 340 pesquisadores e documentalistas de todo mundo, a saber: a *Royal Empire Society Scientific Conference* e a *Royal Society Scientific Information Conference*, em 1946 e 1948, respectivamente.

As publicações relativas a esta dada se multiplicaram e muitos estudos começaram a despontar na tentativa de identificar seu escopo e objeto de pesquisa. Na década de 50, Jason Farradane cria o *Institute for Information Scientists*, objetivando reunir pesquisadores e discutir os rumos da nova área, que ao decorrer dos anos une-se à Documentação e à Biblioteconomia formando o atual *Chartered Institute of Library and Information Professionals*. O quadro das conferências do *Georgia Institute of Technology*, nos anos de 1961 e 1962, onde Shera e Cleveland apresentaram grandes contribuições para a definição e delimitação adotadas para CI, além da famosa publicação de Borko (1968), intitulada *Information Science – what is it?*, publicada no periódico *American Documentation*, no ano de 1968, demonstram que em meados dos anos de 1960 a CI se consolida nos EUA (BARRETO, 2008).

Não obstante, outro registro do nascimento da CI, marca sua história: “o pensamento, praticamente desconhecido – ou propositadamente ignorado – no mundo ocidental, de autores da União Soviética e da Europa Oriental, referente à Ciência da Informação nas décadas de 60 e 70 do século passado” (ROBREDO, 2011, p. 28). A *informática* (*informatics* em inglês, e *Informatiki* em russo), termo cunhado por Mikhailov, por volta dos anos de 1960, foi uma denominação alternativa para os estudos da Documentação, já que os pesquisadores soviéticos consideravam o termo Documentação específico e polissêmico (ORTEGA, 2009). Para Mikhailov, Chernyi e Gilyarewskii (1980) a designação anglo-americana de Ciência da Informação era abrangente ao ponto de ser interpretada como uma ciência que trata de todos

os tipos de informação, enfatizando que consideravam a informação desta ciência apenas a informação científica.

O resgate do histórico da CI é realizado para pontuar o contexto em que esta surge enquanto ciência e as definições empregadas ao seu corpus conceitual, mesmo com origem em diferentes grupos e territórios, apontam as emergências de estudo dadas à época e reforça o consenso, que a acompanha até os dias atuais, quanto à definição pontual de sua origem. Contribui para esta lacuna sua própria classificação como ciência pós-moderna, enquanto emerge em um momento de grandes mudanças sociais, científicas e tecnológicas.

De acordo com Santos (1988, p. 57), o conhecimento da ciência pós-moderna não é determinístico e nem descritivista, é antes de tudo “um conhecimento sobre as condições de possibilidade”. Este conhecimento assume um viés relativamente imetódico, isto é, constitui-se por uma pluralidade metodológica, no qual cada método é uma linguagem e a realidade investigada responde na língua em que é perguntada. “A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista” (SANTOS, 1988, p. 67).

Diante de seu histórico, a CI nasce impregnada de características das ciências pós-modernas e, a partir disto, estas características se estendem a todo o volume de problemas intrínsecos à ciência, bem como às propostas de solução apresentadas por meio do rigor científico. Tal semelhança não é apenas um reflexo, mas a identidade que a reconhece como campo científico, tendo em vista que o pós-modernismo altera e perturba não só as estruturas filosóficas e as questões ou conceitos acadêmicos, mas as formas sociais e institucionais e suas relações com outras formas de conhecimento e representação. Nessa perspectiva, este debate foi instituído por dois eventos estabelecendo, o que Connor (1993, p. 13) chama de “estereoscopia conceitual”, no qual cada disciplina produziu provas conclusivas das características pós-modernas em sua própria área de prática cultural e, segundo o autor, o mais importante: “cada disciplina aproveitou progressivamente as descobertas e definições de outras disciplinas”.

A era pós-moderna com suas consequências sociais reflete na ciência tais mudanças e a necessidade de novos focos científicos. Seu próprio nome invoca a nostalgia do modernismo e a superação de um evento, sendo pós. Eis os dois lados e aspectos que carrega o prefixo pós: um de exaustão e decadência do que sucede e outro de superação. Frente às distintas

discussões, mudanças notáveis ocorreram em diversas disciplinas com tal advento e passaram a exigir um olhar mais atento, e a adoção de novas formas de observação, que não apresenta dois tipos de conotação para o prefixo pós, mas a relação peculiar e complexa entre o modernismo e pós-modernismo que geraram diferentes discursos disciplinares nas ciências pós-modernas (CONNOR, 1998).

Dialogar com Connor (1998) permite a proximidade histórica, cronológica e de impacto que o pós-modernismo representa para a ciência, e seu desdobramento para o diagnóstico de ciência pós-moderna. Embora presente nas publicações dos anos 50 e 60, o conceito de pós-modernismo só torna-se consolidado em meados dos anos 70, ganhando força e reconhecimento enquanto fenômeno social e cultural entre algumas disciplinas acadêmicas e também no interior destas, em especial na área das ciências humanas. Assim como Connor (1998), Barreto (2008) aponta as definições e já previsões de um dado fenômeno pensado no efervescer das críticas e propostas dos anos 50 e trazido à aplicação concreta, nos processos e/ou nos discursos, com certo número de anos para sua aceitação e amadurecimento. Compartilhando não apenas a data de surgimento como sua aplicação, a CI mostra-se carregada de características da pós-modernidade, não só nas suas práticas, como também na sua discussão científica.

Acredita-se que sua estrutura pós-moderna intensificou o não consenso a “respeito da conceituação, âmbito, campo de aplicação”, já apontados na literatura, em análises aos eventos dos anos de 1970, que evidenciou uma época marcada pela introdução dos computadores em serviços de bibliotecas e documentação, como descreve Gomes (1980, p.07). No entanto, é pertinente observar que, aproximadamente 40 anos após, é possível ainda perceber a inquietação sobre esta não definição, conforme Robredo (2011, p. 25) coloca:

A expressão ‘Ciência da Informação’ tende a se generalizar, e as publicações relacionadas se multiplicam de forma torrencial. Entretanto, eram – e ainda são – frequentes as expressões ‘ciência(s) da Documentação’, em vários países da Europa, e ‘Library Science’, nos Estados Unidos. Por outro lado, quando se observam algumas publicações, poder-se-ia concluir que ainda não existe unanimidade entre os autores em relação à consolidação da Ciência da Informação como ciência verdadeira, nem mesmo quanto a seu objeto e a seu escopo [grifos do autor].

Injusto seria se essa condenação conceitual não levasse em conta a estrutura interdisciplinar da CI. Na Europa, Estados Unidos ou União Soviética, é possível identificar seu escopo comum, em detrimento do foco particular em cada território de estudo. Cronologicamente,

observa-se que sua possível definição conceitual se aproxima e se difere diante dos interesses e discursos da época. É perceptível que cada conceituação evidenciou problemas próprios da sociedade e período no qual estava imersa. Dessa forma, buscou-se pontuar três definições que marcam os arcabouços teóricos da área como: a Ciência da Documentação, na Europa; a Ciência da Informação, nos EUA; e a Informática, na extinta União Soviética.

Ao longo de seu construto epistemológico também é reconhecível que a propagação dos conceitos americanos sobressaíram-se, tendo em vista o alto investimento na produção de informação científica e desenvolvimento de sistemas de armazenamento e recuperação de informação, ao passo que o trabalho de autores da União Soviética e Europa Oriental, nas décadas de 60 e 70, foram “praticamente desconhecido[s] – ou propositadamente ignorado[s]” (ROBREDO, 2011, p. 28).

É relevante observar que a CI nasce na pertinência dos acontecimentos: fim da II Guerra Mundial e início da Guerra Fria, com a readaptação e disputas estratégicas entre as grandes potências, nas quais a pesquisa científica cresce em larga escala e os investimentos em tecnologias de informação e comunicação são altíssimos. Nesse meio tempo, a ciência se expande em modalidades pós-modernas e permite o surgimento de novas disciplinas, flexíveis, mistas e interdisciplinares. Há a necessidade de uma ciência que cuidasse dos problemas informacionais e a possibilidade de sua criação na junção de muitas disciplinas necessárias para um problema de muitas faces (como a organização da informação) originaram uma ciência camaleônica, que trata de um objeto, a informação, definida por Morin (2008) como um “camaleão conceitual” e, que vem adequando-se e adaptando-se às exigências da sociedade. De processos objetivamente técnicos, expandiu-se para dar sustentáculo às técnicas e suportes do ‘fenômeno informacional’, que para além de seus componentes físicos e mentais, “remetem para a complexidade e a imprevisibilidade do comportamento humano” (ROBREDO, 2011, p. 27).

Na primeira metade do século XX, a ciência da Biblioteconomia conviveu, ainda, com o desenvolvimento paralelo da Documentação. E, na segunda metade do século passado, todo o campo científico ficou tão impregnado pelo tema da ‘informação’, que existe hoje mais de uma dezena de disciplinas disputando esse objeto de múltiplas faces (ZANDONADE, 2003, p. 20).

É interessante observar as definições, tanto terminológicas quanto conceituais, para um mesmo objeto: a ciência responsável pelos documentos informacionais e seus aparatos

tecnológicos. Para a Europa, a Ciência da Documentação, expressão ainda adotada em vários de seus países até os dias atuais, de acordo com Robredo (2011), encontra-se no *Traité de Documentation: Le livre sur le Livre – Théorie et pratique*, de Paul Otlet, com publicação no ano de 1934 e dentre seus fundamentos o autor descreve os Princípios da Documentação, suas partes, operações, métodos, organismos e organização universal. Minuciosamente Otlet (1934) estabelece as estruturas e objetos de uma Ciência da Documentação, que é definida por Lopes Yepes (1978, p. 05) da seguinte forma:

La Ciencia de la Documentación es ciencia y es información. Como ciencia se enmarca en el contexto de la Ciencia de la Ciencia y, por ello, utiliza los conceptos de la misma. Como información se aprovecha de los conceptos de las ciencias de los procesos informativos. Los dos componentes se unen con el objeto de estudiar los procesos de comunicación científica tendentes a establecer las bases de los nuevos conocimientos. La Ciencia de la Documentación es generalizadora en sentido objetivo y a nivel especulativo, es decir, como rama de la Ciencia de la Ciencia para establecer la mayor perfección de proceso de la comunicación científica, pero es especializada en sentido subjetivo por cuanto debe dirigirse al perfeccionamiento de los procesos de comunicación de la información científica en un campo del saber determinado.

Para os soviéticos, a *Informatiki* (em russo) ou Informática, foi o termo proposto a partir do texto de Mikhailov, Chernyi e Gilyarewskii, no ano de 1966, no qual os autores afirmam que o termo já havia sido utilizado em uma obra intitulada *Fundamentos da Informação Científica*, de J.C. Dorfman, na qual, este último criticava o emprego de termos como Documentação, documentalística e Ciência da Informação (FOSKETT, 1980). Para Mikhailov, Chernyi e Gilyarewskii (1980, p. 72), “Informática é uma disciplina científica que estuda a estrutura e as propriedades gerais da informação científica, bem como as regularidades de todos os processos de comunicação científica”. Os autores esclarecem que a Informática é disciplina científica e não uma ciência independente, que não trata de qualquer outra informação, que não a informação científica. Sua investigação se concentra em todos os processos de comunicação científica, sendo eles canais formais como a literatura científica, e os informais como documentos, eventos e encontros entre especialistas e cientistas. Também a reconhecem como uma “disciplina social, uma vez que estuda fenômenos e regularidades inerentes apenas à sociedade humana” (MIKHAILOV, CHERNYI, GILYAREWSKII, 1980, p. 72).

Para Buckland e Liu (1998) Ciência da Informação e Recuperação da Informação, passam a ser utilizados nos anos de 1960, em detrimento do termo Documentação. Acompanhando a

continuidade dada aos estudos de ambas as áreas, os autores tomam o termo Documentação como sinônimo de Ciência da Informação e reconhecem o escasso material publicado que se referencia à história da CI.

Sem dúvida, como exposto anteriormente, os EUA contribuíram significativamente para os estudos informacionais e para uma definição da CI. Os primeiros questionamentos surgem por intermédio de um artigo de Vannevar Bush, no ano de 1945, sobre a informação em ciência e tecnologia e seus possíveis problemas de organização e repasse para a sociedade (BARRETO, 2008). Mais uma vez a história da CI não apresenta consenso, uma vez que, a literatura toma eventos diferentes, assim como autores distintos, para formular sua definição. De acordo com Barreto (2008, p. 08), “estudos indicam o começo da Ciência da Informação relacionando-o a uma pequena reunião realizada em 1961 e de novo em 1962 no *Georgia Institute of Technology* no Estado da *Georgia*, nos EUA”, entretanto, o autor ressalta que esta reunião tomou extenso alcance devido ao patrocínio e a esfera de publicações nas quais ocorria um “considerável pendor para revisar o desenvolvimento da área, principalmente, nos EUA e generalizá-lo para o resto do mundo” (BARRETO, 2008, p. 09).

Robredo (2003, p. 55) discorre que a primeira formulação do que seria a Ciência da Informação surgiu como resultados das discussões postuladas nas Conferências do *Georgia Institute of Technology*, assim extraída de uma publicação de Shera e Cleveland, de 1977, onde se lê a seguinte definição:

Ciência da Informação é a que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo deriva ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a Biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos.

No ano de 1968, a definição de CI recebe nova reformulação através de um artigo de Borko (1968, p.03, tradução nossa), intitulado *Information Science – What is it?*, que vem a cristalizar-se e tornar-se referência para as publicações acerca da CI:

A Ciência da Informação – a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento para acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da

informação tanto no sistema natural, como artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a Biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto um componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. (...) a Biblioteconomia e a Documentação são aspectos aplicados da Ciência da Informação.

Perceptivelmente, a Documentação, dada a época, ainda no cerne do modernismo, é definida como uma “ciência prática com um componente teórico constituído por princípios e um componente constituído por técnicas”, a cargo que a Informática dedica-se aos estudos da informação científica, sem desconsiderar seu viés social. A CI surge com um desdobramento de ciência pós-moderna, composta, como coloca Rayward (1997, p.3), de pedaços disciplinares e embasada na falta de acordo ao que constitui precisamente sua “natureza interdisciplinar comumente aceita”.

Miranda (2003) atesta o caráter pós-moderno da CI quando afirma que a ciência pós-moderna é uma ciência baseada em contradições, já que o progresso da ciência é sempre um esforço dialético “racionalista x empirista”, e dessa forma garante sua evolução. Para Siqueira (2012, p. 14), seu surgimento se dá “num momento de emergência do paradigma pós-moderno, de natureza subjetiva, interdisciplinar e voltada a problemas e não às disciplinas”. Nesse contexto, Dias (2002, p. 93) reafirma a característica de disciplina emergente da CI, tornando mais difícil a tarefa de classificá-la, e esclarece que: “qualquer área ou campo do conhecimento está em permanente definição, por natureza, de vez que é o conjunto de ideias e pessoas que nela circulam que determina, no final, seu conceito”.

A Ciência da Informação, nas postulações de Siqueira (2010), trouxe em seu bojo, problemas recorrentes como a questão de identidade, firmada pela sua estrutura interdisciplinar e a dificuldade de delimitação de seu objeto de estudo, a informação, termo ambíguo e polivalente. Nesse contexto a CI mantém a incessante tentativa de sedimentar seu status científico e social. Sua principal contradição se estabelece no fato de que, mesmo sendo uma ciência pós-moderna, e tendo como principal característica a interdisciplinaridade, ainda é “fortemente influenciada pelo modelo de ciência moderna, alicerçada numa visão racionalista, funcionalista e voltada à especialização do saber” (SIQUEIRA, 2012, p.14). Não há possibilidade de definição de seu objeto, tendo em vista que, tanto seu corpo teórico, como

suas práticas são compostos por uma pluralidade de métodos e teorias, e seus estudos, também firmados no comportamento da informação, subjazem ao desenvolvimento social e mutante da ciência.

Diante tais colocações, talvez se possa especular e adiantar respostas às perguntas propostas nesta tese, de que as dissonâncias, comumente apontadas na literatura, formam-se a partir de seu contexto de origem, bem como sua epistemologia, escopo conceitual e objeto de estudo e, conseqüentemente, nas emergências e necessidades que acompanharam uma onda mundial de grandes mutações sociais nas ciências, tecnologias e economia.

Não obstante, aparentemente, não há como rastrear com precisão a sua própria estrutura conceitual, já que num imbricamento de teorias, culturas e interesses a CI desenvolveu-se de fato como uma ciência de respostas e soluções, conforme sua própria ambigüidade nominativa. Conquanto, o entrelaçamento das disciplinas e suas tematicidades provocam e invocam, nesse ínterim, descobertas e novos questionamentos, eis o desenvolvimento de ir e vir, da ciência. Não foge a esse descobrir e redescobrir de conceitos e legitimação a própria noção de Ciência da Informação que, ao ser questionada, se fragmenta, diversifica-se, multiplica-se e gera tantos outros sentidos, exigindo assim esforços para o estabelecimento da sua institucionalização cognitiva e social.

3.5 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil

Nas colocações de Palermi e Polity (2002), uma história mundial da CI seria um importante marco para contextualizar sua institucionalização, no entanto as autoras reconhecem que as possíveis abordagens e posturas são múltiplas e envolvem fenômenos de interação complexos, já que muitos são os fatores que contribuiram para sua institucionalização. Mas, mesmo conhecendo a impossibilidade de dar conta desse universo, elas reconhecem que ainda assim, de formas múltiplas, essas histórias vêm sendo contadas e adotam abordagens específicas, tendo em vista que não se faz a avaliação da história das ideias e das mudanças de seus paradigmas com as mesmas ferramentas que se avalia a produção científica. Dessa forma, esse não é um trabalho coletivo, mas particular, de acordo com cada local e contexto.

Com base na proposta de Whitley (1974), Palermi e Polity (2002) apresentaram os resultados de uma pesquisa acerca da institucionalização da Ciência da Informação na França. Trabalhos semelhantes também foram desenvolvidos no âmbito brasileiro, no qual, estudos

recentes investigaram a institucionalização cognitiva e social da CI a partir de dados relativos à formação em pós-graduação na área (KOBASHI, 2007); o grau de convergência entre a produção científica (teses e dissertações) e os marcos regulatórios da área (Documento de Área da CAPES e Grupos Temáticos da ANCIB) (ELIEL, 2007); O estudo cienciométrico sob a ótica da institucionalização da pesquisa científica: 1995-2005 (SILVEIRA; BAZI, 2008a); A análise da rede de textos científicos na Ciência da Informação (SILVEIRA; BAZI, 2008b); A análise do repertório metodológico de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da USP e PUC-Campinas (OLIVEIRA, 2008); Aspectos da institucionalização cognitiva e social da CI (LOUREIRO-ALVES, 2010); Estudo da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área da CI (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011); A produção Brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica (ARBOIT; BUFREM; MOREIRO GONZÁLEZ, 2011); O desenvolvimento técnico e científico da área a partir dos anos de 1960 (SOUZA, 2012) e a institucionalização da pesquisa sobre patentes na Ciência da Informação (FUJINO; PEREIRA; MARICATO, 2012), entre outros.

A adoção da teoria de Whitley (1974) para área de Ciência da Informação foi também aplicada na investigação da Institucionalização científica da Biblioteconomia e da documentação espanhola (LÓPEZ –CÓZAR, 2001); Institucionalização cognitiva das teses doutorais em Ciência da Informação em Cuba (RODRIGUEZ, 2011); Análise da institucionalização cognitiva e social da Biblioteconomia e Ciência da Informação Árabe (AL-SAI; LOR, 2012), além das recomendações de Hjørland (2002) para o estudo das estruturas e instituições na comunicação científica e suas relações com os meios sociais, dentro e entre diferentes domínios.

Tais trabalhos buscam pontuar algumas das categorias de análise de institucionalização proposta por Whitley (1974), em sua maioria com enfoque para a institucionalização cognitiva. Compreende-se que tal enfoque se dê pelo fato de que a institucionalização social é consequência da cognitiva, como bem expõe o autor. Observamos que vários indicadores foram utilizados, desde a institucionalização na graduação da CI (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011), até a produção científica brasileira no exterior (ARBOIT; BUFREM; GONZÁLEZ, 2011). Para Kobashi (2007, p. 185), “o tipo de cobertura das fontes utilizadas é fator fundamental para validar os indicadores produzidos”, uma vez que o desenvolvimento

científico de uma disciplina requer a avaliação de diferentes fontes, não ficando restrito apenas aos canais altamente legitimados e formalmente institucionalizados.

De acordo com Pinheiro (2007), o marco da introdução da CI no Brasil pode ser considerado a partir da fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação– IBBD, em 1954. O Instituto foi responsável pelas primeiras bibliografias brasileiras especializadas, feitas por processo automático nos anos de 1960 e propiciou que as discussões da área realizadas nos EUA e Europa pudessem ser conhecidas em território nacional. É possível reconhecer que a institucionalização cognitiva e social da CI no Brasil estabelece-se através do IBICT, abrindo os primeiros espaços para a institucionalização brasileira da CI:

O IBICT foi o laboratório para experiências pioneiras em informação científica e tecnológica – ICT e para formação de recursos humanos na nova área, com os cursos de especialização e de mestrado, bem como abriu a discussão nacional para questões de Ciência da Informação. Portanto, o IBICT assumiu o papel de criador e gestor de atividades pioneiras de ICT e de ações políticas e de coordenação, contribuindo para a implantação de outros órgãos e cursos no Brasil e mesmo na América Latina (PINHEIRO, 2007, p. 03).

O primeiro Programa de pós-graduação no país tem início no IBICT, antigo IBBD, no ano de 1970. A década de 70 também é marcada pelo acentuado número de pós-graduações na área, totalizando 06 novos cursos, período de implantação do ensino da CI no país. No ano de 2007 o Brasil possuía 09 cursos pelo Brasil (PINHEIRO, 2007) e de acordo com os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹² (Quadro 5), a área conta hoje com 14 programas de pós-graduação, distribuídos em 10 estados. No entanto, entre os cursos criados nos anos 70, e a retomada de novos cursos, temos uma lacuna de 20 anos; tendo no ano de 1978 a criação do sexto curso, na Universidade de Brasília – UnB e só em 1998 a criação de dois novos cursos na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP e na Universidade Federal da Bahia – UFBA (PINHEIRO, 2007).

¹²<http://www.capes.gov.br/>

Quadro 5 - Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
BIBLIOTECONOMIA	UNIRIO	RJ	-	-	3
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFBA	BA	4	4	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFPB	PB	4	4	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFPE	PE	4	-	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UEL	PR	3	-	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFF	RJ	4	4	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFSC	SC	4	4	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	USP	SP	5	5	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UNESP/MAR	SP	6	6	-
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFRJ	RJ	5	5	-
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	UNB	DF	4	4	-
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	UFMG	MG	6	6	-
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	UDESC	SC	-	-	3
GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS	UNIRIO	RJ	-	-	3

Legenda: M – Mestrado; D – Doutorado; F – Mestrado Profissional

Fonte: CAPES, 2014.

Pinheiro (2007, p. 05) esclarece que mesmo o primeiro curso mantendo seu vínculo com o IBICT, possuía convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e posteriormente com a Universidade Federal Fluminense – UFF, tornando-se oportuno identificar “a vinculação dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação na estrutura universitária, o que reflete a visão da área, no Brasil, que por sua vez influencia a sua concepção acadêmica”, tendo em vista que a universidade se configura como o modelo dominante atual na organização social e na natureza da institucionalização científica das áreas, de acordo com Whitley (1974).

Outro indicador avaliativo para a institucionalização científica de uma área centra-se no Sistema de Avaliação da Pós-graduação, realizado pela CAPES, no Brasil. Com base nas informações do site da Instituição, a Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Esta avaliação, também conhecida como Conceito CAPES, atribui uma nota em uma escala de “1” a “7”, responsável pela deliberação sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subsequente. Todos os cursos reconhecidos pela

CAPES, ou em processo de reconhecimento, poderão ser consultados no site da Instituição, pela página “Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos”¹³, que oferece um sistema de busca por área de avaliação, nota ou região/instituição. A avaliação consiste em garantir objetivos claros referentes aos programas, como:

Estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;

Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros – exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;

Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;

Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;

Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;

Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;

Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação (CAPES, 2014).

Faz-se pertinente observar que boa parte dos cursos de pós-graduação no país foram promovidos por Universidades que ofertavam em suas graduações o curso de Biblioteconomia e que também muitos destes cursos, em especial os mais antigos, estavam/estão alocados nos centros de Humanidades (UDESC, UFAL, UFBA, UFC, UFF, UFG, UFMA, UFMT, UFPE, UFRGS, UFSC, UFSCAR, UNESP, UNIRIO, USP-SP, USP-Ribeirão) onde, conseqüentemente, formaram-se os mestrados e doutorados em CI.

As publicações periódicas brasileiras em Ciência da Informação têm início com a criação dos cursos de pós-graduação, datado também na década de 70, no qual, os resultados da produção das primeiras dissertações de mestrado começam a fomentar as publicações na área (ELIEL,

¹³<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>

2007). De acordo com os dados informados na página web da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI¹⁴, a área de CI possui periódicos nacionais impressos e eletrônicos. Dos periódicos disponíveis, 26 estão ativos e onze foram descontinuados, mas mantém disponíveis suas publicações (BRAPCI, 2014).

Entre os anos de 1972, quando surgem os primeiros periódicos da área, no Brasil, a saber: *Ciência da Informação*¹⁵ (vigente) e a *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*¹⁶ (substituída em 1996, pela atual *Perspectiva em Ciência da Informação*¹⁷) e o ano de 2011, com a publicação das jovens *AtoZ: Novas Práticas em Informação*¹⁸ e *Conhecimento e Perspectivas em Gestão & Conhecimento*¹⁹, é salutar destacar que todas estas publicações encontram-se disponíveis e com acesso livre, inclusive aquelas que já são consideradas históricas e estão com sua vigência encerrada. Os periódicos de livre acesso são considerados mecanismos de apoio às pesquisas, além de seu caráter eminentemente democrático e apoio à divulgação extensa de investigações e geração de novas produções.

Um forte indicador de institucionalização, cognitiva e social, no Brasil, é o sistema de avaliação Qualis. De acordo com a definição da CAPES²⁰, instituição responsável por esta avaliação, o Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Consiste, essencialmente, em uma metodologia de avaliação que classifica e determina o valor dos elementos que compõe a produção científica de uma área. De acordo com o site da CAPES, a estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta, tal avaliação afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise dos periódicos científicos. Como os Programas de Pós-Graduação são os principais responsáveis pela pesquisa e seus periódicos os principais veículos de divulgação científica, a classificação Qualis é um dos fatores mais importante de institucionalização social atribuído a um campo científico, que permite medir, por estratos, o nível do capital intelectual deste campo e conseqüente a institucionalização cognitiva, através da produção científica da área. “A classificação de periódicos e eventos passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos

¹⁴<http://www.brapci.ufpr.br>

¹⁵<http://revista.ibict.br>

¹⁶<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>

¹⁷ <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>

¹⁸<http://www.atoz.ufpr.br/index.php/atoz>

¹⁹<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>

²⁰<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>

indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero” (CAPES, 2014). Um mesmo periódico pode ser avaliado por mais de uma área de atuação e receber distintas avaliações, neste caso, os periódicos da área da CI, estão classificados junto a CAPES, de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento²¹, como Ciência Social Aplicada.

Atualmente a CI possui, no Brasil, 37 periódicos, 27 desses recebem classificação Qualis, e 20 são editados por programas de pós-graduação (Quadro 6) sendo avaliados na área de Ciências Sociais Aplicadas I. O emprego da classificação Qualis, com valores cada vez mais expressivos, é um significativo indicador de como a CI brasileira vem se firmando “como parte da própria afirmação da área no âmbito internacional” (LARA, SMIT, 2010, p. 11). A consulta pode ser realizada diretamente pelo WebQualis²², bem como a informação de quais áreas e seus respectivos estratos indicativos de qualidade, recebe cada periódico. Há também, 10 periódicos descontinuados, mas que, encontram-se disponíveis para consulta e têm significativa relevância para a memória e institucionalização da área.

Quadro 6 - Periódicos Brasileiros – Classificação Qualis

Nome	Editor	Período de Vigência	Qualis
Informação & Sociedade: Estudos	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Biblioteconomia e Documentação – Universidade Federal da Paraíba	1991 – Atual	A1
Perspectivas em Ciência da Informação	Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1996 – Atual	A1
Transinformação	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia até 2002 (v. 14 n. 2). Departamento de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da PUCCAMP a partir de 2003 (v.15 n. 1) Período: 1989-2006 (v. 1-18)	1989 – Atual	A1
Biblionline	Departamento de Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba	2005 – Atual	B1
Brazilian Journal of Information Science	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista	2007 – Atual	B1
Ciência da Informação	IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) até 1975 (v. 1 n. 1 até v. 4 n.2). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir de 1976	1972 – Atual	B1
DataGramaZero	Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade de Informação – IASI (ONG)	1998 – Atual	B1

²¹http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf

²²Aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos (CAPES, 2014).

Em Questão	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2003 – Atual	B1
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	Ciências da Informação e da Documentação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo	2010 – Atual	B1
Informação & Informação	Departamento de Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) – Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1995 – Atual	B1
Liinc em revista	Laboratório interdisciplinar sobre informação e conhecimento, coordenado na UFRJ	2005 – Atual	B1
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	Departamento de Biblioteconomia e Documentação – Universidade Federal da Paraíba	2011 – Atual	B1
Ponto de Acesso	Instituto de Ciência da Informação – Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2007 – Atual	B1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). A partir de 1999, Co-Edição com Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB-8 – São Paulo, CRB-9 – Paraná e CRB-10 – Rio Grande do Sul)	1973 – Atual	B1
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	Sistema de Bibliotecas da UNICAMP	2003 – Atual	B1
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Ciência da Informação – Universidade de Brasília (UnB)	2008 – Atual	B1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB)	2008 – Atual	B1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	Associação Catarinense de Bibliotecários com apoio cultural da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI	1996 – Atual	B2
Comunicação & Informação	Secretaria da Pós-Graduação em Comunicação, Cidadania e Cultura. – Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) – Universidade Federal de Goiás (UFG)	1998 – Atual	B2
BIBLOS	Departamento de Biblioteconomia e História – Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)	1985 – Atual	B3
Arquivística.net	BNDES e UNIRIO	2005 – Atual	B4
Encontros Bibli	Departamento de Ciência da Informação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1996 – Atual	B1
ETD – Educação Temática Digital	Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas	2001 – Atual	B4
Inclusão Social	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT	2005 – Atual	B4
AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	Curso de Gestão da Informação – Universidade Federal do Paraná	2011 – Atual	B5
Revista de	Faculdade de Biblioteconomia e	1986 –	C

Biblioteconomia & Comunicação	Comunicação da UFRGS	2000	
Revista de Biblioteconomia de Brasília	Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) com a colaboração do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília até 1990 (v. 18, n. 2). Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília (CID/UNB) a partir de 1995 (v. 19, n. 1)	1973 – 2001	C

Fonte: BRAPCI, 2014; CAPES, 2014.

As associações e sociedades científicas também se configuram nesse âmbito como principal componente de institucionalização, tendo em vista que são responsáveis, ao lado dos programas de pós-graduação e publicações acadêmicas, pela reunião de especialistas e a comunicação, tanto formal quanto informal, de discussões, resultados de estudos, reuniões e debates entre seus pares. “Essas associações são responsáveis pela coordenação e pelo encontro de pesquisadores-membros que compõem determinados domínios do conhecimento” (SOUZA, 2012, p.58).

No campo da CI, no Brasil, foi fundada, no ano de 1989, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB²³. A sigla, por ocasião de sua fundação, também abarcava a pós-graduação em Biblioteconomia (pós-graduação *stricto sensu*), que foi extinta da área na década de 90 e, a palavra Biblioteconomia retirada do nome da Associação, no entanto, a sigla foi mantida (SOUZA, 2012).

Sua finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado, no país e fora dele, como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação (ANCIB, 2014).

As atividades da ANCIB centram-se no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação e no Fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores, divididos em grupos de estudos, que tratam de temas especializados da área de CI, o ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Coordenado por pesquisadores reconhecidos pela comunidade científica da área, o evento se estrutura em Grupos de Trabalhos – GT’s, organizados tematicamente. Sua primeira edição foi realizada em 1994, sendo bienal até o ano de 2005, quando se tornou anual. O ENANCIB é o principal evento para reunião dos

²³www.ancib.org.br

pesquisadores brasileiros e vem, anualmente, crescendo, à medida que sua constituição origina novos GT's que representam o seu aperfeiçoamento temático (LARA, SMIT, 2010, p. 15). Outros eventos assumem suas temáticas de forma mais restrita, mas o ENANCIB configura-se como principal reunião e divulgação das pesquisas realizadas na área. Seus Grupos de Trabalho encontram-se assim divididos:

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

GT 2: Organização e Representação do Conhecimento

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações

GT 5: Política e Economia da Informação

GT 6: Informação, Educação e Trabalho

GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I

GT 8: Informação e Tecnologia

GT 9: Museu, Patrimônio e Informação

GT 10: Informação e Memória

GT 11: Informação e Saúde

A institucionalização social da CI no Brasil, de fato, conta com componentes e mecanismos que asseguram seu desenvolvimento. O fortalecimento da institucionalização social assegura o fortalecimento da institucionalização cognitiva, uma vez que a produção e divulgação das pesquisas e a reunião de seus pesquisadores, enquanto vertente social, fortalece a vertente cognitiva da área.

No entanto, os problemas terminológicos e conceituais estão presentes em espaços estruturados como os grupos de pesquisa e os programas de pós-graduação. Estudos como os de Bräscher e Café (2008) evidenciaram a necessidade de discussões sobre os conceitos dos termos OI, OC, RI e RC, que apresentam diferenças conceituais junto aos grupos de pesquisa e nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da área, no Brasil. Para as autoras, os casos exemplificados na pesquisa ilustram os diferentes contextos de uso, exigindo assim, uma discussão mais ampla sobre os conceitos dos termos OI, OC, RI e RC, e a importância dessas temáticas como área de pesquisa da Ciência da Informação brasileira. Para Lara (2011, p. 95), “a identificação do quadro do vocabulário em torno do tema Organização e Representação do Conhecimento no Brasil é um passo indispensável para conhecer o estágio da terminologia sobre o tema”.

Reconhecidamente, a história desta Ciência é pautada na era das ciências pós-modernas e sua própria constituição nasce na interdisciplinaridade e necessidade de resolver problemas

oriundos de uma sociedade crescentemente informacional e informatizada, como sistematicamente mostrou-se no relato de sua trajetória. Sua institucionalização contou com esforços de pesquisadores de várias áreas e, em especial, no Brasil sua institucionalização social tem sido fortemente amparada pelo crescente número de pós-graduações, periódicos especializados e encontros de especialistas.

O processo de construção da Ciência da Informação justifica sua fragmentação na característica da interdisciplinaridade tendo se constituído através de recortes, teorias, práticas e vocábulos oriundos de outras áreas. Não que isso seja um problema, mas o imbricamento de conhecimentos também originou a interdisciplinaridade no uso de seus termos.

Lara (2011, p.93) corrobora afirmando que a legitimidade dos termos e conceitos é assegurada “pelos discursos que propõem reflexões de natureza teórica a partir de generalizações oriundas da prática e [...] pela sua validação por parte da comunidade científica que constitui a área de especialidade em causa”.

A pluralidade de suas teorias não deve ser enfrentada como um problema, tendo em vista que sua concepção e institucionalização parte da interdisciplinaridade que lhe é inerente. Dessa forma, partilhamos a compreensão de Palermi e Polity (2002) quando estas reconhecem que esta concepção histórica e institucionalizante é antes de tudo um construto específico de cada área contribuindo para uma história maior, uma história universal.

Entre as segmentações de que a CI se constitui, nos interessa investigar seu subcampo de Organização e Representação, ora postulado como Organização e Representação do conhecimento, ora como Organização e Representação da informação. A ambiguidade e as diferenças observadas na literatura nos remetem às dúvidas e busca por pesquisas que consigam dirimir tais questionamentos e a dubiedade na definição de termos, e seus respectivos conceitos, tão importantes e constantemente adotados no núcleo da CI. O estudo terminológico, nessa perspectiva, já foi discutido na literatura recente, mas não há, na produção maior, e no uso desses termos, uma padronização (MARTINS, MORAES, 2013).

Neste contexto, busca-se a compreensão na utilização e aplicação do termo Organização e Representação do Conhecimento – ORC, em seus dois principais eventos: ENANCIB, por meio do GT2 e, ISKO-Brasil, considerado um evento especializado para estudos de ORC, no país. Esta investigação se propõe a analisar, junto à produção científica destes eventos, a

trajetória das pesquisas sobre ORC, considerando os teóricos e suas teorias e como se apresenta sua institucionalização cognitiva e social, no que se refere à sua categoria de especialidade na área. Para esta análise, adotaram-se os estudos bibliométricos e a análise de assunto. Para além dessas técnicas, realizaram-se, nos capítulos subsequentes, estudos históricos e epistemológicos sobre ORC, que ao lado da extração dos dados bibliométricos são necessários, para que estes, de acordo com Hjørland (2004), possam ser adequadamente interpretados.

4 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: uma disciplina interdisciplinar

Não é possível que se inicie uma discussão acerca do tema Organização e Representação do Conhecimento/Informação, sem considerar a relação ambígua dos termos organização e representação. Ambos evocam, antes de tudo, uma multiplicidade de conceitos e, em especial, o termo representação está, de acordo com Lara (1999), particularmente presente na literatura da filosofia, da linguística e da sociologia.

4.1 A identidade interdisciplinar da ORC

Organização é um processo intrínseco na vivência humana. É a forma como se dispõe determinada ordem para que se possa compreender e atingir os resultados pretendidos. Realiza-se a organização de ideias para melhor compreensão de determinados aspectos, no entanto, alguns sistemas são capazes de se auto-organizar para um melhor funcionamento. “É alguma coisa ao mesmo tempo muito simples e potencialmente complicada. Trata-se daquelas relações que têm de existir, ou têm de ocorrer, para que algo seja” (MATURANA, VARELA, 2001, p. 50).

Para Kant (1980), o conhecimento é formado por um sistema compreensível e determinável, e só sob a totalidade e organização provarão a legitimidade e valor de todos os elementos constitutivos do conhecimento. A percepção humana, na filosofia Kantiana, capta as coisas através dos órgãos de sentido, e originavam sensações desordenadas e impressões caóticas, o pensamento é responsável por ordená-las, dando-lhes forma, contextualizando-as no tempo e no espaço, para então relacioná-las, estabelecendo-se assim, uma organização (MORAES, ARCELLO, 2000).

O processo de organizar e representar na humanidade estão presentes desde sua gênese. As populações pré-históricas já faziam uso de expressões simbólicas, representando suas tradições por gravuras em paredes de rocha. Dessa forma, o registro arqueológico é visto “como testemunhos que representam comportamentos culturais passados”, e registros dotados de simbolismos que “aglutinam as vertentes simbólicas, cognitivas e contextuais” de uma sociedade (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 15).

O significado que a palavra representação encerra não é de origem tão recente, conforme parecem imaginar alguns. Muito pelo contrário, ela

sempre esteve presente no espírito humano, pelo menos, desde a Pré-história quando os homens primitivos, em suas práticas cotidianas, buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito (PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 17).

A organização apresenta-se na representação ordenada da realidade. De acordo com Caixeta e Souza (2008), a representação é um processo tão antigo quanto o surgimento das civilizações e tem sua forma mais explícita na escrita, que por sua vez é determinada pelas regras de organização dos seus elementos para produção de sentido. “Talvez um dos trabalhos mais angulares de significados da nossa civilização tenha sido a representação dos seres, das coisas, ideias e fenômenos pelo alfabeto” (CAIXETA; SOUZA, 2008, p. 35).

A filosofia, historicamente, foi a primeira área na discussão, investigação e apresentação dos sistemas de organização e representação do conhecimento. Buscava-se respostas para a relação entre o homem, seu modo de conhecer e suas formas de (re)apresentação do mundo e do desconhecido. Tais formas de organização e representação estiveram expressas nos mitos, na religiosidade, nas ideias, na realidade, no abstrato, na percepção e no conhecimento. Deste último e das suas formas de organização e representação, ocupou-se a filosofia, a linguística, a sociologia, a biologia, e as tantas e tantas áreas que, definidas como científicas, institucionalizam-se por organizar e representar o conhecimento no exame de sua validade (MORIN, 2008).

As investidas filosóficas na compreensão do conhecimento incitaram várias correntes investigativas e originaram uma série de conceitos e sistemas de ordenação sobre os processos de conhecimento. Inquestionavelmente, o conhecimento é tema dos estudos epistemológicos das ciências, é biologicamente investigado pelas ciências da cognição, é expressamente impresso na escrita e na fala e alude às manifestações socioculturais produtoras desse fenômeno. Não se pode limitar o conhecimento às “concepções redutoras geradas pelas disciplinas” (MORIN, 2008, p.29).

Fazendo uso dos meios culturais disponíveis, a humanidade elabora e organiza o seu conhecimento, que é, portanto, “um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social” (MORIN, 2008, p.18). Vários pesquisadores desenvolveram investigações fenomenológicas dando origem a teorias do conhecimento. Para a ciência, o conhecimento é um fenômeno científico,

assim como os processos representacionais, categoriais, obtidos do pensamento reflexivo e processos neurocerebrais.

Mantendo-se na linha de pensamento de Edgar Morin (2008), assim como o conceito de conhecimento, quando exposto ao questionamento, fragmenta-se, diversifica-se, multiplica-se, gerando novas interrogações, a organização e a representação também se desdobram em uma variedade de noções mediante ao contexto em que são aplicadas. Não se trata de um objeto físico, mas depende diretamente da percepção e significação do pensamento humano para caracterizar-se como fonte e ordem de conhecimento.

Segundo Lara (1999), as abordagens conceituais dadas à representação não são homogêneas, tendo em vistas que muitas áreas abordam tais questões e apresentam vertentes diferenciadas e distintos pontos de vista, a exemplo da filosofia, sociologia, semiótica e linguística. A adoção de conceitos e teorias destas áreas pela CI proporcionou não só o fortalecimento de pesquisas, como também acentuou seu perfil interdisciplinar e especializado em investigações como a organização do conhecimento que não se desenvolve sem que se estabeleçam estudos lógicos, terminológicos e sociais.

Para representar é necessário, antes de qualquer execução, organizar. Organizar pressupõe colocar ordem, dispor ordenadamente determinado sistema. Para as investigações filosóficas, a organização acerca do entendimento humano compreendia conhecer sua forma de organização, seja pelo sentido ou pela experiência. Aristóteles, autor da obra *Órganon*, descreve a lógica formal das operações mentais, organizando-as em: conceito (ideia), juízo e raciocínio (MONTEIRO, GIRALDES, 2008).

Para Maturana e Varela (2001), a situação explícita ou implícita de reconhecimento no processo de organizar objetos, indicando-os ou distinguindo-os, é algo cotidiano e não único, na qual todos estão submersos necessária e permanentemente. Esse processo consiste em classificar e relacionar num ato cognitivo básico, na qual, a associação de ideias é um processo de auto-organização.

As formas pelas quais o homem sempre fez uso da representação, mesmo considerado um processo organizacional biológico, são parte de uma organização social, na qual, pela percepção e razão, buscou a formulação de conceitos abstratos sobre a realidade que o cerca. A filosofia do homem e da natureza, no mundo ocidental, foi a primeira formulação de

conhecimento racional, organizando e representando suas percepções em busca da prática do bem, do belo, da moral, da virtude e do que é verdadeiro (MORAES, ARCELLO, 2000).

Aristóteles, em discordância da afirmação de Platão, de que o mundo era determinado por ideias universais, independente dos fenômenos que as originavam e da mente humana que as percebia, propôs uma descrição mais complexa das coisas: a doutrina das categorias. As categorias aristotélicas visavam organizar e representar formalmente o raciocínio válido utilizando um sistema lógico, ou seja, um conjunto de axiomas e regras de inferência que, basicamente, descrevem a estrutura do pensamento humano (TARNAS, 2011, p. 78).

As construções lógicas e de categorização refletem a estrutura do conhecimento que por séculos os estudiosos tentavam representar desenvolvendo sistemas de organização do conhecimento. Esses sistemas são representações, compreendendo que o processo de categorizar é antes de qualquer tentativa, a intenção de expor as ideias em uma configuração lógica e organizada sob a distribuição da forma que melhor compreendemos o mundo e seus elementos.

A importância atribuída a Platão e Aristóteles se justifica por terem iniciado uma tradição no mundo ocidental: pensar a verdade através da razão, deixando de lado o mito como forma possível de conhecimento. Dentro desta perspectiva, a verdade filosófica evoluiu no Ocidente e assumiu diversos aspectos em diferentes momentos. Primeiramente, um aspecto metafísico, ontológico onde a preocupação era o próprio ser, princípio de todas as coisas (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 02).

Esses dois clássicos da filosofia alicerçaram as bases para os estudos científicos acerca do conhecimento. Durante os séculos seguintes muitos outros estudiosos foram desenvolvendo as chamadas escolas do saber e, orientados pelo estatuto da essência filosófica, propuseram diferentes sistemas de organização e representação do conhecimento.

O século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza na ordem científica. Mas o que cumpre apreender e tentar restituir são as modificações que alteraram o próprio saber, nesse nível arcaico, que torna possíveis os conhecimentos e o modo de ser daquilo que se presta ao saber (FOUCAULT, 2007, p. 71)²⁴

Na evolução científica, três grandes orientações metodológicas se destacam ao explicar a verdadeira obtenção do conhecimento: o Racionalismo de René Descartes, o Empirismo de John Locke e o idealismo de Emmanuel Kant. Para Descartes, o racionalismo consistia no uso

²⁴1ª edição originalmente em francês, em 1981: *Les Mots et les choses: Une Archéologie des Sciences Humaines*.

da matemática para validar todo o conhecimento, utilizando um método rigoroso que seria capaz de estabelecer critérios para todas as verdades. Locke afirmava que o conhecimento tinha como única fonte a experiência obtida pelos órgãos do sentido, e esse conhecimento empírico era a única forma de se chegar à verdade. Para Kant, o conhecimento humano se limitava à experiência do fenômeno:

Nesse sentido, o pensamento seria o responsável pela tarefa de ordenar e colocar as sensações no tempo e no espaço para assim relacioná-las. O processo cognitivo seria concretizado no entendimento, quando os conceitos puros se ordenariam e sistematizariam as percepções gerando assim, o conhecimento intelectual (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 04).

Mas foi Augusto Comte, responsável pela filosofia positivista, que constituiu as ciências humanas e influenciou o pensamento ocidental até os dias atuais. Para a filosofia positivista a verdade seria obtida apenas com o método, que primava pela verdade, e consistia na observação e experimentação. Diante desses pressupostos, o filósofo elaborou uma classificação das ciências. Para o filósofo, as ciências mais complexas e mais concretas dependem das mais abstratas, assim, as ciências haviam se desenvolvido a partir da matemática, da astronomia, da física, e da química para a biologia e finalmente à sociologia. Esta última seria responsável pelos fatos sociais, as leis científicas e sintetizaria todo o conhecimento humano.

Desta maneira, o processo representacional do homem atravessa os séculos e estabelece-se sempre pela busca do conhecimento e sua organização. A Classificação dos seres e da natureza avança para a compreensão do conhecimento e sua classificação pelos métodos e sistematizações científicas. Nessa perspectiva, a organização das ciências encontra-se no cerne como a classificação e representação do conhecimento. É perceptível que todo esse processo não se dissipou dos estudos longínquos de Aristóteles e não se distancia da constante tentativa de classificação das ciências dos pensadores da modernidade. Para Pombo (1998, p. 02), as classificações têm como desejo e necessidade primordial, a intenção de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”.

Foucault (2007) questiona de onde surge o hábito humano de distribuir coisas diferentes e parecidas, tendo em vista que não é um processo de ligar consequências e sim, de aproximar e isolar, analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos, buscando sempre uma ordenação entre eles. “[...] De fato não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério”

(FOUCAULT, 2007, p. XV). Para o autor, em toda cultura, independente de seus códigos ordenadores e reflexões sobre a ordem, há a experiência natural da ordem e de seus modos de ser.

A representação do mundo ordena a representação do conhecimento. A partir do ordenamento de identidades e diferenças o conhecimento passa de uma hierarquia analógica para a análise e a categorização. Dar-se-á então, pela prova da comparação, sendo admitida pela medida, a unidade comum, a ordem e a série das diferenças, deixado de aproximar para então discernir, estabelecendo identidades. O surgimento da gramática geral, história natural, análise das riquezas, ciências da ordem e do domínio das palavras, seres e necessidades e todas as demais “empiricidades” novas à época clássica, “não se puderam constituir sem a relação que toda a *epistémê*²⁵ da cultura ocidental manteve então com uma ciência universal da ordem” (FOUCAULT, 2007, 79).

Não diferente dos filósofos clássicos, para os modernos era necessário que se conhecesse e compreendesse como as ideias correspondem à realidade. De tal forma, a atividade do conhecimento baseia-se na análise e síntese de representação e significação, direcionadas para a explicação, descrição e interpretação da realidade. Nesse aspecto, o conhecimento refere-se às ideias universais, aos conceitos validados para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. A percepção do real não depende apenas de vivências individuais, mas de leis, normas e princípios de organização e estruturação das coisas. Essa organização permite que todos compreendam o lugar das coisas no mundo, as categorias de nosso pensamento, sendo a vivência singular e o conhecimento universal. “Os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função” (CHAUI, 2003, p. 155).

Nessa busca incansável de representação e classificação pelo mundo que nos rodeia, toda tentativa de saber orientou sempre a organização do ser nesse mundo, e conseqüentemente a organização do conhecimento produzido, dos fatos, dos acontecimentos. De acordo com Pombo (1998, p. 1), é classificando que nos orientamos quanto ao mundo em que vivemos e passamos a “estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços,

²⁵O termo grego *episteme*, que significa ciência, por oposição a *doxa* (opinião) e a *techné* (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o “espaço” historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não científico). Fazer a arqueologia dessa *episteme* é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 85).

os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente”.

Parte-se da compreensão que todo processo classificatório é diretamente um processo representacional. Ao classificar se está definindo e estabelecendo qual a melhor localização para as coisas como elas se apresentam, representando-as segundo uma compreensão. Classificar e, conseqüentemente, representar incidem em organizar, e para que haja ordenação é necessário que se represente em classes, pré-determinadas, ou sob uma visão de organização própria, a disposição entre semelhantes e diferentes. “Na verdade, nada nos parece mais “natural”, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos” (POMBO, 1998, p. 01, grifos do autor).

Na pós-modernidade o relativismo vem evidenciar que conquanto tudo se defina como representação, a compreensão desta permite várias leituras, sendo tudo relativo. A história cultural, nessa perspectiva, é responsável pela construção da realidade dos grupos e isso “reflete diretamente na classificação, na divisão e na delimitação da apreensão social, ou seja, no conhecimento e nas representações”, mostrando que não há neutralidade na realidade e conseqüentemente nas representações (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 08). As representações são nesse sentido, instrumentos de ordenação e hierarquização e concebem a estrutura social que reflete a identidade do grupo ou meio que as produz e consome.

As funções da representação, que antes se centravam em mostrar a ausência e exibir a presença, passam a destacar-se no processo histórico por produzirem sentido e construírem significações. Todo processo de construção de representações e organização científicas é então reconhecido como processo social, que só pode ser racional sem eliminar a ordem dos fins humanos e a dos valores individuais e sociais (JAPIASSU, 1979, apud MORAES; ARCELLO, 2000).

Perceptivelmente todo processo de representação está diretamente ligado à produção realizada na mente humana, geradora de conhecimento. “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (SANTOS, 1988, p. 50). O conhecimento é nessa perspectiva a representação daquilo que capta da experiência sensorial e prática. Dodebei (2002) afirma que para compreendermos a realidade, projetamos modelos, que são construções da mente humana, que permitem a comunicação das ideias,

apresentando função psicológica, aquisitiva, organizacional, normativa, sistemática, construtiva e de parentesco. “Os modelos derivam da necessidade humana de entender a realidade, aparentemente complexa e são, portanto, representações simplificadas e inteligíveis do mundo [...]” (DODEBEI, 2002, p. 19).

Para entendimento da realidade, o representar não é mais desvencilhado dos processos sociais que o compõem, mas a síntese organizacional funcionando como um dos métodos fundamentais do conhecimento (ABBAGNANO, 1998). E, entre os agentes sociais que definem a organização e representação do conhecimento, a linguagem encontra-se como fenômeno multiforme, interdisciplinar e objeto indispensável para estudos em ORC.

A linguagem é um elemento investigado pelas diversas áreas constituindo-se objeto de estudo da Filosofia, Comunicação, Linguística, Sociologia, Psicologia, Ciências Cognitivas, Ciência da Informação, entre tantas outras, e perpassa toda e qualquer área da ciência. A linguagem, em um sentido genérico, constitui um sistema de signos, elementos convencionais, utilizados na comunicação humana. Muitas teorias se desenvolverem em torno do fenômeno da linguagem, definindo esta como estrutura lógica, formal e abstrata, subjacente a todas as línguas.

A linguagem esteve presente, como toda tradição da ciência, primeiramente na filosofia. Aristóteles marca os primeiros estudos e interpretações relativas à linguagem, definindo que todo nome e sua designação possuíam uma representação ou conceito mental que estabelece uma relação de convencionalismo da linguagem. Para o filósofo, um nome é um vocábulo semântico segundo uma convenção, que não é dado pela sua natureza, mas, a partir do simbolismo estabelecido em um consenso. Os nomes (palavras) são símbolos, tanto os sons vocais, como os sinais escritos. No entanto, o que o filósofo chama de afeições da alma (ideias e conceitos) e os objetos e suas imagens mentais são os mesmos para todos, a cargo que as palavras escritas e faladas não são as mesmas para todos, sendo a relação palavra/imagem mental, um sistema convencional (ABBAGNANO, 1998).

Para Saussure²⁶ (2006, p. 13) “a linguagem é um fato social”, e não são os ordenamentos das sílabas, que são impressões acústicas percebidas pelos ouvidos e nem os sons, instrumentos do pensamento, que fazem a linguagem. Antes de tudo, a linguagem possui um lado

²⁶ Citações da tradução em português do original *Cours de Linguistique Générale*, editado em 1915. Esta obra é considerada seminal para os estudos da linguística.

individual e um lado social, interdependentes formando um sistema estabelecido e ao mesmo tempo uma evolução, no qual “a linguagem é uma instituição atual e um produto do passado” (SAUSSURE, 2006, p. 16). Eis que tal observação depara-se diante de outro conceito extensivo a diversas disciplinas, que nas palavras de Saussure (2006, p. 16), faz com que a linguagem seja passível de ser tomada como objeto de estudos de outras ciências. Para o autor, a linguagem é “multiforme e heteróclita”, possuidora de muitos domínios, está centrada em aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, pertencente aos domínios individual e social.

[...] não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. [...] De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito (SAUSSURE, 2006, p.17).

Saussure (2006, p. 17) esclarece que a linguagem não se confunde com a língua, sendo esta apenas uma parte determinada e essencial da linguagem. “A língua é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. A língua é ordenadora da linguagem, que “por si é um princípio de classificação”. A linguagem é uma faculdade natural, ao passo que a língua é um processo adquirido e convencionado de ordenação, sendo um objeto bem definido. A língua é a parte social da linguagem, “exterior ao indivíduo”, em forma de um contrato estabelecido por um grupo social e produtora de signos gerados sob as representações situadas no âmbito da linguagem. Possui natureza homogênea, concreta, constituída por signos tangíveis que podem ser fixados pela escrita fazendo uso de imagens convencionadas (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Nessa perspectiva, o autor classifica a língua no conjunto dos fatos humanos, sendo “um sistema de signos que exprime ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas” (SAUSSURE, 2006, p. 24). A língua é o padrão coletivo, ordenador da estrutura da linguagem, princípio da organização e da gênese evolutiva humana. É através da língua e da tecnologia da escrita que a linguagem concretiza, de forma sintética, os pensamentos e faz registro das ideias e, conseqüentemente, do conhecimento.

Se a organização da linguagem centra-se no processo ordenador da língua, é pela escrita que se pode identificar seu essencial representacional. No entanto, a língua e a escrita constituíram dois sistemas distintos de signo, no qual o segundo representa o primeiro. Saussure (2006) esclarece, tomando como exemplo os ideogramas da escrita chinesa, que essa tentativa de

substituição é expressa de forma verdadeiramente válida nesse caso, uma vez que um ideograma chinês representa uma ideia, sendo signo da ideia e não se encerra nos elementos irredutíveis da palavra, como no sistema fonético. Para o autor: “a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel. Segue-se que a grafia acaba por não mais corresponder àquilo que deve representar” (SAUSSURE, 2006, p. 37).

Tal dificuldade, exposta nos estudos saussurianos, evidencia um problema frequente na Ciência da Informação: o processo representacional, cada vez mais no cerne dos estudos em ORC. Problema que se agrava quando o tratamento informacional incide na lida com termos polissêmicos, fato corriqueiro na própria estrutura conceitual da área. As angústias saussurianas expressam um dos maiores problemas enfrentados pela CI, inclusive é possível afirmar que este é seu escopo seminal. A tentativa de condensar em termos o conteúdo temático de um dado documento, transformando linguagens documentárias em conjuntos de ideogramas científicos, mas evidentemente, sem se desfazer dos problemas identificados no sistema fonético.

Para Saussure (2006) a relação entre um nome e uma coisa não se configura como um processo tão simples como se percebe. O signo linguístico traz consigo a complexidade da linguagem, do contexto de inserção e da psique, não se limitando apenas a uma palavra e uma coisa. É antes de tudo produto, não material, e representação psíquica dos nossos sentidos. A imagem acústica é sensorial e representa o conceito, tanto mais extenso e abstrato nesse processo representacional. O signo linguístico enquanto entidade psíquica apresenta, nessa estrutura, duas faces: o conceito e a imagem acústica, que ao autor nomeia de significado e significante, respectivamente (SAUSSURE, 2006).

Esse signo linguístico que condensa em sua forma material (a palavra) um significado e um significante é estabelecido arbitrariamente, mas essa arbitrariedade não confere à língua que esta seja um sistema livre e organizável naturalmente. A relação firmada entre o significado e o significante é de fato abstrata, dado que não há como apresentar um mesmo significante em diversas outras línguas, em sua forma material (a palavra). E nesse ponto Benveniste (1976) não admite que o signo tenha caráter arbitrário em relação ao seu significado e significante. Para o autor, esse “laço” não é arbitrário e sim necessário, dado que tanto significado como significante evocam-se mutuamente no espírito humano. “O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante” (BENVENISTE, 1976, p. 56). Dessa forma, seu significante, e conseqüentemente seu significado, mesmo

expresso graficamente de forma diferente, carregam consigo a carga sígnica, no qual a arbitrariedade reside na definição de que um signo aplicado a determinado elemento da realidade, que é este elemento e não outro.

Qualquer julgamento quanto à língua e sua estrutura, principalmente dentro do contexto da linguagem, torna-se frágil se não são considerados pontos importantes como os elencados por Saussure (2006) e ditos como essenciais: o caráter arbitrário do signo; a multiplicidade de signos para constituir uma língua; a complexidade de um sistema linguístico; e por fim, a resistência coletiva a toda renovação linguística. A característica de ser um produto social não confere à língua a liberdade de desenvolvimento, antes mesmo de ser uma herança de uma época precedente, o autor ressalta que “essas forças sociais atuam em função do tempo”. E o que Saussure chama de imutabilidade do signo toma como base a tradição, e a tradição é a lei que torna o signo arbitrário (SAUSSURE, 2006, p. 88).

Por mutabilidade, Saussure toma o tempo como principal responsável pela alteração dos signos linguísticos, uma vez que o princípio de alteração tem como base o princípio da continuidade, permitindo um deslocamento na relação entre significado e significante, que permite a manutenção da compreensão apenas no contexto no qual sua alteração ocorreu. A imutabilidade ao lado da mutabilidade dos signos linguísticos não encerra uma contradição, Bally e Sechehaye²⁷ (SAUSSURE, 2006, p. 89) esclarecem que a mutabilidade, como posta por Saussure, quis destacar uma verdade que “a língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la”, sendo esta intangível, mas não inalterável. Nem mesmo as línguas artificiais estão livres do princípio da mutabilidade. A criação de uma língua só estará imutável até o acesso coletivo, tendo em vista que no deslocamento das relações “o tempo altera todas as coisas” e nem mesmo a língua pode escapar a essa lei universal, segundo Saussure (2006, p. 91).

Na teoria saussuriana, a coletividade estabelece os valores de uso e consenso que tornam o signo arbitrário. Mas a análise isolada de um signo não corresponde a seu valor e reconhecimento social, tendo em vista que uma palavra representa uma ideia, e apenas e somente pela organização das ideias e expressão ordenada de imagens acústicas materializadas nos sons que esta representação não permite que a língua seja reduzida a uma simples nomenclatura. “Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e

²⁷ Nota gerada pelos organizadores responsáveis da obra de Saussure: Curso de linguística Geral.

o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 133).

Benveniste (1976) observa que, de fato, os valores são inteiramente relativos, mas pontua que a arbitrariedade não reside nesse aspecto, tendo em vista que os valores ligados aos signos partem da realidade e esta não é conduzida por linhas arbitrárias. A língua como sistema de signos não tem como isolar e definir valor. Dentro de um sistema as relações são necessárias e a organização e adequação desse sistema centram-se nestas relações e na relatividade de valores que evocam ameaças e reestruturações. Os valores nesse sentido se definem pela diferença, já que há uma ligação que define o valor de cada significante em relação ao seu significado. A língua, arbitrária na forma, é nessa perspectiva representante da realidade.

De forma menos densa, Fiorin (2002) expõe que a atividade linguística é uma atividade simbólica, no qual a relação entre conceitos e palavras ordena a realidade e categorizam o mundo. É o incessante jogo de organizar e representar a realidade como atividade eminentemente humana. Assim, as palavras são um sistema autônomo, já que nomeiam de formas diferentes o que cada língua define como categoria da realidade onde esta inserida, através da linguagem.

Saussure (2006) menciona repetidamente ser a linguagem um fato social e que, por conter elementos da psique, também é objeto de estudo da psicologia. Não há como negar a pluralidade de estudos e aplicações em diversas áreas, sobre a linguagem, ao lado da informação e do conhecimento. Na psicologia, para Lev Semenovitch Vygotsky (1987), a estrutura de pensamento dos indivíduos se desenvolve de acordo com os hábitos sociais da cultura onde está inserido. A linguagem, nesse contexto, também é responsável pela observação e participação na realidade social e apreensão desta pelos indivíduos. “A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce pelas palavras. Uma palavra vazia de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento despido de palavras permanece uma sombra” (VYGOTSKY, 1987, p. 271).

Ao considerar a língua como pensamento organizado na matéria fônica, Saussure (2006) expressa claramente o quanto os estudos da língua e da linguagem e todas as variáveis elencadas por autores como Benveniste (1976) e Vygotsky (1987), acerca do contexto social, evidenciam a realidade social e o desenvolvimento cultural, responsáveis diretos pela relação, valoração e aplicação da expressão do pensamento nos elementos de comunicação. Não há

como negar a necessidade do estudo da linguagem para a organização e representação enquanto aspectos humanos de ordenação e compreensão da realidade. Não só pelo fator teórico, como pela importância estrutural empregada à língua, os estudos de linguagem em organização e representação do conhecimento devem focar a formulação de questões científicas que possam ser respondidas compreendendo tais fatores. Arrisca-se preceder que, com base na tradição filosófica e nas investigações da linguagem, as representações sociais originaram, entre tantos sistemas, os estudos de organização, representação e classificação documentárias, e é neles que repousa a responsabilidade da CI em responder tais questões.

Se representar, ordenar e classificar são processos eminentemente humanos, reconhece-se que tais processos refletem a compreensão e a tentativa humana de ajustar-se, conduzir-se e localizar-se de forma física e intelectual no mundo mediante à realidade que nos cerca e seu contexto (JODELET, 2001). O processo de compreensão, engendrado com os demais processos mencionados, formam sistematicamente o que Aristóteles teria considerado em suas discussões como “exercício mental” (KAULA, 1982). No compartilhamento de compreensões e representações formam-se os grupos sociais e analisando seus sistemas representacionais é possível identificar seu desenvolvimento. São claras as formas de representação social: a formação das línguas e o estabelecimento das linguagens. Tais representações “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos matérias e espaciais” (JODELET, 2001, p. 1).

A ânsia do homem na compreensão do mundo, da natureza, do cosmo e do seu próprio eu eludiu filósofos, biólogos, especialistas e curiosos a não só ordenar, nomear, classificar, mas também a registrar e organizar ideias e reflexões buscando expor e estender o conhecimento para a sociedade. Mesmo diante da simples tarefa de agrupar semelhanças e separar diferenças o ensejo de sistematizar era, sem dúvida, a forma natural de compreensão. E nenhuma dessas tentativas, entre erros e acertos, se desloca do universo das representações sociais.

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 2001, p. 5).

Para Torres, Tornay-Mejías e Gómez-Milan (1999), a capacidade humana de categorizar o mundo permite a organização das múltiplas percepções que o ser humano adquire ao longo da vida, e esta capacidade ordena os distintos níveis de abstração, de modo que o conhecimento adquirido seja armazenado e utilizado de forma fácil, rápida e econômica. De acordo com os autores, “A categorização das experiências perceptivas é reflexo da organização do conhecimento adquirido pelas pessoas em múltiplas situações de aprendizagens diferentes” (TORRES; TORNAY-MEJÍAS; GÓMEZ-MILAN, 1999, p. 129, tradução nossa).

Essa incessante necessidade de organizar o mundo é definida por Torres, Tornay-Mejías e Gómez-Milan (1999), como uma necessidade de economia cognitiva que a mente humana desenvolve para enfrentar as mais divergentes situações e orientar-se a partir da variedade de informações que precisa aprender, recordar e manipular.

A organização do conhecimento parte não só desta perspectiva cognitiva individual, mas da busca de tornar familiar àquilo que não nos é familiar, agrupando a partir de categorias culturalmente adquiridas, indivíduos e objetos considerando suas semelhanças, organizadas em uma determinada sequência. Essa organização toma como base as representações sociais vivenciadas e compartilhadas e “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas” (MOSCOVICI, 2004, p. 37).

Não obstante, a organização cognitiva e as representações sociais encontram-se em um mesmo espaço de compreensão e apreensão da realidade e toda ânsia de organização nada mais é que a estratégia da mente humana para conduzir o indivíduo na sua localização e mapeamento social. De forma tão clara isso se mostra imperceptivelmente natural que todas as ciências, desde a história natural à sociologia, química, matemática e a física tentam organizar, representar e estabelecer sistematicamente seus fundamentos para compreender e controlar num processo cognitivo econômico tudo que a mente humana é capaz de captar e ordenar.

Dessa forma, as representações sociais evidenciam as dinâmicas sociais e as práticas coletivas de comunicação e compartilhamento de conhecimentos e possuem precisamente duas funções, como descreve Moscovici (2004, p. 34 – 36):

- a) Em primeiro lugar, elas [representações sociais] *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma

definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adéquam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado [...].

b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o *que* deve ser pensado [grifos do autor].

Para Moscovici (2004, p. 60), Ciência e representações sociais diferem entre si, mas ao mesmo tempo são complementares, uma vez que “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum”. O autor identifica que cada lugar comum tem em si um mundo de conhecimento e para que possuam uma feição comum necessitam de mecanismos como a percepção e a representação, tornando o estranho e perturbador em coisas comuns e familiares à nossa compreensão, ajustando ou expandindo o conhecimento já existente em nosso sistema particular e por fim, pressupondo um consenso com o sistema coletivo que nos rodeia.

Toda vivência humana recorreu à ordenação e classificação do conhecimento adquirido, seja por intermédio das lendas e mitos, representantes diretos das percepções e da natureza na antiguidade, seja pelas inferências filosóficas e experimentos científicos. De acordo com Diemer (1974 *apud* POMBO, 1998, p. 3) a classificação no século XX se divide em quatro grandes orientações: orientação ontológica (classificação dos seres); orientação gnosiológica (classificação das ciências); orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e orientação informacional (classificação das informações). Todas essas classificações são reflexos da evolução científica permeada pelas representações sociais. E se as representações sociais são o escopo da evolução humana, a ciência não se desassocia a estrutura dos sistemas de classificação dessas representações.

Consenso na literatura, Aristóteles foi responsável por uma sistematização das diretrizes da classificação do conhecimento, e seus princípios perduram há mais de dois mil anos (SHERA, 1957; PIEDADE, 1977; SCHREINER, 1979; DALHBERG, 1972; 1978; KAULA, 1982; POMBO, 1998; FOUCAULT, 2007; GUIMARÃES; DODEBEI, 2012). No primeiro nível apontado por Pombo (1988), como classificação dos seres, o problema da classificação

centrava-se na classificação **nas** ciências, sendo objeto fundamentalmente de estudiosos da lógica, biologia, geologia, cosmologia, antropologia ou tipologia psicológica, já que visava os sistemas de conhecimento inseridos em cada uma das classes.

A classificação dos saberes correspondeu ao problema da classificação **das** ciências, que procurava pensar a ciência com suas atividades e produtos. Esta classificação originou estudos que interessaram principalmente aos filósofos e, a partir do século XIX, constitui-se como atividade própria da Filosofia das ciências, perdendo essa centralidade no século XX, quando passa a ser objeto de estudos em outras áreas. Os terceiro e quarto níveis – classificação dos livros e classificação das informações – constituem-se de fato como uma ciência da classificação que toma por tarefa “o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação” (POMBO, 1998, p. 3) e é descrito de forma bem clara pela autora como:

Domínio que, interessando directamente aos classificacionistas, solicita de novo a colaboração dos filósofos. Mercê da sua primordial função de fundamentação e, digamos assim, da sua experiência no tratamento dos problemas do conhecimento e da classificação das ciências, a filosofia acaba por adquirir uma nova e insuspeitada importância². Centrando agora a sua análise na classificação enquanto operação de repartição de um conjunto de objectos quaisquer em classes coordenadas e subordinadas entre si com base em critérios explícitos e previamente escolhidos, a actividade filosófica reveste-se aqui de uma natureza eminentemente lógica e tangencialmente matemática, desenrolando-se no âmbito de uma teoria das classes e de uma teoria das relações.

Para Piedade (1977), os sistemas de classificação se distribuem conforme sua devida finalidade, em classificações filosóficas e classificações bibliográficas. As primeiras podem ser definidas também como classificação das ciências, classificação do conhecimento ou até mesmo classificação metafísica, no qual orientam as definições e hierarquização do conhecimento humano e ordenação das coisas. Partindo do pioneirismo de Aristóteles, a classificação baconiana – desenvolvida pelo filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626) – foi considerada uma das bases mais utilizadas para estruturar sistemas de classificação do conhecimento, com suas primeiras contribuições em projetos grandiosos como a sistematização de saberes em formato de enciclopédia, de d’Alembert, que usou de critérios sistemáticos para organizar os saberes dentro de uma enciclopédia, no século XVII, e o sistema bibliográfico da Classificação Decimal de Dewey (CDD), desenvolvido por Melvil Dewey (1851 – 1931), em 1876, que permanece em uso até os dias atuais, com 23 grandes revisões²⁸ ao longo dos anos. “A Classificação Baconiana foi ampliada por d’Alembert em

²⁸<http://dewey.info/>

1767 e, W.T. Harris usou o sistema ‘Baconiano invertido’ em 1870, o qual influenciou a organização da Classificação Decimal de Melvil Dewey” (KAULA, 1982, p. 4).

Na alçada das classificações bibliográficas estão as orientações para a ordenação de livros e documentos em bibliotecas e arquivos e sua disposição física nesses espaços, além da ordenação das referências nas bibliografias e/ou catálogos. A CDD permitiu a criação de novos sistemas de classificação bibliográfica, entre os mais difundidos estão a Classificação Decimal Universal (CDU), desenvolvida pelos bibliógrafos belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine no final do século XIX, que tinha como condução a organização bibliográfica de documentos; a Classificação de Cutter, *Expansive Classification*, que consiste em um tabela de códigos em que os assuntos eram representados por letras e possuía subdivisões de forma e geográficas e tem como marco importante sua influência sobre a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

De acordo com Piedade (1977) “o último grande sistema de classificação bibliográfica geral” foi desenvolvido por Shyiali Ramamrita Ranganathan, publicada pela primeira vez em 1933. A *Colon Classification*, ou Classificação dos Dois Pontos, desenvolvida pelo matemático indiano, “é a primeira inteiramente sintética, em que os assuntos são apresentados em listas de facetas e cabe ao classificador construir os números de classificação” a partir de fórmulas apresentadas para cada classe (PIEADADE, 1977, p. 68). Este esquema influenciou de forma significativa as pesquisas modernas, o ensino e a prática, mas foi pouco adotada fora da Índia (LANGRIDGE, 2006).

Essas contribuições marcam os processos introdutórios que deram origem a diversos outros sistemas especializados de classificação, contribuindo em diversas áreas e assuntos. Kaula (1982) esclarece que, desde o começo dos estudos sobre sistemas de classificação, era perceptível uma inconsistência na nomenclatura desses esquemas. Os esquemas desenvolvidos pelos lógicos e filósofos eram denominados Classificação do Conhecimento, enquanto que os sistemas projetados por cientistas, bibliotecários e documentalistas, por muito tempo foram definidos como classificação de livros ou classificação de bibliotecas. A autora defende que tais nomenclaturas não atendiam às perspectivas dos sistemas classificatórios bibliográficos, uma vez que o assunto e o pensamento de um livro e/ou documento eram os objetos centrais do esquema de classificação e não os livros ou as bibliotecas. Ela defendia à época o reconhecimento de tais classificações como classificações de assunto (ou como mais tarde seriam denominadas: classificações temáticas).

A diferença entre classificação do conhecimento e classificação de assunto pode ser perfeitamente demonstrada. Na classificação do conhecimento nenhuma fronteira particular da área do conhecimento é geralmente especificada e reconhecida; ao passo que, na classificação de assunto, as áreas específicas do conhecimento são identificadas e reconhecidas (KAULA, 1982, p. 07).

Tanto para Dahlberg (1972) quanto para Foucault (2007), classificar era uma arte que acompanha a humanidade desde a antiguidade. Enquanto arte foi ampliada à medida que estudos sobre o conhecimento desenvolviam-se e só muito recentemente, de acordo com Dahlberg (1972), adquiriu uma base teórica adequada. Os esquemas classificatórios refletiram assim as relações entre o homem e o domínio do conhecimento, a tentativa de organização e comunicação das próprias classificações sociais e suas representações coletivas expressas pela “preocupação do homem em organizar o conhecimento, no intuito de categorizar ideias e fornecer subsídios à perpetuação da memória social” (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 12).

Shera (1957) considera que muito além da organização de livros nas estantes das bibliotecas, a classificação bibliográfica reflete a estrutura do pensamento. Nesse ínterim, o autor define a ciência como a um conhecimento coordenado pela junção de duas ordens de experiência: a discriminação direta, obtida na observação imediata e que, “invariavelmente é interpretada em termos da segunda, a ordem conceitual”. Desses dois padrões, a filosofia da ciência torna-se responsável, e “a classificação é seu modo de expressão” (SHERA, 1957, p. 2). Na busca pela ordem do caos e pela manutenção de suas experiências, o cérebro humano, conduzido por padrões desenvolvidos ao longo da humanidade, é também o que Shera (1957, p.3) chama de: “fazedor de padrões”:

Assim, pode-se dizer que a experiência se constitui em padrões classificados de percepção sensorial passada. A facilidade com a qual novas percepções podem ser organizadas, classificadas e assimiladas com a experiência passada determina, em grande medida, a facilidade com a qual aprendemos.

Os processos de organização do conhecimento foram, ao longo da história da humanidade, projetados como modelos dos estoques de conhecimento, experiências e vivência do indivíduo e do coletivo onde está inserido. Nesse entrelaçar de questões subjacentes à *escrita*, que se projeta pela educação, a *conservação*, que se dá pelo registro e, a *preservação*, que se dá pela guarda de documentos, se vinculam ao plano material de sobrevivência do homem (SOUZA, 1998). A preservação das tradições e as formas de transmissão dos “padrões de classificação do caos das ideias” desenvolveram-se não só pelo modelo lógico das formas de

pensamento, mas pelas heranças culturais que orientaram a classificação dos saberes. Assim, o homem transformou suas ideias em formas palpáveis, selecionando, ordenando, e compondo conceitos “para elaborar base teórica para organizar seus estoques de conhecimento” (NUNES; TALAMO, 2009, p. 31).

Os sistemas de organização do conhecimento evoluíram. E, entre elaboradas tabelas classificatórias e manuais universais, as tecnologias da informação e comunicação permitiram a reprodução dos processos mentais pelas máquinas. Dos metadados às ontologias, as classificações tornam-se esquemas cada vez mais elaborados, em busca de uma inquietação antiga e tão complexa que, mesmo após anos e anos ainda desafia a ciência e arte na classificação e organização de tudo que tomamos por conhecimento. E diante de toda essa carga histórica, as classificações exigiram cada vez mais dos esquemas de organização e das formas de representação do conhecimento registrado (ZANDONADE, 2003).

Mas, esse cenário conseguiu atingir seu caos e auge com o surgimento da internet e a permissão de uma autonomia de acesso, partilha e criação documental, consideravelmente crescente. Esse volume exponencial de informação passou à frente dos mecanismos e instrumentos que no final do século XX, de acordo com Zandonade (2003, p. 13), ofereciam um razoável “acesso ao relevante” e, não mais suficiente, diante do problema que então se constituiu como “acesso ao excesso”. Neste contexto, a Ciência da Informação estabelece-se como uma ciência de organização e recuperação do relevante em meio ao excessivo, evidenciada por Jesse Hauk Shera – pioneiro norte-americano – que buscou os fundamentos da organização do conhecimento registrado, a partir da criação de uma disciplina de epistemologia social, considerada por Zandonade (2003, p. 20), como [...] “uma contribuição relevante para a ‘cientifização’ e o aprofundamento da Ciência da Informação” [grifo do autor].

As classificações bibliografias sistematizaram de forma mais pontual a intenção humana de *ordenar o conhecimento*, e destacam-se entre as diversas tentativas da humanidade de *organizar o conhecimento*. Assim, foi possível especializar as ciências e categorizá-las permitindo que o conhecimento produzido pudesse tornar-se ordenável decorrente da organização e representação registradas. A sociedade não só dispunha da manutenção de seus saberes e tradições, criando no registro um suporte para a memória, como também a

tecnologia de ordenar conforme as percepções humanas tais conhecimentos, “onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio de instituição” (POMBO, 1998, p. 2). Os processos, produtos e instrumentos progressivamente definiram “uma ocupação de intermediação entre o produtor do conhecimento e o utilizador” estabelecendo as características de um profissional alocado em uma atividade que refletia a intenção da origem do seu trabalho (SOUZA, 1998, p.9).

Inicialmente a Biblioteconomia, ao lado da Documentação, sistematizou os processos classificatórios, para com o despontar das tecnologias de informação e comunicação a Ciência da Informação pudesse constituir a especialidade em Organização e Representação do Conhecimento, que se tornou o cerne dessa Ciência. Ao contrário do que se possa interpretar quando do envolvimento mencionado de vários estudiosos sobre a classificação do conhecimento, para Kaula (1982, p. 2) “o estudo da classificação não atraiu as pessoas de um modo geral, com exceção de alguns pensadores, lógicos, cientistas e especialistas em Biblioteconomia e Ciência da Informação”.

Entre as representações sociais, os estudos de classificação bibliográfica se destacam como parte dessas representações, uma vez que estão inseridas na vivência social como mecanismos de acesso ao conhecimento registrado, produto motriz da ciência. A ORC em seu formato atual, mantém a forte característica interdisciplinar da CI, desenvolvendo-se com base nos estudos lógicos, nas teorias linguísticas e sempre, mantendo sua vertente eminentemente social, uma vez que trata dos problemas relacionados à organização de estoques de conhecimento visando prioritariamente o uso e acesso da informação. Seu escopo reflete as inúmeras tentativas que marcam sua epistemologia pela ordenação do conhecimento e representações sociais, transformando “impressões sensoriais isoladas e em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis” (LANGRIDGE, 2006, p. 11). Na CI perpassa, mesmo que de forma implícita, por todos os seus campos de investigação, tendo em vista que qualquer atividade ligada à informação e ao conhecimento exige, em um primeiro momento, organização e representação para que se torne comunicável, acessível, recuperável e cumpra seu devido papel social.

4.2 Organização e Representação do Conhecimento como disciplina científica

Discorreu-se até então sobre os variados aspectos dos processos de organização e representação do conhecimento – ORC – desde suas primordiais investigações, baseadas na busca pela compreensão e ordenação dos seres, até sua institucionalização entre as ciências e os estudos para o aprimoramento da classificação do conhecimento registrado. É notável que desde a filosofia por meio da linguagem, ciência e construções socioculturais, a busca pela sistematização de processos em organização e representação do conhecimento esteve presente. Aliado ao desenvolvimento da língua, da ciência e da tecnologia, tais estudos tornaram-se urgentes, exigindo de tal maneira uma disciplina que contemplasse a investigação científica em um âmbito reconhecidamente interdisciplinar. Qualquer tentativa de reconstrução histórica referentes à ORC não poderá furtar-se de sua essência etimológica e epistemológica junto à Biblioteconomia e à Documentação. É por esse percurso que se inicia a busca de respostas às dissonâncias terminológicas enfrentadas pela CI, em específico na área de ORC.

Um dos fatores mais marcantes entre as civilizações ocidentais foi o desenvolvimento da escrita. Esta tecnologia permitiu não só uma evolução cultural como, também, o aprimoramento dos registros do conhecimento. Toda relação histórica ligada à escrita, e conseqüentemente à leitura, impulsionou avanços tecnológicos na produção de livros e documentos, exigindo a “criação de instrumentos capazes de classificar, identificar e hierarquizar o conhecimento disponível” (PINHO, 2009, p. 24).

Tais avanços instituíram impactos culturais, tecnológicos, científicos e econômicos, evidenciando, cada vez mais, a necessidade de representar e organizar, por meio da preservação, codificação, decodificação e compartilhamento, o uso dos registros do conhecimento. Assim, a ordenação física e as investigações filosóficas, imbricadas nos processos de organização documental, culminaram em um campo de estudos que se prestou a resolver os problemas de organização e acesso ao conhecimento (SOUZA, 1998; ZANDONADE, 2003; PINHO, 2009).

As atividades de organização e preservação de documentos permeiam as mais antigas épocas da história, apresentando registros de coleções organizadas, datados no terceiro milênio a.C. na Biblioteca de Ebla, na Síria. De lá pra cá, próximos ou não das investigações lógicas e

científicas, a história do mundo registrou inúmeros espaços semelhantes a entidades como museus, arquivos e bibliotecas, promovendo acesso a acervos organizados. No século XIX as Bibliotecas passam a ser reconhecidas como espaços públicos de acesso à cultura, assim como as publicações de periódicos se expandem promovendo a divulgação científica e despertam a necessidade de uma nova atividade: a Documentação (ORTEGA, 2004).

Europa e Estados Unidos são, nesse marco histórico, o cerne da Documentação e da Biblioteconomia, respectivamente. Os registros históricos evidenciam que os estudos em organização e representação do conhecimento caracterizaram-se como atividade primeira da Biblioteconomia e Documentação e conseqüentemente da CI. Com o despontar do processo acelerado de publicações, surgem os problemas de catalogação de artigos de periódicos. De acordo com Zandonade (2003), em meados do século XIX essa produção científica já acumulava em torno de dez mil títulos, possibilitando que a Documentação, ao final desse mesmo século apresentasse suas grandes contribuições para a solução dos problemas relativos ao documento e não mais só ao livro. No fim do século XIX Biblioteconomia e Documentação historiam um desenvolvimento imbricado, uma vez que:

[...]surgiram em conseqüência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (como as fichas de 7,5 por 12,5 cm e a Classificação Decimal de Dewey-CDD), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens (ORTEGA, 2004, p. 4).

A institucionalização “formal moderna” da Biblioteconomia, como responsável principal pela “gerência da informação, ou mais precisamente, a de organizadora e administradora de coleções bibliográficas” (SOUZA, 1998, p.9), foi reivindicada e reconhecida a partir da criação da *American Library Association*, em 1876 e no ano de 1887 com o início do *Course of Library Economy, no Columbia College*, proposto por Melvil Dewey. Entretanto, seu marco como uma ciência da Biblioteconomia estabeleceu-se com a Escola Graduada de Biblioteconomia (*Graduate Library School – GLS*) na Universidade de Chicago, em 1926.

De acordo com Zandonade (2003), depois da Segunda Guerra Mundial, “as técnicas de informação tornaram-se generalizadamente disponíveis para a profissão da Biblioteconomia” transformando a “recuperação da informação” a principal corrente de investigação e prática nos Estados Unidos.

Cada novo salto qualitativo no equipamento de registro do conhecimento vem a requerer uma revisão dos instrumentos de organização e de

recuperação da informação registrada. Foi assim quando, em meados do século XIX o livro atingiu o auge da sua maturação e os instrumentos para o seu controle eram adotados em todas as grandes bibliotecas (ZANDONADE, 2003, p. 12).

Heny Evelyn Bliss foi responsável pela publicação de obras que incidiram em grandes contribuições para área de organização do conhecimento. Foi também o autor que utilizou formalmente e, de maneira notória, a expressão organização do conhecimento, dentro da área de Biblioteconomia e posteriormente, da Ciência da Informação, em suas publicações *The organization of knowledge and the system of sciences*, em 1929, e *The organization of knowledge in libraries*, em 1933 (GUIMARÃES, PINHO, FERREIRA, 2012). Murguia e Sales (2013, p. 447), pontuam que além de Bliss, o termo foi utilizado também por Paul Otlet, em um artigo de 1903, intitulado “A ciência da Bibliografia e da Documentação”.

Reuniões já pontuadas no contexto histórico entre comunidades científicas aproximaram a Biblioteconomia para um núcleo de investigação que não tinha mais o livro como foco e, sim a informação. Assim, por volta dos anos de 1950 nasce uma Ciência da Informação que buscou interdisciplinaridade com áreas também nascentes dessa época, como “a ciência da computação, cibernética, teoria geral de sistemas, teoria da informação, lógica formal, etc.” (ZANDONADE, 2003, p.36).

Pioneiro nos estudos da ciência da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (nessa ordem, respeitando a evolução científica de cada época), Shera desenvolveu significativas contribuições para uma institucionalização da Biblioteconomia e Ciência da Informação como disciplina científica, cujo objetivo ele entendia ser a “organização dos registros Gráficos do conhecimento para o seu melhor uso possível” (EGAN; SHERA, 1951, apud ZANDONADE, 2003, p. 51).

Com suas bases estabelecidas, a Biblioteconomia assumiu o núcleo de trabalho que a definia: “a) organização prática do conhecimento para fins de fornecer respostas aos utilizadores de informação; e b) organização e administração de coleções bibliográficas”. Diante de tais processos tornou-se necessário que este profissional adota-se critérios e fundamentasse uma teoria para organizar tais conhecimentos e administrar as coleções a fim de tornar-se “acháveis os pacotes de conhecimento” (SOUZA, 1998, p.9).

Prosseguindo nos registros históricos de Souza (1998, p.9-10), o autor pontua que tal teoria não se originou do “auxílio imediato das sistematizações filosóficas ou científicas, de

organização do conhecimento, ainda que nelas inspirada”. No entanto, desenvolveu instrumentos tomando por base experimentações empíricas da relação sociedade/coleções de livros. Dessas experiências originaram-se instrumentos que “tinham como finalidade o armazenamento dos livros por sua descrição e os que tinham por fim último a recuperação dos livros segundo seu conteúdo”.

Processos utilizados até os dias atuais, a catalogação e a classificação se corporificam em diretrizes para a organização de documentos, mediante a descrição formal destes, e a recuperação segundo seu conteúdo, respectivamente. A catalogação desdobrou-se em regras como forma de controle do material existente no acervo, realizando anotação e transcrição de dados como título, autoria, editores, ano de edição, entre outros. Os instrumentos de identificação de assunto dos livros/documentos pela análise de seu conteúdo denominaram-se em tabelas, esquemas ou sistemas de classificação bibliográfica.

Tais Regras de catalogação e Tabelas de Classificação, elaboradas pelos peritos da organização prática do conhecimento, permitem compor e dispor uma coleção documental. Elas dão a base para um certo tipo de organização do conhecimento de caráter não-filosófico e não científico. Seu objetivo é justificadamente pragmático, conforme foi feito pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, por exemplo. É essa organização pragmática do conhecimento que vem a se transformar em uma teoria da classificação bibliográfica. Ela viabiliza também a constituição de uma teoria da Organização e Administração de bibliotecas e dá origem a uma nova “ciência”, a Biblioteconomia, que veio a ser convertida em sustentação para uma profissão formal, a de bibliotecário (SOUZA, 1998, p. 11).

Assim, a Biblioteconomia é reconhecida como uma das forças impulsionadoras da organização do conhecimento na sociedade moderna, em transição para a pós-modernidade. Muitas nomenclaturas foram adotadas para definir o exercício da organização do conhecimento, em especial na área de Biblioteconomia e Documentação. Um exemplo claro, presente na literatura refere-se ao termo Bibliografia, bastante empregado a partir de meados do século XIX e por todo século XX e definido como um dos instrumentos primordiais do controle bibliográfico. Este último, utilizado por Shera e Egan definia os processos de Documentação, ainda nos anos de 1949, quando, acompanhando as mudanças, inclusive profissionais da época, passam a tomar em uso o termo “organização bibliográfica”, observando que ambos permanecem até hoje na literatura e designam segundo seus criadores: uma “teoria da armazenagem e recuperação da informação”, considerada por Shera como sendo o cerne da Ciência da Informação” (ZANDONADE, 2003, p.52, grifo do autor).

Ao longo dos tempos, muitas disciplinas intentaram estabelecer regras e procedimentos acerca da organização do conhecimento. É pertinente entender que inicialmente essas investigações eram da alçada da filosofia, entendendo neste aspecto o conhecimento como materialização das compreensões humanas. O registro, a materialização desse conhecimento em um suporte passou a ser o objeto das disciplinas responsáveis pelo armazenamento, guarda e recuperação, do que Souza (1998) chama de “pacotes de conhecimento”.

Em todo seu percurso evolutivo essas práticas, científicas ou pragmáticas, receberam distintas definições até firmarem-se como Organização e Representação do Conhecimento, como é adotado atualmente, destacando a mais evidenciadas na literatura: Documentação (OTLET, 1934); Controle Bibliográfico (EGAN; SHERA, 1949); Organização Bibliográfica (EGAN; SHERA, 1952); Organização da informação (AMERICAN DOCUMENTATION, 1950, apud ZANDONADE, 2003); Ciência da Documentação (LOPEZ YEPES, 1978); Organização do Conhecimento (DAHLBERG, 2006). Dessa forma, a organização dos registros do conhecimento conquista espaço, não só como uma atividade pragmática, mas expande-se em um campo de estudos teóricos e aplicados e suas contribuições dão origem a uma disciplina tornando assim, mais acessível o uso e a apropriação do conhecimento produzido.

Como já mencionado, as teorias em ORC não se originaram de imediato das sistematizações filosóficas ou científicas. Suas técnicas nascem na diversidade da organização de documentos e se dividem em natureza descritiva: “organização dos documentos enquanto produtos fisicamente formatados” e, em natureza temática: “organização temática dos documentos a partir do conhecimento neles contido” (GUIMARÃES, 2003; SOUZA, 1998, p. 55). Nessa perspectiva, dois diferentes níveis, Guimarães (2008, p.78) ressalta que o Tratamento Temático da Informação – TTI –, junto à Ciência da Informação e a Biblioteconomia:

Ocupa (como se pode observar tanto na literatura quanto nas distintas práticas profissionais) um espaço nuclear, visto revelar a mediação entre a produção e o uso da informação, entre elas tecendo a mais sólida ponte: a que dá acesso ao conteúdo informacional.

O tratamento temático da informação origina-se de uma necessidade pragmática de tratamento documental (GUIMARÃES, 2008) dos quais se configuram os processos de organização e representação do conhecimento e possui bases epistemológicas alicerçada em três linhas teóricas que se construíram e consolidaram historicamente, em distintas partes do mundo (GUIMARÃES, MORAES E GUARIDO, 2007). Guimarães (2003) alude três principais

momentos em sua constituição, que ele descreve metaforicamente como: arte, técnica e a busca por metodologias. No primeiro momento, com a ausência de técnicas estabelecidas, a abordagem temática da informação orientou-se pela habilidade artística e um bom senso aplicado a um processo altamente intuitivo; no segundo momento, a partir do século XIX, com a larga escala da produção documental, o tratamento temático pauta-se no uso das técnicas, com destaque para a estrutura de notações decimais de Dewey, a indexação alfabética de assuntos, desenvolvida por Cutter, a classificação da Biblioteca do Congresso Americano, que adotava o princípio da garantia literária e os sistemas de indexação Unitermo e KWIC, que exigiram o estabelecimento de regras claras, notadamente em bibliotecas; e o terceiro momento ocorre com a consolidação acadêmica da Biblioteconomia e da CI, baseado no tratamento temático automatizado da informação, por volta dos anos de 1950, quando se observa a preocupação, em especial nos Estados Unidos e Europa, com a elaboração de bases científicas visando à construção de metodologias para o desenvolvimento dos procedimentos da área (GUIMARÃES, 2008). Destacam-se nesse período:

[...] as experiências investigativas de Kaiser (EUA, 1911) relativamente à composição do binômio concreto/processo para a estruturação de enunciados de assunto e o trabalho teórico de Ranganathan (Índia, 1933) quanto a uma análise em facetas – Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo – do conteúdo temático dos documentos. Igualmente há de se registrar as experiências investigativas do *Classification Research Group* (Inglaterra, 1952), que ampliou para doze as cinco categorias fundamentais de Ranganathan, e de Derek Austin (Inglaterra, 1968) e do grupo de Bangalore (Índia, 1969) que, por meio dos sistemas PRECIS e POPSI, lançaram as bases para uma aplicação da análise facetada em sistemas automatizados (GUIMARÃES, 2008, p. 80).

Tais correntes foram estruturadas, de acordo com Guimarães, Moraes e Guarido (2007) e Guimarães (2008), a partir de três principais abordagens: a *subject cataloguing* (de orientação predominantemente norte-americana) norteada pelos princípios da catalogação alfabética e cabeçalhos de assuntos, com ênfase na elaboração de catálogos como produto de tratamento da informação; a *indexing* (de orientação predominantemente inglesa) que apresenta índices como produto do tratamento temático utilizando linguagens de indexação, com destaque para os tesouros, apresentando influências significativas dos trabalhos desenvolvidos pela *Classification Research Group*, e a *analyse documentaire* (de orientação predominantemente francesa) que possui “nítidos reflexos na tradição científica espanhola e brasileira”, como exposto por Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 95), e tem como enfoque o processo de tratamento temático em si mantendo acentuada interface com a lógica, terminologia e

linguística. “Possui, como traço distintivo, a busca de uma dimensão metodológica para a área, segundo o qual, deve preceder necessariamente a questão das linguagens de indexação (como na tradição inglesa) ou a geração de catálogos (tradição americana)” (GUIMARÃES, MORAES E GUARIDO, 2007, p. 95).

Decorrente de seu desenvolvimento, a construção teórica da área de tratamento temático da informação originou três aspectos que são inerentes ao seu fazer: Os processos, os produtos e instrumentos que foram sistematizados de acordo com os conteúdos em organização e representação e se apresentam da seguinte forma: a) **processos**: compreendem *a análise*²⁹, *a condensação*³⁰ e *a representação*³¹; b) **produtos**: a transformação dos documentos em produtos que facilitam a consulta aos originais, em áreas especializadas do conhecimento, como os índices, os resumos, catálogos impressos e catálogos de acesso público online – OPAC’s, por exemplo; e, c) **instrumentos**: ferramentas de linguagem documental para a representação padronizada do conteúdo temático de documentos, fazendo uso acentuado das tecnologias de informação e comunicação, tais como classificações, cabeçalhos de assuntos, tesouros, terminologias, ontologias, etc. (GUIMARÃES, 2008, p. 84).

Assim, a organização do conhecimento ganhou “espaço não apenas como necessidade pragmática para o universo documental, mas como campo de reflexão e produção teórica” (PINHO, 2009, p. 30). Para além de tais experiências, surge a preocupação com os estudos de bases científicas para “o fazer do TTI, no intuito de ir além de técnicas prescritivas para buscar a construção de metodologias defensáveis” (GUIMARÃES, 2008, p. 80).

É possível inferir que, a consolidação acadêmica da Biblioteconomia e, posteriormente, da Ciência da Informação e todo aparato tecnológico que desponta nos anos de 1950, desencadearam experiências de tratamento automatizado da informação e as três principais abordagens teóricas influenciaram tanto na prática investigativa de novos procedimentos, como na geração de produtos e instrumentos. Esse aspecto, possivelmente evidencia também a plural terminologia adotada na constituição da ORC.

As contribuições advindas dos estudos de Ranganathan, em especial das descrições acerca do desenvolvimento da *Colon Classification*, influenciaram, ainda no ano de 1952 a fundação da

²⁹ Parte da leitura de documentos, buscando as partes de maior relevância temática, exigindo assim um conjunto de estratégias metacognitivas;

³⁰ Trabalha no sentido de síntese do documento por termos de recuperação;

³¹ Traduz o conteúdo temático do documento a uma linguagem especializada, fazendo uso da indexação por índices, vocabulários controlados, tesouros, entre outros.

Classification Research Group, na Inglaterra. O grupo tinha por finalidade aperfeiçoar e melhorar as ferramentas existentes voltadas para a classificação da informação técnico-científica e estabelecer tais estudos enquanto campo de estudo específico. Entretanto, findou seus trabalhos em 1968, e contou com grandes nomes da literatura especializada em ORC, como Derek Austin, Eric Coates, Jason Farradane, Robert Fairthorne, Douglas Foskett, Barbara Kyle, Derek Langridge, Jack Mills, Bernard Palmer, Jack Wells e Brian Campbell Vickery.

A institucionalização científica da ORC também teve como grande contribuição a *Society for Classification*, fundada em 1977 por Ingetraut Dahlberg, tendo como abrangência os estudos e aplicações voltados para “a classificação, por meio de tesouros, taxonomias para ordenar objetos e taxonomia numérica, usando métodos formais e matemáticos para o reconhecimento de classes de objetos de acordo com suas características” (PINHO, 2009, p. 30). A composição do grupo contava com matemáticos e estatísticos que focavam as investigações em métodos de análise de dados. Não sendo esse o único interesse de Dahlberg, a pesquisadora, após 12 anos de contribuições, deixa a *Society for Classification* para dar início a um novo projeto: a *International Society for Knowledge Organization*, em 1989.

De acordo com Guimarães (2008), Pinho (2009) e Ribeiro e Cerveira (2013), é através da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO – que o universo investigativo e a produção teórica em OC tem se configurado como campo científico, propiciando principalmente a interlocução científica internacional, reconhecendo a OC como um dos marcos conceituais da CI, inclusive evidenciando historicamente seus aspectos teóricos, conceituais e instrumentais que envolvem a organização do conhecimento no cerne desta Ciência.

A ISKO foi fundada no ano de 1989, aos 22 dias do mês de julho, em Frankfurt, na Alemanha. Sua fundadora, Ingetraut Dahlberg, decidiu criar uma sociedade voltada para a organização do conhecimento, no qual a OC teria uma abordagem mais ampla, investigando o conhecimento a partir de um melhor entendimento de suas características organizacionais, descritivas, representativas e sua aplicação a partir do acesso e uso desse conhecimento (PINHO, 2009).

Tendo sua base teórica especialmente nos princípios da classificação e nas pesquisas sobre tesouros, com especial destaque para os trabalhos de Ranganathan e do CRG a ISKO, como ressalta Dahlberg (1995), encontrou

as bases para sua criação em duas vertentes da Biblioteconomia internacional, ligadas respectivamente ao estudo e desenvolvimento de tesouros como instrumentos alfabéticos de tratamento temático e à aplicabilidade das teorias facetadas à elaboração de tesouros, gerando trabalhos como o *Thesaurus facet* de Jean Aitchison³² (GUIMARÃES, 2008, p. 88).

Dahlberg (2006) elucida que a escolha pelo nome da sociedade adotou como referencial as obras de Bliss, que tomou por uso a expressão (*Knowledge Organization*) em suas publicações, nos anos de 1929 e 1933, como já mencionados. Para a pesquisadora, dentro do escopo em que se firmaria a ISKO, a organização do conhecimento compreenderia “os objetos e atividades da teoria do conceito, classificação e indexação, e representação do conhecimento” (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução nossa). Esclarece que, por representação do conhecimento a ISKO entendia não só a estrutura lógica das representações conceituais, como também todos os problemas relativos aos conceitos e termos adequados, uma vez que as questões de terminologia também tinham que ser consideradas (DAHLBERG, 2006).

O objeto da área de que trata a OC, encontra-se explícito em seu próprio nome *Knowledge Organization*, no qual Dahlberg (2006, p. 13) reconhece como uma ciência:

Em nosso caso, o objeto da área já é dado no nome organização do conhecimento. O nome inclui uma combinação simples entre conceitos, na qual o objeto e sua própria área de atuação já estão indicados, como conceitos de assunto e predicado, i.e. “conhecimento” no sentido de “o que se sabe” e “organização” no sentido da atividade de construir algo de acordo com um plano. Esses dois conceitos cobrem, então, o objeto da área da organização do conhecimento.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, a ISKO ramificou-se em capítulos nacionais e regionais e, possui membros em mais de cinquenta países, das mais diversas especialidades (Ciência da Informação, Filosofia, Linguística, Ciência da Computação, entre outras). Sua atuação tem como foco os problemas relacionados à organização conceitual, para além da necessidade pragmática para o universo documental, constituindo-se como um amplo e representativo fórum científico internacional.

De acordo com seu caráter interdisciplinar, estabelece cooperação com instituições como: UNESCO, Comissão Européia, ISO (*International Organization for Standardization*), IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*), ASIS&T SIG/CR

³² Lista de termos em engenharia, organizada ao modelo de um tesouro e projetada com base em sistemas de classificação facetados, imensamente detalhada, elaborada por Jean Aitchison, para a empresa inglesa Electric Company. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/591791/Thesaurusfacet>

(*Special Interest Group on Classification Research of the American Society for Information Science and Technology*), NKOS (*Networked Knowledge Organization Systems/Services*) e Infoterm (*International Information Centre for Terminology*), dentre outros (GUIMARÃES, 2008).

Atualmente, conta com mais de 400 membros em todo mundo, com a realização de seus capítulos nos seguintes países: Brasil, Canadá, EUA, China, França, Alemanha, Índia, Irã, Itália, Maghreb (Argélia, Tunísia e Marrocos), Polônia, Espanha, Reino Unido, além de correspondentes na Austrália, Hungria, Geórgia, Norte da Europa, Romênia, Rússia e Eslováquia. Seus eventos regionais e nacionais são bienais, e congregam a discussão de temas específicos, bem como propicia a reunião entre seus membros, oferecendo associações individuais e institucionais.

No sítio³³ institucional da Sociedade, sua missão e seus objetivos são definidos como:

- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de organização do conhecimento que promovam as abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas para ordenar o conhecimento;
- Fornecer os meios de comunicação e networking em organização do conhecimento para os seus membros;
- Funcionar como um elo entre todas as instituições e sociedades nacionais, trabalhando com os problemas relacionados com a organização e processamento de conhecimento conceitual (ISKO, 2014, tradução nossa)

Entre suas atividades, destacadas como mais importantes, encontram-se as seguintes publicações que possuem considerável nível de impacto na área: conferências internacionais regionais, realizadas a cada dois anos, publicação da revista científica *Knowledge Organization (KO)*³⁴; *ISKO News (incorporado à Knowledge Organization)*; séries *Advance in Knowledge Organization (AKO)*³⁵ e *Knowledge Organization in Subject Areas (KOSA)*³⁶ (PINHO, 2009; ISKO, 2014).

No sítio da Instituição também é possível obter a relação de todas as Instituições que trabalham com práticas e pesquisas relativas à organização do conhecimento e estão ligadas à ISKO, conforme listadas abaixo (Quadro 7):

³³<http://www.isko.org/>

³⁴<http://www.isko.org/ko.html>

³⁵ Série de anais de todas as conferências internacionais ocorridas, desde 1990 – 2012. Disponível em: <http://www.ergon-verlag.de/en/>

³⁶ Anais da Primeira Conferência Europeia ISKO. Disponível em: <http://www.ergon-verlag.de/en/>

Quadro 7 - Instituições de Organização do Conhecimento ligadas à ISKO

BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
IFLA: International Federation of Library Associations and Institutions	Iorg: Information organization research groups
FID : Fédération Internationale de la Documentation	Dahlberg Library
ASIST: American Society for Information science and Technology / SIG/CR: Special Interest Group on Classification Research	DRTC: Documentation Tesearch and Training Centre
SpecialLibrariesAssociation	ClassificationResearchGroup: London
CILIP: Chartered Institute of Library and Information Professionals	UDCC: Universal Decimal Classification Consortium
Dewey Services (OCLC)	BCA: BlissClassificationAssociation
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	
Semantic Web (W3C)	Descriptionlogic
SemanticWeb.org	OASIS. TC Publishedsubjects
WebOnt: Web Ontology Working Group (W3C)	Ontology Research Group
SKOS: Knowledge organisation systems and the Semantic Web	AIFIA: Asilomar Institute for Information Architecture
NKOS: Networked Knowledge Organization Systems/Services	A formal concept analysis homepage (Napier University)
VocabularyMapping Framework (JISC)	TREC: TextRetrievalConference
Knowledge extraction and semantic interoperability (DELOS)	TaxoCoP: Taxonomy Community of Practice
IAOA: International Association for Ontology and its Applications	ICSS: International Conference on Conceptual Structures
UpperOntologySummit (NIST)	Descriptionlogics (KR Inc.)
OOR: Open Ontology Repository Initiative	Conceptual graphs
SEMIC.EU: SemanticInteroperabilityCentreEurope	Concept maps (IHMC)
British Computer Society. Electronic Publishing Specialist Group / KIDMM:Knowledge, Information, Data and Metadata Management	FIND: Special interest and research group on Dynamic taxonomies and faceted search (University of Turin)
NCOR: National Center for Ontological Research	TopicMaps.org
TERMINOLOGIA	
International Agreement of Indexing Societies	JISC. Terminology services and technology
ISO: International Organization for Standardization /TC 37: Terminology and other language and content resources	AFIA. TIA : Groupe de travail Terminologie et intelligence artificielle
ISA: International Sociological Association / COCTA: Committee on Conceptual and Terminological Analysis	GTW: GesellschaftfürTerminologie und Wissenstransfer = Association forterminology and knowledge transfer
TerminologyForum	Realiter: Rete panlatina di terminologia
TermNet: the international network for terminology	Ecoterm (EuropeanEnvironmentAgency)
Infoterm: International Information Centre for Terminology	Minerva Europe. Multilingualism and thesaurus subgroup
OUTROS DOMÍNIOS	
cMap: Classification and mapping for e-business and e-procurement	WHS: Willi Hennig Society [lassifica taxonomy]
IFCS: International Federation of Classification Societies [Estatística]	CIDOC Conceptual ReferenceModel [Museologia]
GfKI: German classification society = Gesellschaft für Klassifikation [Estatística]	Le monde du classement / Thomas Heitz
The SystematicsAssociation [Biologia]	

Fonte: ISKO, 2014

Mediante histórico dos processos de organização do conhecimento e seu estabelecimento enquanto campo científico é salutar que a ISKO constitua-se como um marco de institucionalização cognitiva para a área, uma vez que define seu campo de investigação e pontua sua estrutura conceitual e, sua institucionalização social acerca de suas ações por meio da divulgação de resultados e a articulação entre seus pesquisadores. Esses parâmetros, já mencionados no capítulo 3 deste trabalho, permitem a análise não só entre os pares, a partir de um consenso conceitual e de teorias e métodos, como também, por meio da promoção da pesquisa e sua publicitação em eventos científicos, periódico, grupos de pesquisadores e resultados devolvidos à sociedade.

Nesse contexto, a literatura evidencia que os principais autores da área de ORC estão vinculados não só aos conglomerados científicos que constituem a especialidade em Organização do Conhecimento – apontando um alto nível de institucionalização social por apresentar áreas de pesquisa claramente delineadas e em diversificadas cooperações – como também, dentro desta, um desenvolvimento cognitivo demarcado a partir de investigações voltadas para os modelos dominantes e constantes de pesquisas por novos modelos de análise.

No entanto, de acordo com Murguia e Sales (2013), no Capítulo da ISKO, realizado em Mysore, na Índia, em 2012, Hjørland e Ohly retomam as discussões referentes ao estabelecimento de uma distinção entre organização do conhecimento e outras áreas correlatas, como organização da informação, informação da organização, arquitetura da informação e engenharia do conhecimento. Tais considerações se pautam no que Souza (1998, p.46) já apontava na década de 1990, quando expunha que se enfrentaria uma crise pelo “próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, na medida em que seus limites e referenciais epistemológicos não se sustentam diante dos novos modos de produção”. E nesse prenúncio, os mesmos fatores materiais ligados à ORC assumiriam nova dinâmica e provocariam outras novas ordens que balizariam novas formas de organização documental, que provavelmente modificariam certas técnicas tradicionais, em especial da Biblioteconomia (SOUZA, 1998).

De alguma forma, a constatação de uma diversidade de investigações e práticas, dentro de uma área reconhecidamente interdisciplinar, permite que se conclua o quão difícil se mostra sua institucionalização, tanto social quanto cognitiva. O que tem sido mais questionado pelo seu caráter explícito é a utilização conceitual dentro da área de Ciência da Informação. Em

ênfase, encontra-se o fato da CI ser interdisciplinar e ter desenvolvido seu eixo teórico com conceitos de outras áreas, ora empregados diretamente, ora adaptados.

Justificadamente, foi possível mostrar que, dentro de todo percurso histórico, os liames interdisciplinares que sobrepujam a CI são os mesmos que a aproximam e mesclam com a ORC. A ambiguidade e as diferenças ora observadas na literatura da CI, refletem-se também nos estudos da ORC, compreendendo que a segunda é uma especialidade da primeira.

Tais dissonâncias remetem às dúvidas e buscas por pesquisas que consigam dirimir tais questionamentos e a dubiedade na definição de conceitos tão importantes e constantemente adotados no núcleo da CI e em sua especialidade em ORC. Assim, a padronização conceitual se faz necessária para a legitimação dos estudos e principalmente para atender a uma precisa recuperação da informação, tendo em vista que o não consenso resulta na dispersão do conjunto científico, mesmo este se encontrando reunido em um único veículo de comunicação. Essa dispersão se acentua considerando o volume crescente das publicações e o gasto de tempo na localização dos materiais.

Mediante tais preocupações que a próxima e última seção deste capítulo discorrerá sobre a constituição e desenvolvimento da Organização do conhecimento no Brasil e permitirá a descrição do objeto de estudo proposto na justificativa desta tese.

4.3 Organização e Representação do Conhecimento na CI Brasileira

Não seria possível abordar qualquer tipo de problema relativo à institucionalização social e cognitiva de uma área sem antes deitar o olhar sobre sua constituição, em busca da compreensão de sua etimologia e história. A CI tem reconhecidamente sua base voltada para os estudos de organização, representação e recuperação da informação. No entanto, sua característica interdisciplinar tem permitido que muitos termos, dentro da área, se tornem monísticos³⁷.

No Brasil a ORC enquanto campo científico é introduzida através dos currículos de Biblioteconomia. Conquanto alguns pesquisadores da CI procurem desvencilhá-la da Biblioteconomia, é impossível negar seus vínculos históricos e em especial no Brasil, onde a

³⁷ Alusão à doutrina filosófica segundo a qual um conjunto de coisas pode ser reduzido à unidade quer do ponto de vista material ou espiritual, quer do ponto de vista das Leis (lógica ou física) pelas quais o universo se ordena. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=monismo>>.

implantação da CI ocorre nas escolas de ensino superior em Biblioteconomia, já existentes. E, inicialmente foram nominados como “Mestrado em Biblioteconomia”, ao exemplo da UFMG e UFPB, sendo substituídos apenas por volta dos anos 90 (SOUZA, 2012).

Embora a pesquisa substantiva e sistemática em CI no país tenha tido início nos programas de pós-graduação da área, ligadas aos cursos de Biblioteconomia, é inegável que o desenvolvimento da CI ocorre também no âmbito da graduação (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011, p. 145).

O primeiro curso surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911, na Biblioteca Nacional, com influência da escola francesa *École de Chartres*. No entanto, apenas em 1915 tem seu funcionamento iniciado, sendo interrompido em 1923 e retornando em 1931. Posteriormente, dois Cursos foram instalados no Estado de São Paulo, um dos quais, junto ao Instituto Mackenzie (1929) e o outro junto à Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo (1936), baseados na corrente norte americana da *Columbia University* (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

Os cursos do Rio de Janeiro e São Paulo não possuíam apenas raízes diferenciadas de acordo com suas correntes teóricas, a saber: Rio de Janeiro, um escopo humanístico e São Paulo uma visão basicamente técnica, mas também, nas disciplinas escolares (Quadro 8).

Quadro 8 – Disciplinas da Biblioteconomia – Rio de Janeiro x São Paulo

ANO	RIO DE JANEIRO (BN)	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Referência	1929	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941-1942	Catálogo Classificação Bibliografia História do Livro Organização de Bibliotecas
1944	Organização e Administração de Bibliotecas Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943-1959	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e Técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	1960-1961	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: Castro (2000, p. 105).

É possível observar que desde muito cedo as atividades de organização e representação do conhecimento já se configuravam em disciplinas acadêmicas tais como a bibliografia (advinda da Documentação) e a catalogação e classificação (Biblioteconomia americana) e já nessa época não apresentam consenso terminológico e conseqüentemente conceitual, tendo em vista que eram oriundos de correntes teóricas diferentes.

Os currículos sofreram modificações ao longo do tempo, e a padronização das disciplinas ministradas deu-se por meio do primeiro Currículo Mínimo, estabelecido em 1962, a partir da obrigatoriedade dos diplomas de Biblioteconomia serem registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Com a necessidade de atualização dos currículos, em 1982 há uma nova reestruturação e o Conselho Federal de Educação, em

parceria com a Associação Brasileira de Escolas e Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e professores de diversos cursos de Biblioteconomia estabelecem o 2º Currículo Mínimo (Quadro 9) para o curso de Biblioteconomia, com a reorganização das disciplinas em três grupos: fundamentação geral, matérias instrumentais e formação profissional (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

Quadro 9 - Currículo Mínimo 1962 X Currículo Mínimo 1982

Currículo Mínimo de 1962	Currículo Mínimo de 1982
	<i>Matérias de Formação Geral</i>
	1. Comunicação
1. Introdução aos estudos históricos e sociais	2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo
2. História da arte	
3. Evolução do pensamento filosófico e científico	3. História da Cultura
4. História da literatura	
	<i>Matérias Instrumentais</i>
	4. Lógica
	5. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa
	6. Língua estrangeira moderna
	7. Métodos e técnicas de pesquisa
	<i>Matérias de Formação Profissional</i>
5. Documentação	8. Informação aplicada à Biblioteconomia
6. História do Livro e das Bibliotecas	9. Produção dos registros do conhecimento
	10. Formação e desenvolvimento de coleções
7. Catalogação e classificação	11. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento
8. Bibliografia e referência	12. Disseminação da informação
9. Organização e administração de bibliotecas	13. Administração de bibliotecas
10. Paleografia	

Fonte: Almeida; Baptista, 2013, p. 7 (Adaptado de MÜLLER, 1988).

De acordo com Müller (1985), o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, também teve significativa influência no conteúdo dos cursos da época.

O IBBD foi criado com muito apoio da UNESCO, que para aqui trouxe dois peritos em Documentação, Herbert Coblans (1953) e Zeferino Ferreira Paulo (1954). Os esforços de Coblans, no sentido de difundir aqui métodos e técnicas de Documentação, tiveram efeito de longo prazo, com a inclusão da matéria Documentação no currículo mínimo que seria aprovado em 1962 (MÜLLER, 1985, p. 05).

Müller (1985, p.07) ressalta que: “As disciplinas dominantes nos currículos plenos eram as relacionadas com as matérias do currículo mínimo, na proporção dada sobre o total de

disciplinas oferecidas”. Nesse processo quantitativo, os números indicavam cursos fortemente estruturados em organização de acervos e da instituição biblioteca, no qual as disciplinas dessas atividades ocupavam 46.1%, dos currículos plenos, assim distribuídas: Catalogação e Classificação – 22.8%; Bibliografia e Referência – 12.7% (com predominância da Bibliografia); Administração e Organização de Bibliotecas — 10.6%.

Mudanças econômicas e políticas no cenário nacional, ainda nos anos 90, refletiram diretamente em instituições de educação. A adoção de novas tecnologias redireciona os serviços e a globalização promove a integração, expansão e diversificação dos mercados. Para o Brasil, a consolidação da União Europeia (EU) e do MERCOSUL permitiu que o país também pudesse acompanhar as discussões acerca da mobilidade profissional em todos os níveis de formação e a harmonização curricular, buscando facilitar tal mobilidade entre os países que compunham o Bloco (SANTOS, 1998; GUIMARÃES, 2002; 2003).

Dentre essas questões políticas, em 1997 foram obtidos os primeiros resultados extraídos de muitas reuniões voltadas para um estabelecimento do núcleo principal de conhecimentos ministrados nos cursos. Esses núcleos foram divididos em seis grandes áreas: Área 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; **Área 2: Processamento da Informação**; Área 3: Recursos e Serviços de Informação; Área 4: Gestão de Unidades de Informação; Área 5: Tecnologia da Informação e Área 6: Pesquisa.

Nessa nova disposição dos conteúdos curriculares, a OR firma-se em uma área denominada **Processamento da Informação**, o que aponta mais uma vez a flexão terminológica e conceitual para área, tendo em vista que a esse núcleo coube abrigar as seguintes atividades [grifo nosso]:

Organização do Conhecimento e tratamento da Informação. Tratamento descritivo dos documentos. Tratamento temático: teoria da classificação, análise da informação, teoria da indexação. Práticas, tecnologias e produtos. Geração e organização de instrumentos de recuperação da Informação (SANTOS, 1998, p.08).

Dentre as reuniões realizadas pelo Grupo Mercosul, recomendações à área de Tratamento Temático da Informação foram elencadas e podem ser analisadas a partir dos dados recolhidos e estruturados, no trabalho de Danuello e Guimarães (2005) (Quadro 10):

Quadro 10 – Recomendações dos Encontros Mercosul 1996-2002

Evento	Local / Data	Recomendações para a área de TTI
I Encontro	Porto Alegre, 1996	Definição da área curricular <i>Processamento da Informação</i>
II Encontro	Buenos Aires, 1997	Ementa: "Classificação. Indexação. Resumo. Linguagens documentais (sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto e tesouros). Teoria da classificação. Construção de tesouros" (ENCUENTRO..., 1997, p.9), a partir da qual chegou-se ao delineamento preliminar dos seguintes conteúdos mínimos recomendados para a área: Teoria da classificação e da indexação; Análise e representação de conteúdo (indexação e resumo); Planejamento, construção, desenvolvimento, uso e avaliação de linguagens documentais (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros); Uso da língua natural; Controle de autoridades de assunto; Normalização (normas, diretrizes e formatos); e Planejamento e construção de sistemas de armazenamento e recuperação (planejamento lógico de arquivos de busca).
III Encontro	Santiago, 1998	Objetivo específico: <i>"capacitar o futuro profissional da informação na organização e no tratamento temático da informação bem como na geração de instrumentos para sua recuperação"</i> .
IV Encontro	Montevideu, 2000	Correntes teóricas: a) inglesa: (teoria da classificação e da indexação): autores como Foskett, Langridge e Mills, Cavalcanti, Fujita, Gusmão e Piedade; b) norte-americana (sistemas de classificação, indexação alfabética e indexação automática): autores como: Cutter, Iglesias, Lancaster e Rowley, Barbosa, Iglesias e Robredo; c) franco-espanhola (análise documentária, com interface com a arquivologia, a lógica, a linguística e a terminologia): autores como Cabré, Chaumier, Garcia Gutierrez, Moreira Gonzalez, Picht, Pinto Molina, Ruiz Perez e Wüster, Alves, Belloto, Cintra, Cunha, Guimarães, Kobashi, Smit e Tálamo; e d) alemã ou da ISKO (organização do conhecimento): autores como Barité, Dahlberg e Garcia Marco, Campos e Gomes.
V Encontro	Assunção, 2001	Recomendação de estudos sistematizados sobre a produção científica nas diferentes áreas curriculares
VI Encontro	Londrina, 2002	Identificação de uma grade de articulação de conteúdos para TTI, em seus processos (análise, condensação e representação), produtos (índices e resumos) e instrumentos (classificações, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, terminologias e ontologias). Princípio de coerência temática entre capacitação, prática e produção científica docente. Alteração do nome da área curricular para Organização e Recuperação da Informação.

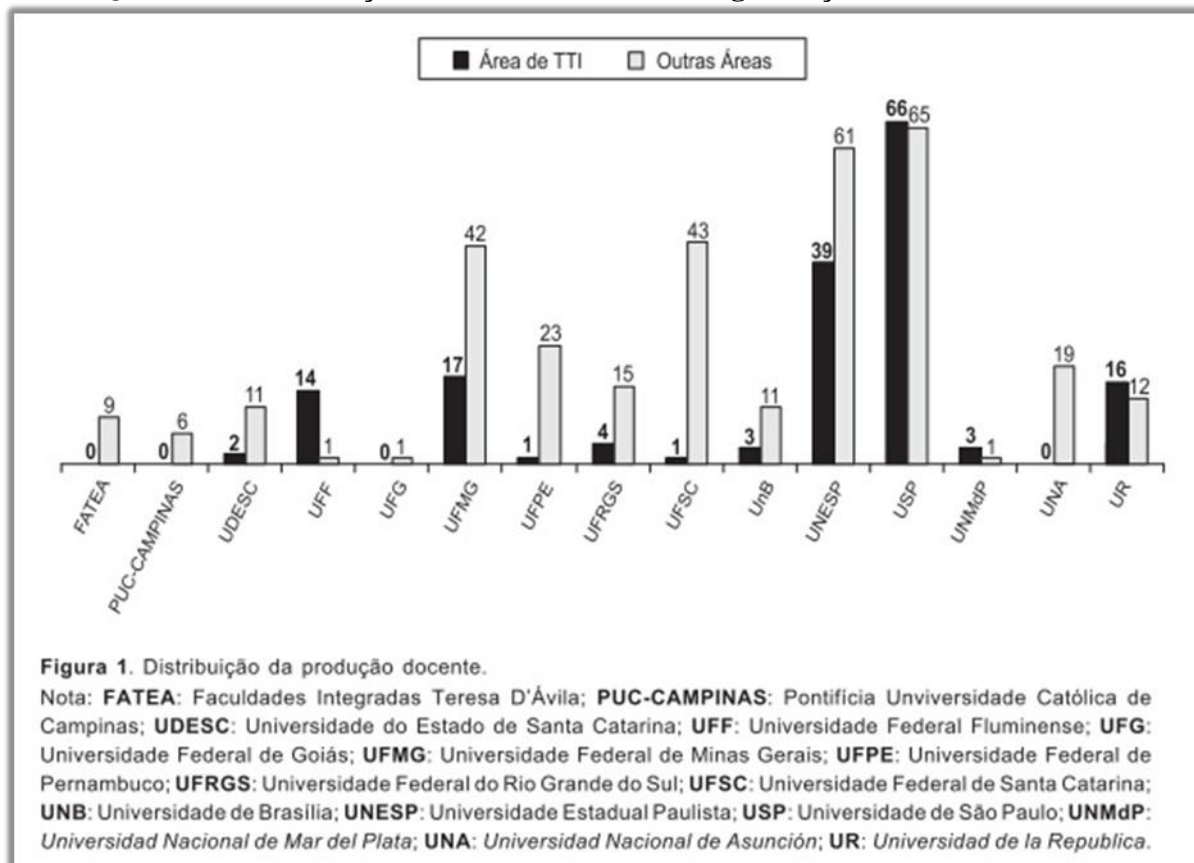
Fonte: Danuello; Guimarães, 2005.

É possível observar as mudanças ocorridas não só na grade curricular no ensino da Biblioteconomia Brasileira, como também na nomenclatura das disciplinas. Porém, com a criação da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 2001 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia, permitindo um alargamento e aprofundamento das áreas, que teria como consequência novas mudanças (SANTOS, 1998).

Outros dados da pesquisa realizada na área de TTI, por Danuello e Guimarães (2005) evidenciam a produção de OC entre docentes nos cursos de Biblioteconomia do país e

apontam o expressivo percentual de publicações em OC em relação às demais áreas (Quadro11).

Quadro 11 – Produção Docente na Área de Organização do Conhecimento



Fonte: Danuello; Guimarães, 2005.

Retomando o contexto histórico da institucionalização científica da ORC no Brasil, outro importante fator, reconhecidamente decisivo, foi a criação dos cursos de pós-graduação. O primeiro curso de mestrado estabeleceu-se no IBBD, no ano de 1970, com o nome de Mestrado em Ciência da Informação. As pós-graduações em Ciência da Informação desenvolveram-se ao longo de 40 anos e hoje contam com cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, reforçando sua institucionalização.

Constituem-se um forte indicativo de institucionalização, tanto cognitiva quanto social, por possuírem em seus núcleos a essência da pesquisa e promoverem a divulgação científica. Hoje somam 14 Programas de pós-graduação, como exposto na seção 3.4, deste trabalho. “A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil está profundamente vinculada às atividades da pós-graduação, uma vez que, como campo de investigação, a CI desenvolveu-se principalmente neste nível” (SOUZA; STUMPF, 2009, p. 49).

A maioria contempla em suas áreas de atuação e linhas de pesquisa os estudos de ORC (SOUZA; STUMPF, 2009; LARA; SMIT, 2010) e fomentam Grupos de Pesquisa, como, por exemplo, o Grupo TEMMA³⁸, que trabalha questões relativas à organização da informação, formado em 1986 e atuante até os dias de hoje. A identificação de quais programas tem em seu bojo de estudos as linhas de investigação em ORC e, quais desses desenvolveram Grupos de pesquisa, são itens que serão mais bem descritos, com base no levantamento de dados desta pesquisa.

Como parte das contribuições que acompanharam esse desenvolvimento científico na área da CI, os periódicos despontam nos anos de 1972, no entanto, entre seus atuais 37 periódicos nenhum contempla a área de ORC, especificamente. Alguns títulos dedicaram números especiais para o assunto, como a DataGramZero³⁹, que trabalha com temáticas selecionadas por número de publicação, e a Informação & Informação, com um número temático: “Conceitos na Organização e Representação do Conhecimento” (2011)⁴⁰.

De fato, não há como, sem realização minuciosa de uma pesquisa, identificar o quantitativo de publicações oriundas das investigações nos pós-graduações, precisamente em OC. Mas, entre os eventos realizados na área, a promoção do ENANCIB contempla de forma salutar a divulgação dessas pesquisas, que entre seus atuais 11 grupos, possui o GT2 que aborda temas relacionados à Organização e Representação do Conhecimento – ORC. Designadamente o GT2 tem como objetivo contribuir com pesquisas dessa temática desenvolvidas no Brasil, seus fundamentos teóricos e metodológicos, o desenvolvimento histórico científico e a participação de sua comunidade científica (FUJITA, 2008).

Especificamente no que tange ao Brasil, destaque-se o fato de que a área de Organização (e representação) do Conhecimento vem sendo, há décadas, objeto de pesquisa na área de Ciência da Informação, como demonstra a trajetória do ENANCIB (por meio do GT-2) e dos programas de pós-graduação na área, dos quais notadamente o IBICT, a USP, a UNB, a UFMG e a UNESP possuem especificamente, há mais de uma década, linhas de pesquisa dedicadas a tal temática (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 16).

O acordo sobre a utilização e padronização da terminologia em ORC, no Brasil, é expresso nas mudanças terminológicas que o próprio GT2 sofreu. De 1994 a 2003, o grupo era

³⁸<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067607UVP2I76>

³⁹http://www.dgz.org.br/fev14/F_I_onum.htm

⁴⁰<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/718>

nominado pela justaposição de expressões como “Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação”, em 2005 passa a denominar-se “Organização do Conhecimento e Representação da Informação”, e então em 2006 adota o termo “Organização e Representação do Conhecimento” (LARA, 2011, p. 94), que utiliza, confirmadamente, até o ano de 2013.

Outro importante marco para a ORC no Brasil foi a criação da ISKO-Brasil, no ano de 2009. Com um efetivo crescimento da comunidade científica, nos últimos 20 anos, pesquisadores brasileiros passaram a ter uma atuante participação nos capítulos internacionais e regionais da ISKO. Conforme dados do último Congresso, realizado na Índia, em 2012, entre os 51 trabalhos publicados nos anais, 15 eram de pesquisadores brasileiros, representando uma efetiva parcela de 29,4%, das publicações. Não obstante, o Capítulo Regional mais recente da ISKO Espanha e Portugal, realizado na cidade do Porto, em Portugal, no ano de 2013, reuniu 94 publicações em seus anais, dos quais, 60 trabalhos eram de pesquisadores brasileiros, correspondentes a 63,8% do montante.

Para além desses dados, a esfera brasileira na *International Society for Knowledge Organization*, está contemplada com a participação do Professor José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista, Marília – UNESP) entre os Conselheiros da Diretoria Executiva e Conselho Editorial. Faz parte também do Conselho Editorial, o professor Renato Rocha Souza, da Fundação Getúlio Vargas – RJ.

A trajetória de sedimentação e de interlocução científica da ISKO-Brasil, tem início em 2011, por ocasião do I Congresso ISKO-Brasil. O evento obteve uma excelente receptividade entre os pesquisadores, uma vez que, sua avaliação “apontou para perspectivas bastante promissoras no que se refere a pesquisas conjuntas, diálogos interdisciplinares e visibilidade científica, sinalizando a necessidade de sua continuidade e verticalização em edições futuras” (DODEBEI; GUIMARÃES, 2013, p. 13).

Em 2013 foi realizado o II Congresso ISKO-Brasil, reforçando a sedimentação de reuniões com pesquisadores brasileiros e promovendo mais um espaço para interlocução e divulgação entre pesquisas e pesquisadores. O evento pautou-se na diversidade institucional, bem como na diversidade de especialidade e presença de pesquisadores de outros países. Isto parece confirmar que a institucionalização social da área de ORC responde de forma positiva à criação e manutenção de estruturas formais que demarcam os estudos e resultados de uma

estrutura cognitiva. Tendo em vista que para Whitley (1974), os níveis de avaliação, da institucionalização social, estão centrados na interação com profissionais de outras áreas relacionadas, com troca de ideias e resultados para o fortalecimento de sociedades profissionais, legitimação de periódicos especializados e códigos de conduta de ética, estabelecendo uma identidade social.

Mas é sabido que não só a institucionalização social garante a legitimidade e institucionalização científica de uma determinada área. Desta depende também a institucionalização cognitiva, responsável pela clareza e grau de consenso dos conceitos de uma área, entre suas formulações teóricas e metodológicas. Também é pertinente reconhecer que nenhuma ciência pode ter como medida de análise outra ciência, tanto quanto nenhuma especialidade dentro de uma mesma ciência poderá compartilhar dos mesmos índices analíticos.

Assim, reescrever o contexto histórico em que nasce a Ciência da Informação e pautar toda trajetória da OC, evidenciando que tanto a pós-modernidade, como a CI e a OC partilham de uma estrutura plural de constituição, proporciona que determinada análise não perca do seu foco as questões sociais, políticas e culturais da trajetória de toda e qualquer área de estudo. Andou-se tanto para notadamente perceber que a adoção da terminologia em OC, definindo estudos de organização do conhecimento, flutua entre termos como organização do conhecimento, organização da informação ou organização e representação do conhecimento.

Em pesquisa recente, Martins e Moraes (2013) identificaram que o uso das expressões Representação da Informação e Representação do Conhecimento já apresentam uma dissonância entre os termos, seja para identificarem um mesmo núcleo investigativo, seja para definirem estudos diferenciados. Para os autores, a análise junto à literatura especializada de CI mostrou a dispersão na utilização dos termos e possibilitou o reconhecimento desses reflexos vindos das bases teóricas utilizadas na formação e justaposição dos conceitos.

Tais dados apenas evidenciaram o que outros autores já manifestaram como preocupação, uma vez que a especialidade em OC trata diretamente com as questões terminológicas e conceituais para organização e recuperação dos conjuntos documentais. Em um primeiro momento é possível compreender tal dispersão conceitual, já que própria literatura mantém consenso quanto ao processo de construção da CI e sua fragilidade dada sua interdisciplinaridade conceitual já que a área passou por “sistematizações e rearranjos, as

mudanças “paradigmáticas” e, principalmente, reformulações conceituais” (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001, p.01).

O que inquieta diante destas colocações é que a área de ORC vem estabelecendo-se em âmbito social, mas ainda não apresenta suas formulações conceituais aceitas na perspectiva de suas aplicações, métodos e técnicas, percebendo pluralidade de termos para um mesmo conceito ou atividade.

[...] debate-se sobre o objeto dessa ciência, sobre a pertinência de classificá-la desse modo, ou desloca-se a questão a partir da identificação do campo como interdisciplinar, o que não resolve o problema. Há profusão de expressões que são aproximadas na prática, mas há também conceitos emprestados de outras disciplinas sem efetivo sinal de apropriação. Essa situação também caracteriza o subcampo da Organização e Representação do Conhecimento, acarretando dificuldades para o entendimento dos conceitos ou para estabelecer uma harmonização entre eles (LARA, 2011, p. 92).

Não há intencionalidade nesta investigação em tomar e/ou tornar legítima uma ou outra definição. Mas, pontuar as múltiplas conceituações e suas interpretações no escopo da ORC, dentro do universo da CI. Este estudo busca as evidências na dispersão encontrada na literatura brasileira e procurará apontar não só os problemas de padronização, mas o reflexo direto percebido na recuperação de informações dentro do mesmo escopo e área especializada.

Nos capítulos seguintes foram analisados os níveis de institucionalização cognitiva e social da ORC, com base nos indicadores bibliométricos extraídos a partir das linhas de pesquisa constantes nos programas de Pós-Graduações em CI; dos Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório de Grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; das publicações do Grupo de trabalho 2 (GT2) do ENANCIB (1995-2013); e dos anais das duas edições da ISKO-Brasil. Realizada a extração de dados desse recorte, apresentam-se os níveis de institucionalização da ORC, evidenciando a linearidade conceitual das produções científicas especificamente, no subcampo da ORC, na Ciência da Informação no Brasil.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, atendendo os procedimentos propostos na Metodologia, será realizada a partir da coleta de informações presentes nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Grupos de Pesquisa em Ciência da informação cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; Anais do GT2 do ENANCIB (1994-2013) e ISKO-Brasil (2011 e 2013). Os dados foram coletados visando à institucionalização cognitiva e a institucionalização social, que apresentam variáveis distintas, porém, essencialmente complementares.

5.1 Institucionalização Social da ORC no Brasil

Entendimentos cognitivos comuns nem sempre garantirão uma coesão social na reunião de pesquisadores e formação de grupos científicos. Mas, mesmo que não mantenha relações bem definidas, uma área estruturada cognitivamente permitirá o desenvolvimento de fronteiras sociais. A análise da institucionalização social permitirá identificar com clareza as sociedades científicas e quem são seus pesquisadores, quais reuniões profissionais divulgarão os resultados de suas investigações e quais periódicos serão responsáveis pela comunicação científica.

Para Whitley (1974), nos anos de 1970, o modelo dominante de organização social, no meio científico, era a Universidade. É possível afirmar que tal modelo ainda é predominante, em especial na área de CI, tendo em vista que esta se institucionalizou no desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação e, a partir destes, originou pesquisas, comunidades científicas, formação de pessoal especializado e reuniões entre pesquisadores da área no Brasil, através de eventos científicos, que serão avaliados nas próximas seções.

5.1.1 *Programas de Pós-Graduação: linhas de pesquisa em ORC*

Conforme exposto na seção 3.4.1, a área de Ciência da Informação possui atualmente 14 Programas de Pós-Graduação distribuídos por nove estados brasileiros concentrados nas regiões Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste do país. Destes, nove possuem doutorado e mestrado (UFBA, UFPB, UFPE, UFF, UFSC, USP, Unesp, UFRJ, UnB, UFMG), dois oferecem apenas mestrado (UFPE, UEL) e dois ofertam mestrados profissionais (UDESC e UNIRIO). Para Dodebei (2012), o desenvolvimento científico e tecnológico na área de ORC pode ser investigado principalmente em quatro segmentos: Linhas de pesquisa em CI e áreas

afins; Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPq e Fundações de apoio à pesquisa; Laboratórios interdisciplinares e Redes Sociais que organizam e intercambiam informações pesquisas em ORC.

Esta análise centrou-se na identificação dos Programas de Pós-Graduação que ofertassem em seus programas linhas de pesquisa em ORC, acessando diretamente os websites de cada um dos Programas reconhecidos pela Capes, e extraindo as informações de Área de Concentração e Linhas de Pesquisa, conforme ilustrado no Quadro 12.

Quadro 12 – Linhas de Pesquisa em ORC por Programa de Pós-Graduação em CI

IES	Nível	Área de Concentração	Linha de Pesquisa
Unesp	M/D	Informação, Tecnologia e Conhecimento	Produção e organização da informação
UFMG	M/D	Produção, Organização e Utilização da Informação	Organização e uso da Informação
USP	M/D	Cultura e Informação	Organização da informação e do conhecimento.
UFRJ	M/D	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento	Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento
UnB	M/D	Gestão da Informação.	Organização da informação
UFPB	M/D	Informação, Conhecimento e Sociedade	Memória, organização, acesso e uso da informação
UFF	M/D	Dimensões contemporâneas da informação e do conhecimento	Fluxos e mediações sócio-técnicas da Informação
UFSC	M/D	Gestão da Informação.	Organização, representação e mediação da informação e do conhecimento
UFPE	M	Informação, Memória e Tecnologia	Comunicação e visualização da memória
UEL	M	Organização, acesso e apropriação da informação e do conhecimento	Organização e representação da informação e do conhecimento
UNIRIO	F	Biblioteconomia e Sociedade	Organização e representação do conhecimento

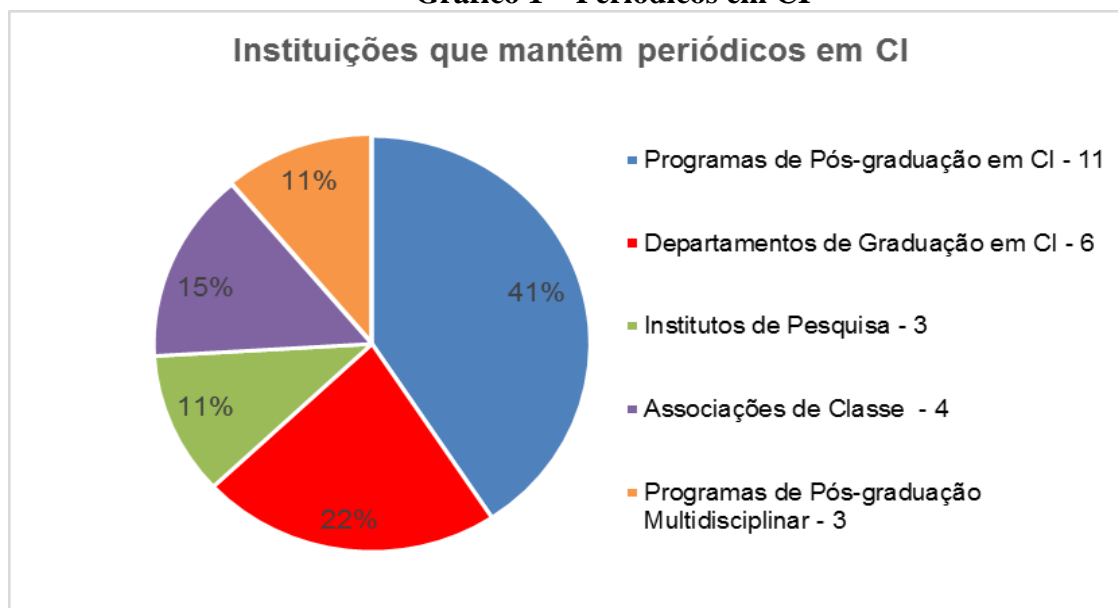
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dos 14 Programas, 11 apresentam linhas de pesquisa em ORC e apenas os Programas da UFBA, UDESC, e um dos da UNIRIO, não contemplam tais estudos. Esses dados demonstram o alto nível de institucionalização social da área de ORC no núcleo dos Programas de Pós-Graduação que, conseqüentemente, promoverão o avanço da

institucionalização cognitiva. De acordo com Guimarães (2013), o fortalecimento das pesquisas em ORC, deu-se pelos programas pioneiros como do IBICT, UFMG, USP e UnB, e posteriormente com os Programas da Unesp, UNIRIO e UFF, todos com linhas de pesquisa nessa área. A presença acentuada da ORC entre as linhas de pesquisas é também um indicativo no fortalecimento de pesquisas e produção científica, uma vez que, em grande maioria, as teses e dissertações contribuem para fomentar investigações e formar profissionais especializados.

No âmbito da comunicação científica, no Brasil, a ORC não dispõe de uma publicação especializada em formato de periódico científico. Suas contribuições estão distribuídas entre os periódicos da área de CI, que são mantidos em parte pelos Programas de Pós-Graduação, Departamentos de Graduação, Institutos de pesquisa, Associações de Classes e Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Periódicos em CI



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No Brasil, os Programas de Pós-Graduação são responsáveis por grande parte dos periódicos da área, bem como detêm em suas avaliações estratos Qualis A1, como é o caso dos periódicos *Informação & Sociedade: Estudos* (UFPB), *Perspectiva em Ciência da Informação* (UFMG) e *Transinformação* (PUC-Campinas). Vale ressaltar que estudos recentes em periódicos especializados, como a *Scire*⁴¹ e *Knowledge Organization*⁴², editados na Espanha e Alemanha, respectivamente, evidenciaram uma significativa inserção da publicação de

⁴¹<http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/>

⁴²<http://www.isko.org/ko.html>

pesquisadores brasileiros em suas edições (GUIMARÃES, 2013; LUCAS; LARA; GONZÁLEZ, 2013).

No Brasil, o maior número de publicações em ORC concentra-se no interior do GT2, no ENANCIB, e nas atuais publicações resultantes da ISKO-Brasil. Essas publicações refletem os resultados das pesquisas oriundas dos Programas de Pós-Graduação e dos Grupos de Pesquisa, que serão analisados nas próximas seções.

5.1.2 Grupos de pesquisa

Considerados como um dos principais núcleos científicos, os Grupos de pesquisa promovem a reunião de pesquisadores interessados em uma mesma temática e/ou em especialidades afins. Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, um grupo de pesquisa constitui-se na reunião de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica (CNPq, 2014).

Para Whitley (1974, p. 75), a “Institucionalização social se refere à criação e manutenção de estruturas formais que demarcam membros de uma estrutura cognitiva”. A formação de grupos em torno de interesses de pesquisa comuns e em busca de soluções baseadas em discussões coletivas, propicia não só o fortalecimento da institucionalização cognitiva, como também define a coesão dos Grupos e a manutenção da institucionalização social.

No Brasil, o CNPq mantém o Diretório dos Grupos de Pesquisa, que se constitui como um inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica ativos no país. Os registros, abertos ao acesso público, apresentam informações sobre a composição dos recursos humanos de cada grupo, suas linhas de pesquisa em andamento, as áreas de especialidade do conhecimento em que atuam, os setores de aplicação, produção científica e parcerias entre grupos e instituições. De acordo com o CNPq (2014)⁴³, “Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos”.

Apontados como indicadores do nível de institucionalização social de uma área, a pesquisa tomou para análise os Grupos de Pesquisa que contemplassem em seus núcleos, linhas de pesquisa em ORC. Nesta etapa, para execução desta análise foram realizadas buscas filtradas

⁴³<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>

pela grande área de “Ciências Sociais Aplicadas” e pela área “Ciência da Informação”. Em um primeiro momento, especificando apenas a grande área, Ciências Sociais Aplicadas, e a área, Ciência da informação, foram recuperados **226 grupos em Ciência da Informação** em suas mais variadas especialidades de atuação. A busca foi realizada entre os meses de junho e julho de 2014 e visava à recuperação de todos os grupos inventariados no Diretório do CNPq, que estivessem cadastrados dentro da área da CI.

Após a listagem dos 226 Grupos, verificou-se em cada um destes os temas contemplados em suas linhas de pesquisa. Nessa etapa interessavam apenas aqueles que contemplassem, em suas respectivas Linhas, estudos sobre ORC. Desse universo, 56 Grupos apresentam em suas Linhas de pesquisa estudos sobre processos, produtos e/ou instrumentos de ORC, respondendo por 25% dos grupos cadastrados no Diretório, na área de CI, conforme ilustrado no Gráfico 2.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

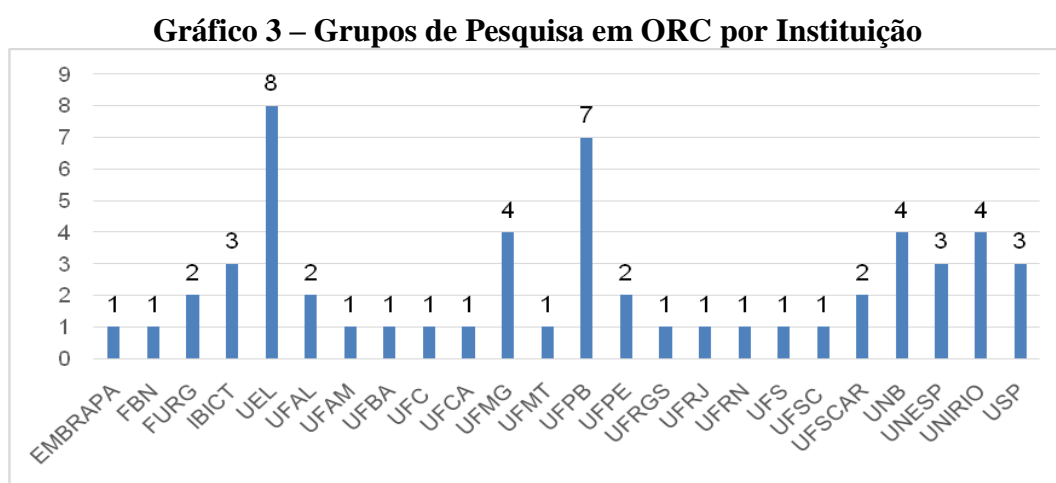
Grande parte dos Grupos analisados não contemplavam exclusivamente linhas em ORC. Em sua maioria a formação dos grupos apresenta um escopo central, mas também englobam linhas de outras áreas de pesquisa. Observa-se que os processos, produtos e instrumentos de ORC perpassam por muitas das demais áreas de investigação da Ciência da Informação, apontando pesquisas interdisciplinares entre suas subáreas e entre áreas afins. Para Whitley (1974) a pluralidade de técnicas não necessariamente reflete uma fragilidade na institucionalização da área, tendo em vista que a utilização, por parte dos cientistas, de várias

técnicas diferentes, reflete como uma forma de corroboração de resultados que parecem anômalos, mas que estabelecem um discurso entre as fronteiras cognitivas e sociais.

Grupos altamente específicos, com técnicas e análises próprias, indicarão um alto nível de institucionalização cognitiva, no entanto, grupos extremamente excludentes não permitem diálogos interdisciplinares, tornando a área frágil quanto seu nível de institucionalização social. Em um universo de 226 Grupos de Pesquisa, a ORC encontra-se presente em 25%, evidenciando um alto nível de institucionalização social por apresentar grupos de estudos específicos e participar do núcleo de estudos de outras áreas de pesquisa em CI.

Esse índice também reflete sua institucionalização cognitiva, tendo em vista que tais entrelaçamentos científicos “embora apresentem diferenças, convergem para um ponto em comum, a centralidade dos processos de organização da informação, contido em documentos, para fins de acesso e apropriação sociais” (ABDALLA, KOBASHI, 2012, p. 56).

Um importante indicativo da institucionalização social é apontado na concepção dos grupos e em suas origens, tendo em vista que as principais entidades responsáveis pelas suas formações são as Instituições de Ensino Superior, através dos Programas de Pós-graduação. No Gráfico 3 é possível identificar o quantitativo dos Grupos que estudam ORC e suas respectivas instituições mantenedoras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dos 226 Grupos cadastrados no Diretório do CNPq, 25 Grupos constituíram-se há mais de 15 anos. Dentre estes 25 grupos, 7 deles (28%) possuem linhas de ORC, com destaque para os Grupos: TEMMA/USP (1986); Organização do conhecimento/IBICT (1992); Análise Documentária/Unesp (1993) e Formação e Atuação Profissional em Organização da

informação/Unesp (1995). Pode-se observar que estes Grupos citados por último contam com pelo menos 19 anos de existência.

5.1.3 Eventos especializados em ORC

Como exposto anteriormente, o ENANCIB, através do GT2 e a ISKO-Brasil são os principais eventos promotores de divulgação científica na área de ORC. Whitley (1974) aponta que a comunicação científica informal, realizada em eventos científicos proporciona não só contatos pessoais importantes para obtenção de informação e legitimação de trabalhos e pesquisas, como também permite necessariamente a validação confiável, realizada por colegas, utilizando-se de mecanismos de filtragem que proporcionarão consenso na definição de um fenômeno, aplicação de técnicas apropriadas e resultados seguros, indicando altos níveis de institucionalização cognitiva e, conseqüentemente, o fortalecimento da institucionalização social.

Mediante tais afirmações, a última etapa da análise da Institucionalização social da ORC, explorou as publicações do GT2 do ENANCIB e da ISKO-Brasil, que forneceram os dados necessários para conclusão da institucionalização social e apreciação da institucionalização cognitiva da área em questão, nas próximas seções.

5.1.3.1 ENANCIB's

A Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação ANCIB, completa nesse ano de 2014, 25 anos de fundação. Fundada em junho de 1989, por representantes das pós-graduações à época, foi criada com a finalidade de fomentar atividades ligadas ao ensino, em nível de pós-graduação e a pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, “como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação” (ANCIB, 2014).

As atividades da ANCIB estão centradas no apoio aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu e na promoção do Encontro Nacional de Pesquisa da Ancib – ENANCIB, que reúne pesquisadores para debates e reflexões em Ciência da Informação, organizado por Grupos de Trabalho, que representam os principais temas especializados da área. O evento teve início em 1994, com o I ENANCIB, sequencialmente, foram promovidos em 1995, 1997, 2000, 2003, 2005 e, a partir deste último ano, passou a ser anual, realizando sua 15ª edição no ano de 2014 (XV ENANCIB).

I ENANCIB – BELO HORIZONTE-MG, 1994

No ano 1994, os anais eram intitulados *Anais da ANCIB*, e os trabalhos estavam distribuídos em sete GT's, com um total 23 trabalhos publicados. Representação do Conhecimento/ indexação/teoria da Classificação, aparecia em terceiro na ordem, no entanto, nessa época não havia numeração de GT's, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 13 - I ENANCIB

Grupos de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
Informação Tecnológica	03
Informação e Sociedade / Ação Cultural	01
Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	04
Administração/Gestão/Avaliação e estudos de usuário	03
Formação Profissional/ Mercado de trabalho	03
Produção científica / Literatura cinza	04
Novas tecnologias/ Bases de dados/ Fontes de informação	05

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

II ENANCIB, VALINHOS-SP, 1995

Os anais do II ENANCIB reuniram apenas os resumos dos trabalhos. Diferente do ano anterior, neste evento os trabalhos foram divididos em “seis grandes temas”, não sendo mencionados os grupos de trabalho, definidos no evento de 1994. Foram apresentados 56 trabalhos. Os nomes dos temas (grupos) também sofreram alterações, mas passaram a ser enumerados:

Quadro 14 – II ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
Informação Tecnológica e Administração de Serviços	11
Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	12
Novas tecnologias/ Bases de dados/ Fontes de informação [e a educação]	06
Informação e Sociedade	11
Produção científica e Literatura Cinzenta	10
Formação Profissional/ Mercado de trabalho	06

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

III ENANCIB – RIO DE JANEIRO-RJ, 1997

A terceira edição do ENANCIB também estruturou seus anais sob a forma de uma coletânea de resumos dos trabalhos apresentados. Em comparação às edições I e II, os resumos deste evento apresentaram textos bem mais reduzidos. O Número de trabalhos também contabilizou um considerável aumento, somando 134 resumos, 78 a mais que no ano de 1995, num total de 139% de expansão. O número de Grupos de Trabalho foi mantido (6), com alteração nos GT,s 3 e 4, que agregaram novos campos de pesquisa. Nesta edição, os GT's foram designados pela sigla GT e enumerados. É interessante observar que os GT's 1, 2 e 4 triplicaram o número de trabalhos apresentados, conforme relação abaixo:

Quadro 15 – III ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Informação Tecnológica e Administração de Serviços	30
GT 2 – Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	32
GT 3 – Novas tecnologias/ Redes de Informação/ Educação à Distância	08
GT 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural	36
GT 5 – Produção científica e Literatura Cinzenta	19
GT 6 – Formação Profissional/ Mercado de trabalho	09

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

IV ENANCIB – BRASÍLIA, 2000

Tema Central: “Conhecimento para o Século XXI: a Pesquisa na Construção da Sociedade da Informação”

A partir da 4ª edição, os Anais do ENANCIB têm como chamada um tema central, contam com 8GT's e são distribuídos em formato digital. Os artigos apresentam-se em textos integrais, mas nem todos possuem resumo e nenhum apresenta palavras-chave. Não foi possível, nem através da página online da ANCIB, obter acesso aos trabalhos divididos por GT's. nesse ano, tendo em vista que os Anais reuniram todos os artigos em um único documento PDF, em sequência direta. Informações substanciais foram encontradas no trabalho de Mueller, Miranda e Suaiden (2000), intitulado “A Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil – Análise dos trabalhos apresentados no IV ENANCIB, 2000”, que a partir da análise da produção deste Encontro/ano, relata o quantitativo de trabalhos de cada GT. Entre as novidades, há mudanças de nome no GT1 e GT5, e a criação do GT7 e GT8.

Esse evento é marcado por um expressivo aumento na reunião de trabalhos apresentados, contabilizando a marca de 250 trabalhos, 86% a mais que no ano anterior.

Quadro 16 – IV ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Informação Tecnológica	23
GT 2 – Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	40*
GT 3 – Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	46
GT 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural	45
GT 5 – Comunicação Científica	30
GT 6 – Formação Profissional e Mercado de trabalho	19
GT 7 – Planejamento de Sistemas / Inteligência Competitiva	34
GT 8 – Epistemologia da Ciência da Informação	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2014. * (3 trabalhos /8 autores estrangeiros)

V ENANCIB – BELO HORIZONTE-MG, 2003

Tema Central: “A política científica e os desafios da sociedade da informação”

Os anais do V ENANCIB também apresentam dificuldades de consulta, foi necessária a análise de um a um para a identificação do número trabalhos de cada GT correspondente. Os 8GT's foram mantidos e publicados 139 trabalhos, assim distribuídos:

Quadro 17 – V ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Informação Tecnológica e Informação para Negócios	17
GT 2 – Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	17*
GT 3 – Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	18
GT 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural	23
GT 5 – Comunicação e Produção Científica / Literatura Cinzenta	15
GT 6 – Formação Profissional e Mercado de trabalho	20
GT 7 – Planejamento e Gestão de Sistemas de Informação e Inteligência Competitiva	16
GT 8 – Epistemologia da Ciência da Informação	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2014. *(1 trabalho / 1 autor estrangeiro)

VI ENANCIB – FLORIANÓPOLIS-SC, 2005

Tema Central: “A política científica e os desafios da sociedade da informação”

Este evento dá início à periodicidade anual de realização dos Encontros e é marcado por uma reestruturação nos nomes dos GT's, com separações, alterações e aglutinações de temas, apresentando 7GT's, que em sua maioria também mudaram de numeração. Os estudos sobre tecnologia são supridos das autodenominações dos GT's e em especial o GT2, permanece com sua numeração e apresenta sua primeira alteração de título. Este evento contou com 125 trabalhos em seus anais:

Quadro 18 – VI ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	16
GT 2 – Organização do conhecimento e Representação da Informação	25
GT 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação	31
GT 4 – Gestão de Unidades de Informação	13
GT 5 – Política, Ética e Economia da Informação	14
GT 6 – Informação e Trabalho	10
GT 7 – Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	15

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

VII ENANCIB – MARÍLIA-SP, 2006

Tema Central: “A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”

Em 2006, o Encontro mantém a quantidade e formato de seus GT's e reúne em seus anais 110 trabalhos.

Quadro 19 – VII ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	14
GT 2 – Organização do Conhecimento e Representação da Informação	23*
GT 3 – Mediação, Circulação e Uso da informação	21
GT 4 – Gestão de Unidades de Informação	19
GT 5 – Política, Ética e Economia da Informação	11
GT 6 – Informação e Trabalho	10
GT 7 – Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2014. *(2 trabalhos / 2 autores estrangeiros)

VIII ENANCIB – SALVADOR-BA, 2007

Tema Central: “Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação”

Esse ENANCIB, além dos 07 GT's, apresenta novas adequações para o GT2, GT4, GT5, GT6 e GT7 e uma vertente de discussões em Museologia e Patrimônio, que não é definida como GT nesta edição, mas, é contemplada com a apresentação de trabalhos que versam sobre a temática. Neste evento os trabalhos passam a classificar-se por duas modalidades: oral e pôster. Os anais somam 188 trabalhos distribuídos em 146 orais e 42 pôsteres.

Quadro 20 – VIII ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	20 (orais)
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	46 (32 orais + 14 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação	27 (23 orais + 4 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	23 (15 orais + 8 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	18 (17 orais + 1 pôster)
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	08 (06 orais + 2 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	29 (16 orais + 13 pôsteres)
GD – Debates sobre Museologia e Patrimônio	17

Fonte: Dados da pesquisa, 2014. * (1 trabalho/1 autor estrangeiro; 1 trabalho não identificado)

IX ENANCIB – SÃO PAULO-SP, 2008

Tema Central: “Diversidade cultural e políticas de informação”

Em 2008, o evento apresenta um novo GT, o GT8, onde são apresentadas as pesquisas voltadas para área da tecnologia. O grupo que no ENANCIB do ano anterior abarcou as discussões em Museologia e Patrimônio, não retomada nesta edição. Os anais somam 151 trabalhos: 122 orais e 29 pôsteres.

Quadro 21 – IX ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	21 (18 orais + 3 pôsteres)
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	23 (19 orais + 4 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Uso da informação	20 (15 orais + 5 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	16 (13 orais + 3 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	23 (20 orais + 3 pôsteres)
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	18 (14 orais + 4 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	14 (10 orais + 4 pôsteres)
GT 8 – Informação e tecnologia	16 (13 orais + 3 pôsteres)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

X ENANCIB – JOÃO PESSOA-PB, 2009

Tema Central: “A responsabilidade social da Ciência da Informação”

A 10ª edição do ENANCIB apresentou em média 25% a mais do número de trabalhos apresentados nos anos anteriores, contabilizando 196. No entanto, os anais deste evento não contemplaram em sua publicação os 41 trabalhos apresentados como pôster, mesmo que para essa modalidade tenham sido exigidos artigos completos. Nessa edição o número de Grupos de Trabalho passa para nove, no qual começa a configurar-se o GT9, responsável pelas discussões acerca de “Museu, Patrimônio e Informação”.

No caso deste evento, foram contabilizados apenas os 155 trabalhos orais publicados nos anais, tendo em vista que os textos integrais dos pôsteres não estão disponíveis, nem na

página da ANCIB e nem na página do evento, sendo possível acessar apenas a relação dos títulos aceitos⁴⁴.

Quadro 22 – X ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais e Pôsteres Aceitos
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	17
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	30 (21 orais + 09 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da informação	32 (20 orais + 12 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	21 (19 orais + 2 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	23 (19 orais + 4 pôsteres)
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	19 (13 orais + 6 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	19 (14 orais + 5 pôsteres)
GT 8 – Informação e tecnologia	20 (17 orais + 3 pôsteres)
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	15

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

XI ENANCIB – RIO DE JANEIRO-RJ, 2010

Tema Central: “Inovação e Inclusão social: questões contemporâneas da informação”

Nessa edição há a criação de mais um grupo de trabalho: o GT9, responsável pelas discussões acerca de “Informação e Memória”, formando um total de 10 GT’s. Os anais apresentam 252 trabalhos, sendo 190 orais e 62 pôsteres. É interessante observar que, mesmo sendo seu ano de criação, o GT9 consolida-se com 36 trabalhos aceitos, em média 20% a mais que a maioria dos GT’s.

Quadro 23 – XI ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	20 (19 orais + 01 pôster)
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	29 (20 orais + 09 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	19 (14 orais + 05 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	42 (33 orais + 09 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	21 (15 orais + 06 pôsteres)

⁴⁴<http://dci.ccsa.ufpb.br/xenancib/?pagina=aprovados>

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	21 (18 orais + 03 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação m CT&I	25 (19 orais + 06 pôsteres)
GT 8 – Informação e tecnologia	27 (18 orais + 09 pôsteres)
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	12 (10 orais + 02 pôsteres)
GT 10 – Informação e Memória	36 (24 orais + 12 pôsteres)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

XII ENANCIB – BRASÍLIA-DF, 2011

Tema Central: “Políticas de Informação para a Sociedade”

A edição XII do ENANCIB contou com 11 Grupos de Trabalho e a criação do GT11 para esta somatória. O GT11, o mais novo Grupo, abará as discussões relativas à “Informação e Saúde”. Os anais registram 255 trabalhos, sendo 250 orais e apenas 05 pôsteres, todos concentrados no GT2. Destaque mais uma vez para o GT10, que neste ano apresentou o maior número de trabalhos aceitos.

Quadro 24 – XII ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	23
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	29 (24 orais + 05 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	24
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	24
GT 5 – Política e Economia da Informação	27
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	16
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	28
GT 8 – Informação e tecnologia	22
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	17
GT 10 – Informação e Memória	33
GT 11 – Informação e Saúde	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

XIII ENANCIB, RIO DE JANEIRO-RJ, 2012

Tema Central: “A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano”

A edição XIII do ENANCIB, contou com 11 grupos de trabalho, sem alterações. Os anais constam de 316 trabalhos publicados, distribuídos em 248 orais e 68 pôsteres. Destaque em mais um ano para o GT10, com a maioria das publicações.

Quadro 25 – XIII ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	28 (26 orais + 2 pôsteres)
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	34 (27 orais + 7 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da informação	34 (24 orais + 10 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	24 (21 orais + 03 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	32 (25 orais + 07 pôsteres)
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	21 (18 orais + 03 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	30 (22 orais + 08 pôsteres)
GT 8 – Informação e tecnologia	30 (22 orais + 08 pôsteres)
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	22 (20 orais + 02 pôsteres)
GT 10 – Informação e Memória	38 (31 orais + 07 pôsteres)
GT 11 – Informação e Saúde	23 (12 orais + 11 pôsteres)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

XIV ENANCIB, FLORIANÓPOLIS-SC, 2013

Tema Central: “Informação e Interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano”

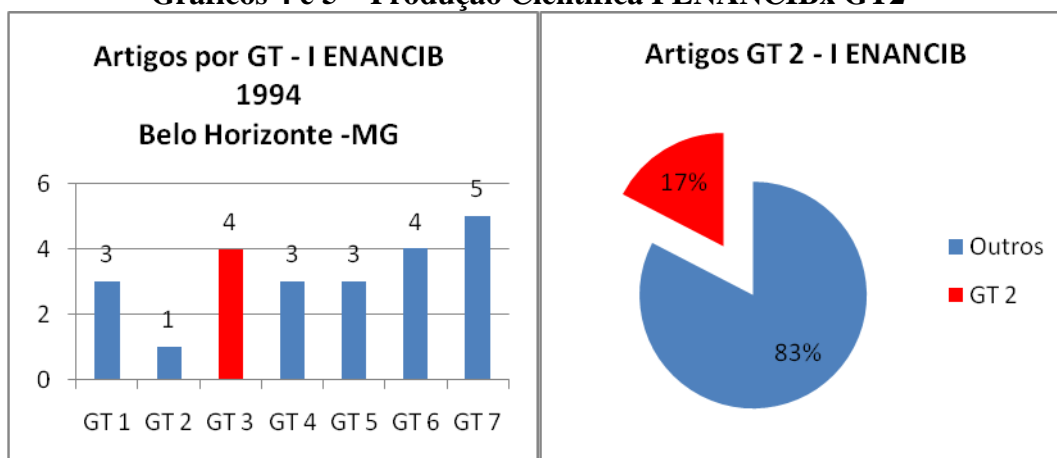
O XIV ENANCIB manteve, no ano de 2013, seus 11 GT's. Foram publicados 319 trabalhos, dos quais 216 foram orais e 103 pôsteres. A partir de 2007 é possível perceber que os GT's mantêm-se sem alterações, apenas com acréscimos de novos Grupos, evidenciando a consolidação dos temas de pesquisa, no âmbito brasileiro.

Quadro 26 – XIV ENANCIB

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	25 (19 orais + 6 pôsteres)
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	40 (28 orais + 12 pôsteres)
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da informação	31 (19 orais + 12 pôsteres)
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	33 (26 orais + 7 pôsteres)
GT 5 – Política e Economia da Informação	25 (19 orais + 6 pôsteres)
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	18 (12 orais + 6 pôsteres)
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I	38 (18 orais + 20 pôsteres)
GT 8 – Informação e tecnologia	42 (23 orais + 19 pôsteres)
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	20 (18 orais + 2 pôsteres)
GT 10 – Informação e Memória	27 (18 orais + 9 pôsteres)
GT 11 – Informação e Saúde	20 (16 orais + 4 pôsteres)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

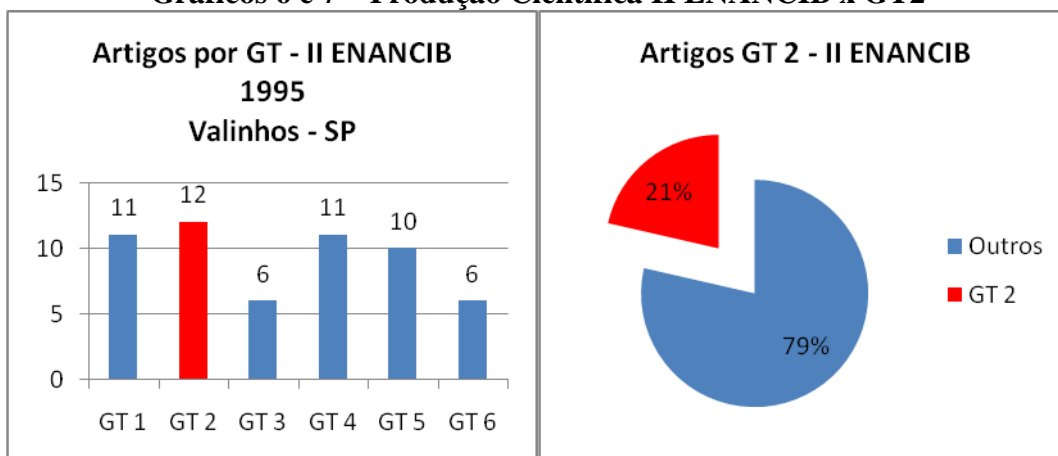
Todas as informações acima podem ser visualizadas nos Gráficos abaixo, onde poderão ser observados, ao lado esquerdo, o número total de trabalhos publicados em cada um dos GT's, com destaque para a coluna vermelha (GT2); e ao lado direito o percentual de publicação do GT2 em relação à somatória total dos trabalhos dos demais GT's, em cada evento (Gráficos 4 a 31):

Gráficos 4 e 5 – Produção Científica I ENANCIBx GT2⁴⁵

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

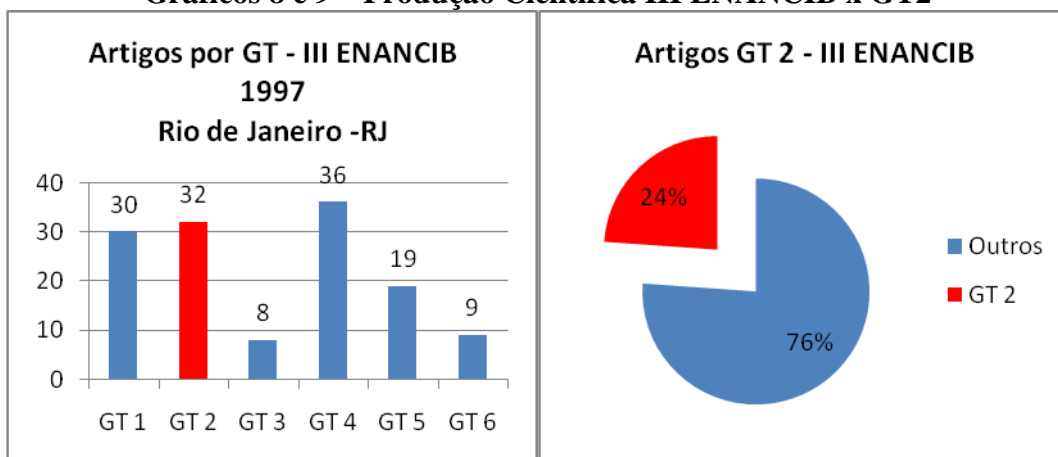
⁴⁵ Apenas no ano de 1994, o GT2 está relacionado na terceira posição da lista de GT's. No entanto, nesse primeiro ano não havia numeração nos GT's. Eles foram enumerados no gráfico 4 para que pudesse ficar visivelmente compreensível o número de publicações nos anais desse ano.

Gráficos 6 e 7 – Produção Científica II ENANCIB x GT2



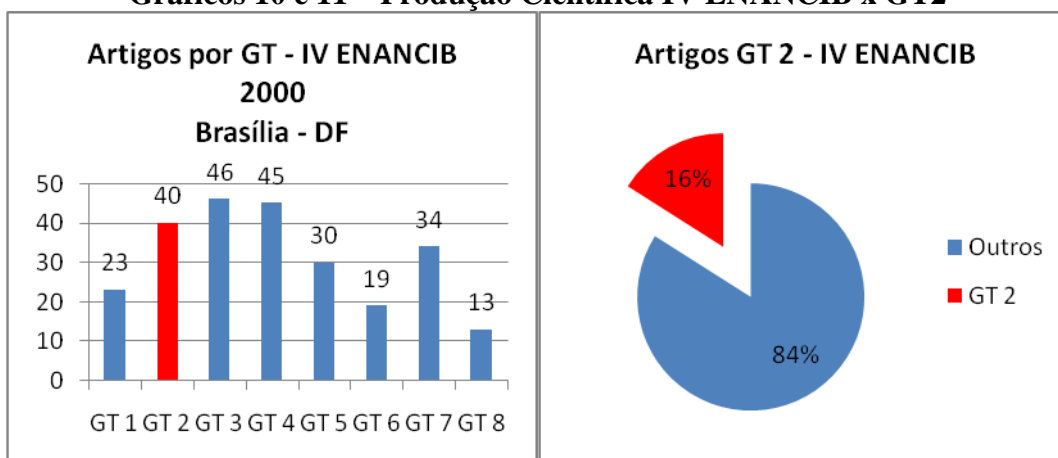
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 8 e 9 – Produção Científica III ENANCIB x GT2



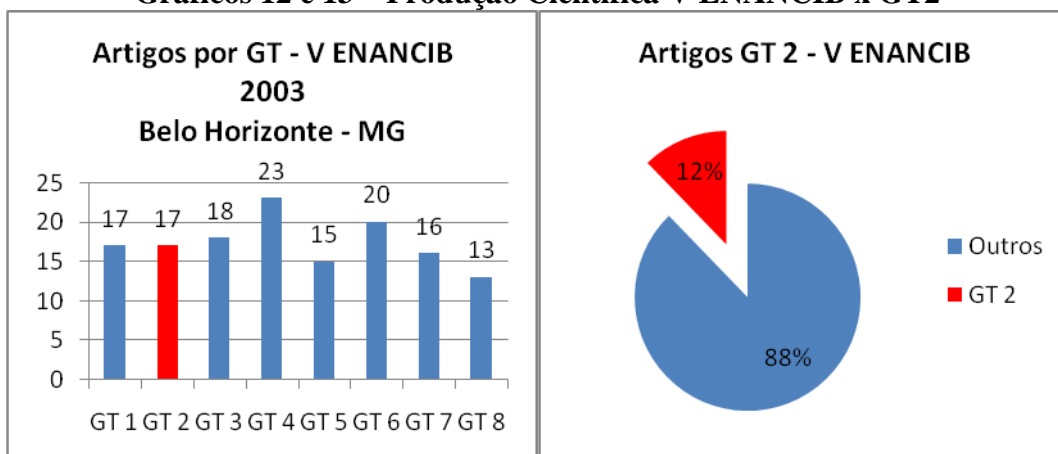
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 10 e 11 – Produção Científica IV ENANCIB x GT2



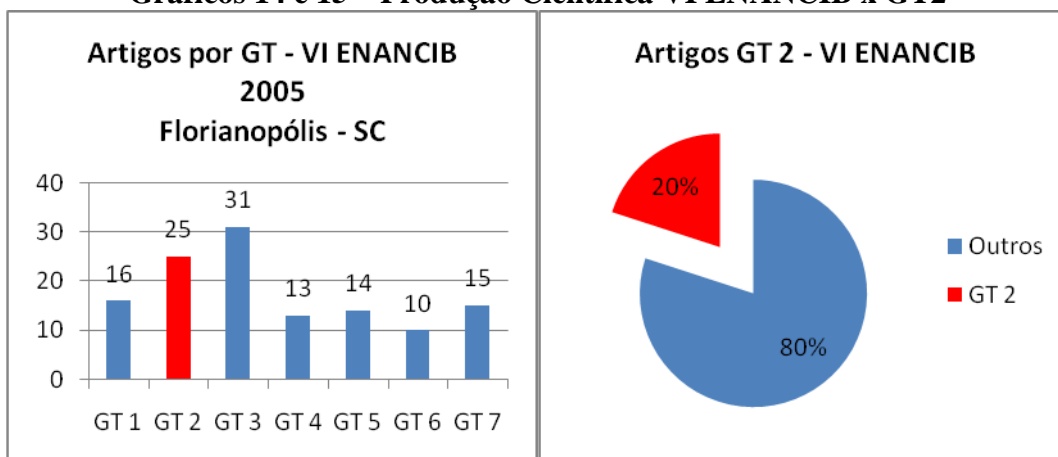
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 12 e 13 – Produção Científica V ENANCIB x GT2



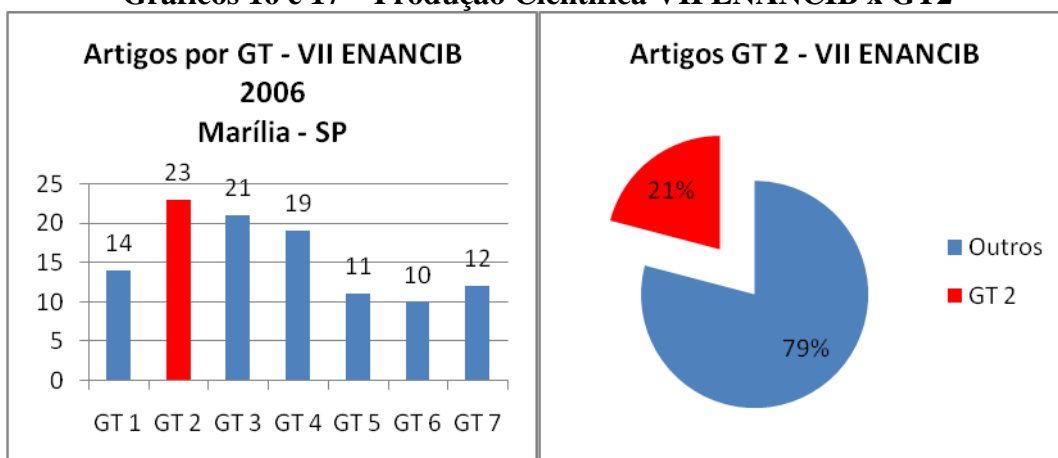
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 14 e 15 – Produção Científica VI ENANCIB x GT2



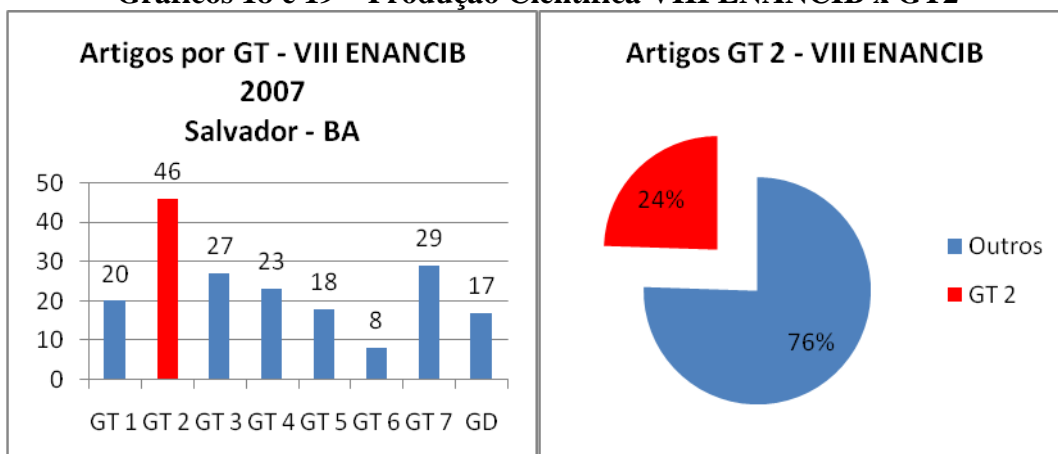
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 16 e 17 – Produção Científica VII ENANCIB x GT2



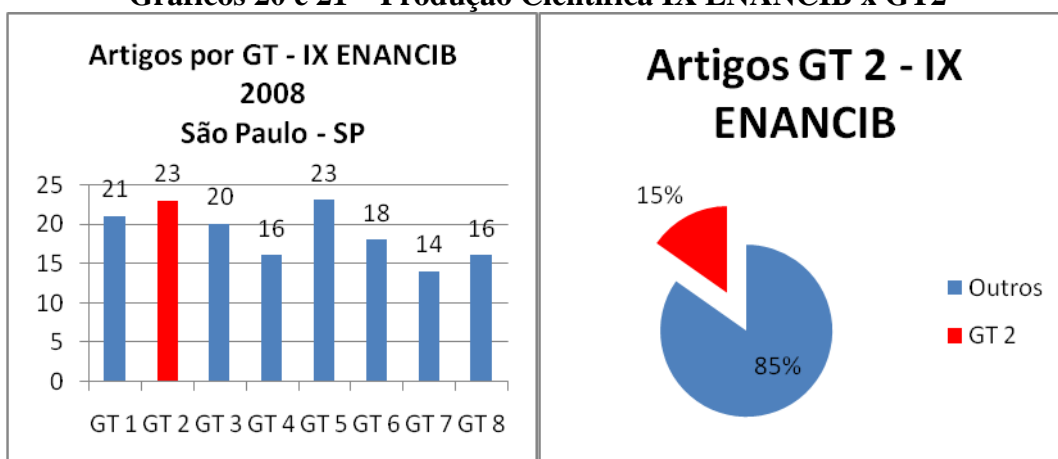
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 18 e 19 – Produção Científica VIII ENANCIB x GT2



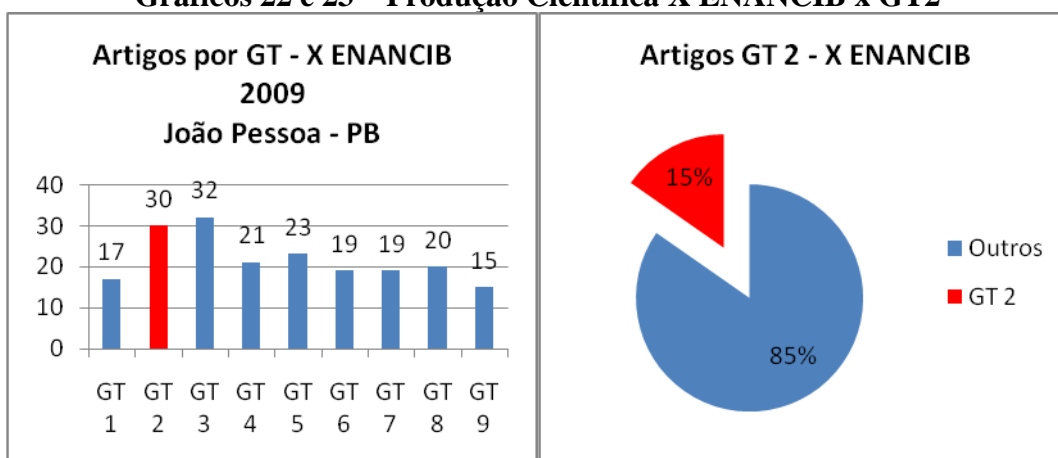
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 20 e 21 – Produção Científica IX ENANCIB x GT2



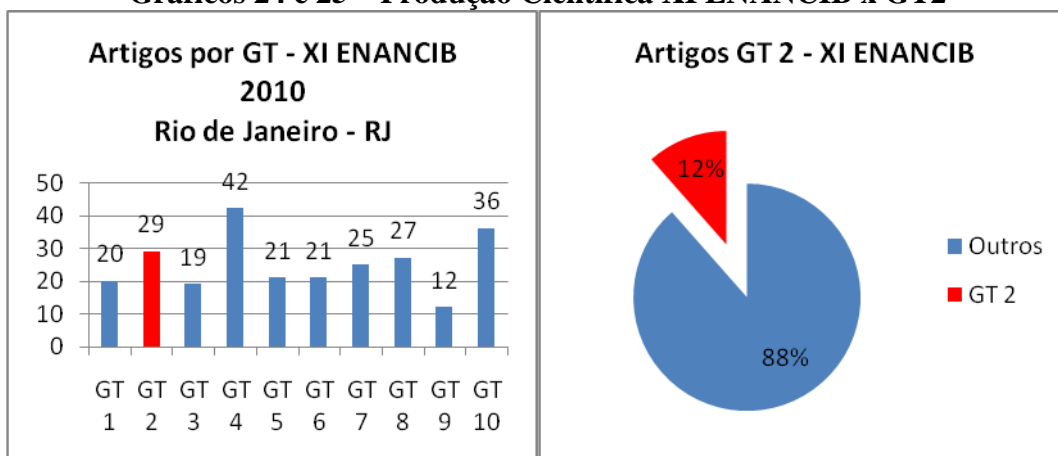
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 22 e 23 – Produção Científica X ENANCIB x GT2



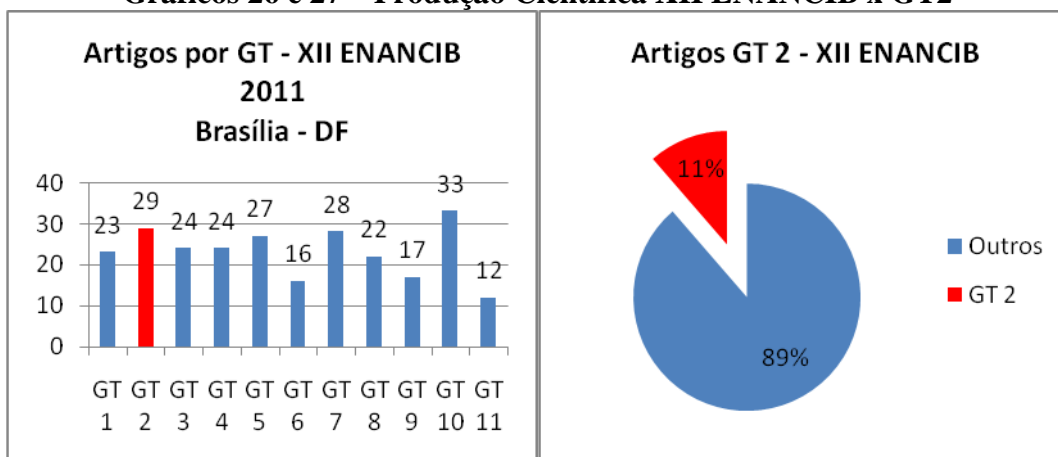
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 24 e 25 – Produção Científica XI ENANCIB x GT2



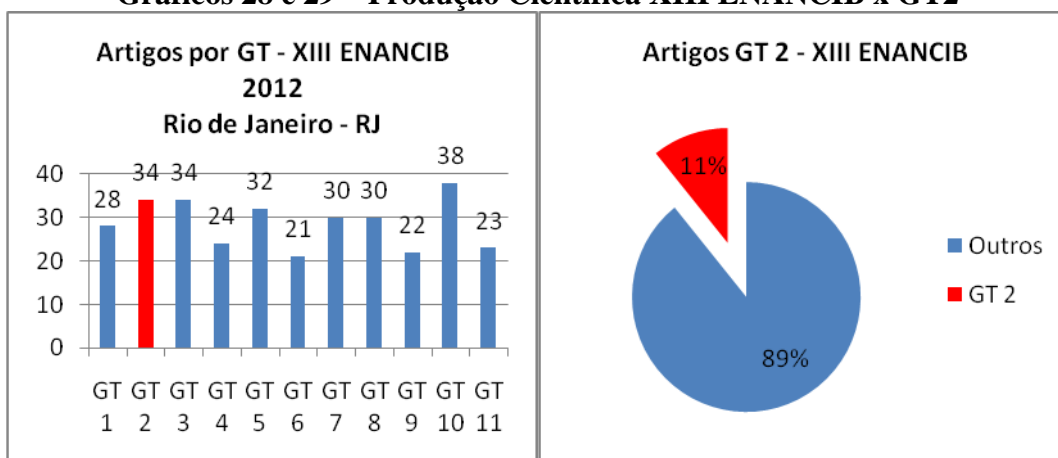
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 26 e 27 – Produção Científica XII ENANCIB x GT2



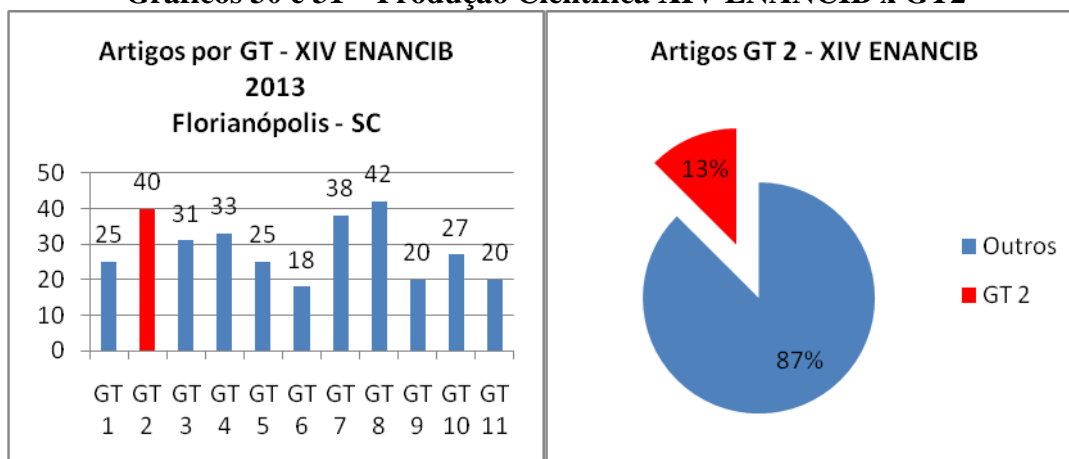
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Gráficos 28 e 29 – Produção Científica XIII ENANCIB x GT2



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

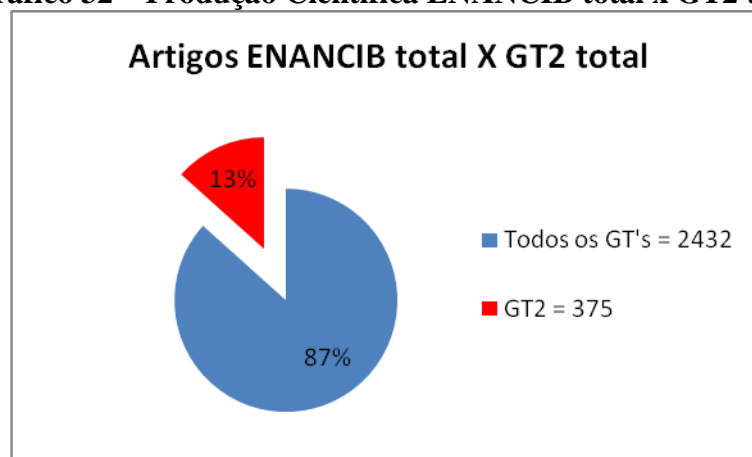
Gráficos 30 e 31 – Produção Científica XIV ENANCIB x GT2



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As 14 edições do ENANCIB, somaram ao longo dos anos, **2.473 trabalhos** apresentados, e destes, **384 trabalhos** respondem pela produção do GT2. Considerando os trabalhos que possuem registros em anais, o número total é de **2.432⁴⁶ trabalhos**. Destes, **375 trabalhos**, equivalentes a 13% do total e correspondem à produção destinada ao GT2 (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Produção Científica ENANCIB total x GT2 total

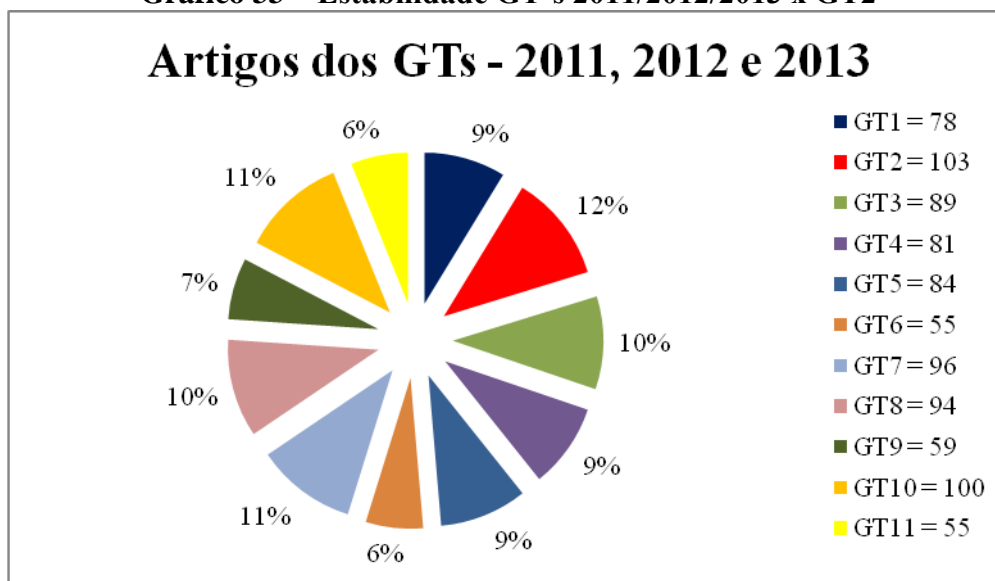


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nos últimos 03 anos, quando os GT's se estabilizam em quantidade (11 GT's), o total de publicações de todos os GT's, foi de **890 trabalhos**. Nesse período, o GT2 possui 102 publicações, cerca de 11% da produção do evento, que equivale a uma média de 30% a mais sobre a maioria dos GT's (Gráfico 33). Na esquerda, o número absoluto de artigos publicados por cada GT e, na direita, o perceptual de cada GT em relação à somatória de todos os trabalhos dos GT's, nos três últimos anos:

⁴⁶ O X ENANCIB não publicou nos anais os 41 trabalhos apresentados em modalidade pôster. Destes, nove fazem parte do GT2.

Gráfico 33 – Estabilidade GT's 2011/2012/2013 x GT2



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

É possível observar que no decorrer de 19 anos, o GT2 é um dos poucos GT's sem grandes disparidades em número de suas publicações, mantendo-se sempre, em média, entre os dois GT's com maior publicação em todos os anos.

5.1.3.2 ISKO-Brasil

Outro significativo evento, que reflete números positivos para a área de ORC, é o Capítulo da ISKO no Brasil. Fruto das discussões dentro do GT2, a proposta de sua criação ocorreu em 2005, por ocasião do VI ENANCIB, estendendo as discussões para o ano posterior, em 2006, no VII ENANCIB, no qual foi desenvolvido o projeto de criação para que então, oficialmente, em 2007, no interior do GT2, do VIII ENANCIB, nascesse o capítulo Brasileiro da ISKO.

Com relação aos seus objetivos, a ISKO propõe-se a: promover a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de métodos para a organização do conhecimento; garantir o intercâmbio de informações e experiências entre cientistas e estudiosos da área; e propiciar a construção, aperfeiçoamento e aplicação de instrumentos para organização do conhecimento (sistemas de classificação, tesouros, terminologias, etc) (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 14).

É importante ressaltar, que mesmo mantendo uma estreita relação com o GT2, este tem assumido dimensões muito amplas, ao passo que, a ISKO “possui uma especificidade própria ao que se alia ser um foro científico de pesquisadores plenos (com titulação mínima de doutor)” (GUIMARÃES, DODEBEI, 2012, p. 17).

O evento está organizado em três grandes eixos:

- **1 A dimensão epistemológica da Organização do Conhecimento** (bases conceituais, históricas e metodológicas da organização do conhecimento assim como seus diálogos interdisciplinares e sua produção científica);
- **2 A dimensão aplicada da Organização do Conhecimento** (modelos, formatos, instrumentos, produtos e estruturas em organização do conhecimento);
- **3 A dimensão social e política da Organização do Conhecimento** (formação e atuação profissional, ética, contextos, cultura e identidade em organização do conhecimento assim como as relações da organização do conhecimento com o desenvolvimento sustentável).

I ISKO-BRASIL, Brasília-DF, 2011

Tema: “Desafios e perspectivas científicas para a organização do conhecimento na atualidade”

Em 2011, nos anais do evento, os trabalhos encontram-se divididos em três temáticas gerais em ORC e três ciclos temáticos de palestras que também tiveram seus textos publicados na íntegra nos anais, e encontram-se assim distribuídos (Quadro 27):

Quadro 27 – I ISKO-BRASIL

Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais
A dimensão epistemológica da Organização e Representação do conhecimento	07 (01 trabalho /01 autor estrangeiro)
A dimensão aplicada da Organização e Representação do Conhecimento	11 (02 trabalhos / 03 autores estrangeiros)
A dimensão social, cultural e política da Organização e Representação do Conhecimento	07 (02 trabalhos / 04 autores estrangeiros)
Ciclo temático de palestras	Nº Publicações nos anais
Pesquisa em Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: uma análise dos cursos de Pós-Graduação	04
Pesquisa em Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: uma análise dos Grupos de Pesquisa	03
Visibilidade científica e interlocução internacional em Organização e Representação do Conhecimento	06 (04 trabalhos / 04 autores estrangeiros)

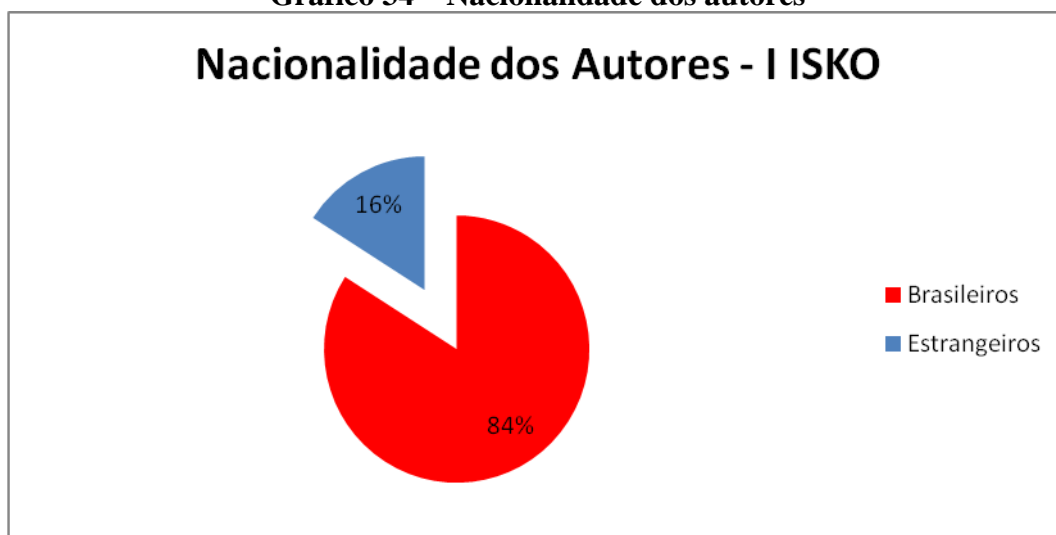
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Para além destes, três trabalhos de autores brasileiros foram apresentados no evento, mas não constam nos anais. Estes foram selecionados como *distinguished papers*, e publicados na revista *Knowledge Organization*, em maio de 2012:

- ALMEIDA, Carlos Cândido de. **A influência metodológica do pragmatismo de Peirce para a organização do conhecimento.**
- FREITAS, Juliana, GABRIEL JUNIOR, René F., BUFREM, Leilah Santiago. **Aproximações teóricas entre a produção de autores brasileiros e espanhóis da área de organização do conhecimento na produção periódica de Ciência da Informação no Brasil.**
- ORTEGA, Cristina Dotta. **Base conceitual e procedimental dos sistemas documentários: breve sistematização.**

Os anais da ISKO-BRASIL não correspondem apenas à publicação dos trabalhos aprovados, eles compõem uma série de anais intitulada Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, e passam a constituir, no Brasil, um livro digital. A primeira publicação brasileira reuniu 38 trabalhos, dos quais, 27 têm como autoria pesquisadores Brasileiros, responsáveis por 71% das publicações. O grupo de autores brasileiros em 2011 contou com 53 pesquisadores (84%), e o grupo estrangeiro, com 10 (16%) (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Nacionalidade dos autores



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Estes dados evidenciam o estreitamento nas relações internacionais destacando a participação de 16% de pesquisadores estrangeiros, proporcionando visibilidade internacional além de debates, contribuições e parcerias importantes para a área. Tais relações constituem

indicadores relevantes para a institucionalização científica de uma especialidade, tendo em vista que promovem diálogos interdisciplinares fortalecendo a institucionalização cognitiva e estabelecem parcerias fundamentais para a institucionalização social.

II ISKO-BRASIL, Rio de Janeiro-RJ, 2013

Tema: “Complexidade e Organização do Conhecimento: Desafios do nosso século”

A publicação do volume 2 da série de Anais Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, da II ISKO-Brasil, também recebeu formato de livro eletrônico. 48 trabalhos compuseram o evento, no qual 03 foram premiados e resultaram em publicações na revista *Knowledge Organization*:

- BRÄSCHER, Marisa. **Relações semânticas em sistemas de organização do conhecimento.**
- CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **A contribuição da Bibliometria para os estudos metateóricos e de Análise de Domínio.**
- SANTIS, Rodrigo de; SOUZA, Rosali Fernandez de. **Desafios para a classificação de canções populares.**

Os anais reuniram 45 trabalhos divididos entre os três eixos temáticos definidos pelo evento (Quadro 28):

Quadro 28 – II ISKO-BRASIL

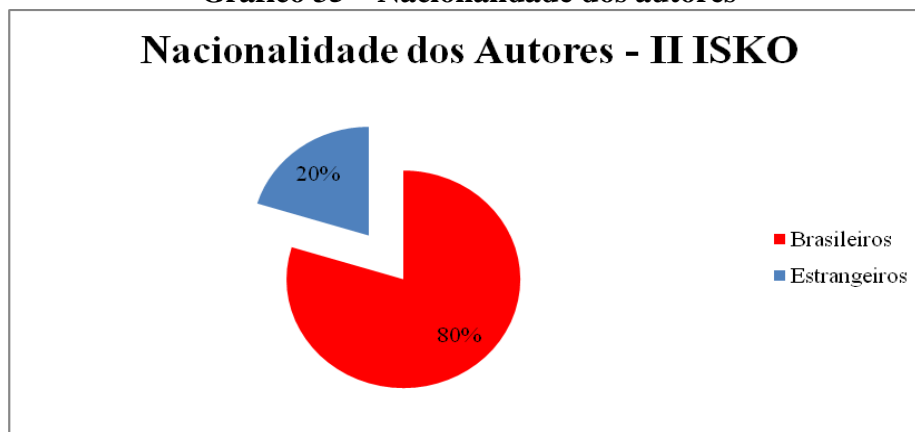
Grupo de Trabalho – GT	Nº de Artigos nos Anais (estrangeiros)
A dimensão epistemológica da Organização e Representação do conhecimento	14 (03 trabalhos / 04 autores estrangeiros)
A dimensão aplicada da Organização e Representação do Conhecimento	14 (03 trabalhos / 08 autores estrangeiros)
A dimensão social, cultural e política da Organização e Representação do Conhecimento	17 (04 trabalhos / 04 autores estrangeiros)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O evento apresentou um crescimento de 15% em publicações referentes ao ano anterior, concentrada em autores brasileiros. Os autores estrangeiros mantiveram o número de publicações (10) do evento anterior, mas aumentaram em 60% o número de participantes,

para 16 pesquisadores, perfazendo 20% do grupo geral (Gráfico 34). Esses indicadores evidenciam um alto nível de institucionalização social proporcionado pela ISKO-Brasil à área de ORC brasileira. O ENANCIB em 14 anos de evento contou com 12 autores estrangeiros e apenas 07 trabalhos produzidos por estes.

Gráfico 35 – Nacionalidade dos autores



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dos referidos anais, foram extraídos 29 trabalhos do ano de 2011 e 35 trabalhos do ano de 2013, num total de 64 trabalhos e 102 autores brasileiros, que comporão a amostra analisada na institucionalização cognitiva, na seção 6.2.

Retomando os demais indicadores e adotando por base a teoria de Whitley (1974), os dados extraídos permitiram elucidar os níveis de institucionalização social da ORC considerando os critérios elencados no capítulo 5 deste trabalho e que são discutidos abaixo (Quadro 29):

Quadro 29 – Discussão sobre a Institucionalização Social da ORC

CRITÉRIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIAL	DISCUSSÃO
<p>Instituições e oferta de formação de especialistas na área</p> <p>(Programas de Pós-Graduação e Linhas de pesquisa)</p>	<p>Atualmente a CI possui 14 Programas de Pós-Graduação, em níveis de mestrado e doutorado, distribuídos em 09 estados brasileiros. Entre os Programas de Pós-Graduação, 11 contemplam em suas grades curriculares linhas de pesquisa em ORC, apontando um alto nível de institucionalização social da ORC, proporcionando pesquisas e formação especialista, pela oferta destas linhas no interior das Instituições Brasileiras de Ensino Superior.</p>
<p>Instituições e número de pesquisadores especialistas</p> <p>(Instituições que possuem pesquisadores vinculados e que produzem na área de ORC)</p>	<p>Outro indicativo do alto nível de institucionalização social da ORC centra-se no quantitativo de Instituições que apresentam vínculo com pesquisadores especialistas em ORC, por intermédio da formação de Grupos de Pesquisa no país. Dos quais, 25% (56) dos 226 Grupos em Ciência da Informação apresentam linhas de pesquisa em ORC e mantém além de outros pesquisadores vinculados, estudantes de pós-graduação, de graduação e técnicos.</p>
<p>Formação de comunidades científicas e Identidade social</p> <p>(Eventos, periódicos, unidade organizacional, grupos de pesquisa)</p>	<p>A identidade social da ORC apresenta-se altamente consolidada a partir do pioneirismo de suas pesquisas nos Programas de Pós-graduação; no interior do ENANCIB, através do GT2, com 20 anos de publicações, sendo o único GT que não sofreu mudança na disposição da sua apresentação dentro do Evento, sendo sempre GT2 e mantendo regularidade em suas publicações ao longo dos anos; está presente entre os Grupos de Pesquisa – GP, perfazendo um quantitativo de 25% dos Grupos com mais de 20 anos de constituição e, atualmente conta com um evento especializado, de visibilidade internacional como o capítulo Brasileiro da ISKO.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A análise dos dados permite confirmar o alto nível de institucionalização social da ORC, dentro do campo científico da Ciência da Informação, no Brasil. Tais conclusões antecipam que, conseqüentemente, sua institucionalização cognitiva também poderá apresentar bons níveis, uma vez que Whitley (1974) pondera que é pouco provável que ocorra um baixo nível de institucionalização cognitiva em uma área que apresente um elevado nível de institucionalização social.

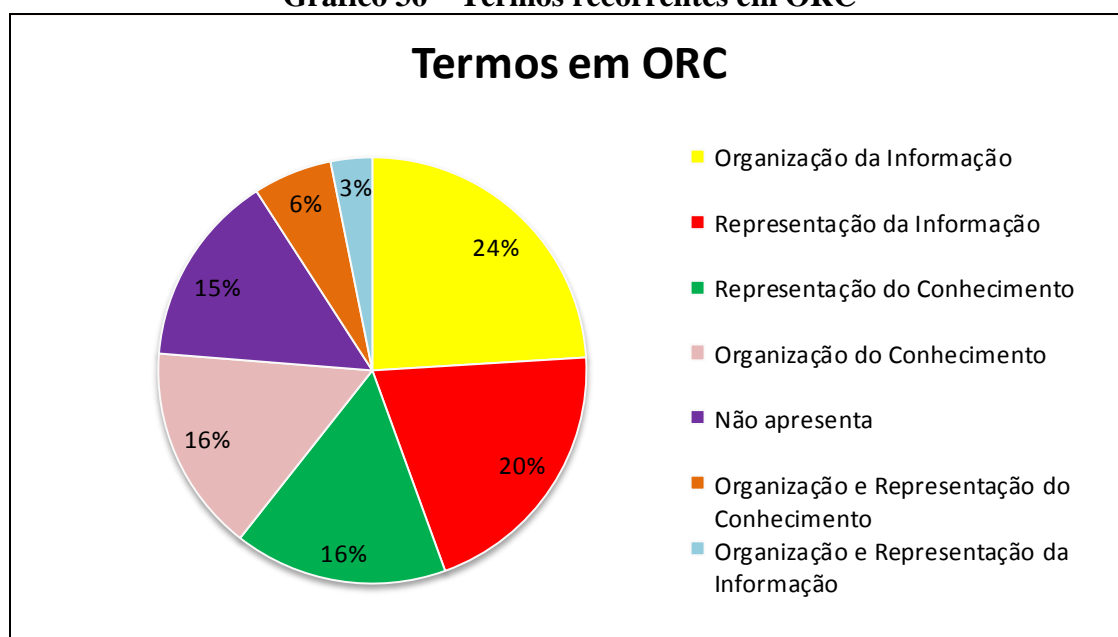
Assim, a apresentação dos dados da próxima seção apontará os níveis de institucionalização cognitiva da ORC, à luz da análise das publicações e seus autores concernentes na produção oriunda dos eventos supracitados.

5.2 Institucionalização Cognitiva da ORC

Toda pesquisa incide na institucionalização cognitiva da área onde é desenvolvida. Bourdieu (2004) considera que a produção científica do pesquisador consiste em seu capital intelectual institucionalizado, tendo em vista que a legitimação deste capital depende da estrutura das relações objetivas formadas no âmbito dos campos científicos, que agregam convenções e reconhecimento pelo conjunto de seus pares. Whitley (1974) define a institucionalização cognitiva considerando a articulação de normas cognitivas e técnicas que proporcionam coerência e entendimento no meio onde esta sendo desenvolvida. É através da institucionalização cognitiva que o pesquisador estabelece sua identidade intelectual que indicará quais temas são de seu interesse, quais instrumentalizações ele adota e a representação de seus resultados. Os níveis de institucionalização cognitiva e social poderão se diferir, no entanto, ambos sempre estarão presentes em maior, menor ou igual escala dentro de uma área.

Um dos critérios para avaliação da institucionalização cognitiva aponta como indicador de nível a coerência e o uso corrente de vocabulários específicos que definam os objetos investigados. Uma inconsistência já apontada por outros autores em ORC, diz respeito à utilização de expressões como “organização da informação”, “organização do conhecimento”, “representação da informação”, “representação do conhecimento”, “organização e representação da informação”, entre outros. Os 431 artigos foram submetidos à busca em seus títulos, palavras-chave (quando existente) e texto completo por expressões como organização/representação da/do informação/conhecimento. As buscas apontaram 68 variações (APENDICE C), nas quais as com maior incidência foram “organização da informação”, “organização do conhecimento”, “representação da informação” e “representação do conhecimento” (Gráfico 36). Vale ressaltar que dos 431 artigos, 98 não apresentaram nenhum dos termos, sem menção alguma a nenhuma das variações.

Gráfico 36 – Termos recorrentes em ORC



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tais dados reforçam a constatação de uma variação terminológica na área, que apontam um baixo indicador para o nível de institucionalização cognitiva da área. No entanto, esse indicador impulsiona a busca pela identificação do escopo teórico que demonstre maior precisão na definição de *seus* próprios processos, uma vez que, conhecimento e informação não podem ser tomados um pelo outro, tendo em vista que não carregam a mesma definição, e nem mesmo são sinônimos. São correlatos, à medida que, dependendo do contexto, possuem aproximação.

Propositalmente, esse trabalho intentou transcender sem que necessariamente precisasse adotar conceitos para definir termos como Organização e Representação do Conhecimento e/ou Organização e Representação da Informação e suas variações. Um dos objetivos desta investigação é que a produção científica especializada em ORC evidencie, no grupo de autores selecionados, o possível arcabouço teórico que responda por essa questão. Assim, a etapa final dessa análise centrou-se no levantamento de todos os autores que possuem trabalhos publicados nos anais do ENANCIB e na ISKO-Brasil, e destes a seleção, através de critérios, dos autores que quantitativamente mais contribuíram para a estruturação e consolidação da institucionalização cognitiva da ORC, com suas pesquisas.

Para realização das análises referentes aos autores brasileiros que atuaram no âmbito do ENANCIB, mais precisamente no GT2, foram selecionados 367 artigos/resumos⁴⁷, excluindo do universo anterior (384 trabalhos) sete trabalhos publicados por estrangeiros⁴⁸, um trabalho sem identificação⁴⁹ e os nove pôsteres do X ENANCIB, que não foram publicados nos anais de 2009. Esse recorte reuniu, a partir dos anais do ENANCIB, 367 trabalhos e 355 autores brasileiros e, nos anais da ISKO-Brasil, 64 trabalhos e 105 autores brasileiros. Mesclados os dados, e eliminando autores que se repetem em ambos eventos, o corpus da pesquisa identificou 431 artigos e 371 autores.

Na impossibilidade de avaliação de um universo tão denso de autores, cinco critérios foram estabelecidos para a extração da amostra analisada, devendo o autor, em um primeiro momento, apresentar um número significativo de publicações e atender aos seguintes critérios:

- Título de doutor;
- Vínculo docente com programas de pós-graduação que possuam linhas de pesquisa em ORC;
- Orientações acadêmicas em nível de mestrado e doutorado;
- Bolsa de Produtividade CNPq⁵⁰;
- Membro de Grupo cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Dessa forma, 14 autores foram selecionados e listados no quadro abaixo (Quadro 30), onde é possível identificar, do lado esquerdo do quadro, os anos de realização do ENANCIB e da ISKO-Brasil e o respectivo número de publicações de cada autor em cada ano mais a somatória total de suas publicações em ambos os eventos:

⁴⁷ Os eventos de 1995, 1996 e 2000, publicaram anais apenas com os resumos.

⁴⁸ (CURRÁS, 2000); (MOREIRO; MORATO; LIORENS; MARZAL; BELTRÁN; VIANELLO, 2000); (MANUEL, 200); (MOREIRO; MARZAL; BELTRÁN; MORATO; SÁNCHEZ-CUADRADO; LLORENS, 2003); (LACRUZ, 2006); (LÓPEZ-HUERTAS, 2006); (BARITÉ, 2007).

⁴⁹ Ontologias: uma nova abordagem para a gestão de recursos informacionais (2007).

⁵⁰ Destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq (CNPq, 2014).

Quadro 30 – Autores da Fase de Consolidação

NOME	ENANCIB														ISKO		Total	Anos
	I – 1994	II – 1995	III – 1997	IV – 2000	V – 2003	VI – 2005	VII – 2006	VIII – 2007	IX – 2008	X – 2009	XI – 2010	XII – 2011	XIII – 2012	XIV – 2013	I – 2011	II – 2012		
Maria Luiza de Almeida Campos	0	0	0	0	1	1	2	4	1	1	2	3	2	2	1	2	22	12
Rosali Fernandez de Souza	0	1	2	2	1	1	0	2	1	0	2	2	3	2	0	1	20	12
José Augusto Chaves Guimarães	0	0	2	1	1	3	1	1	1	0	1	2	0	1	3	1	18	12
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	0	0	0	2	0	1	2	4	0	0	1	2	2	0	1	0	15	8
Maria Aparecida Moura	0	0	0	2	0	2	1	0	0	0	1	2	1	1	2	2	14	9
Renato Rocha Souza	0	0	0	0	0	1	0	1	2	1	2	1	1	3	1	0	13	9
Mariângela Spotti Lopes Fujita	0	0	0	0	2	4	1	1	1	0	0	0	0	1	0	2	12	7
Marilda Lopes Ginez de Lara	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	2	0	1	1	1	12	11
Marisa Bräscher	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	0	0	0	1	1	1	9	8
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	0	1	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	1	0	2	9	7
Nair Yumiko Kobashi	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	9	9
Carlos Henrique Marcondes	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	8	8
João Batista Ernesto de Moraes	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	0	1	1	1	0	8	7
Vera Lúcia Doyle Dodebei	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	7	7

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

De 2006 em diante, quando o evento torna-se anual, adotou-se a denominação “fase de consolidação”, por entender que a partir de então os pesquisadores começam a traçar uma regularidade de publicação no interior dos GT’s de seu interesse, concomitante com a abertura e fortalecimento de cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, a promoção de um maior número de pesquisas, sendo nesta fase que nasce a ISKO-Brasil, responsável pela integração e visibilidade internacional das pesquisas brasileiras.

Além dos autores já selecionados na fase de consolidação e que estão presentes desde a fase de estruturação (Quadro 31), **Maria Néida González de Gómez** e **Jaime Robredo** recebem destaque pela presença regular entre os autores que publicaram em mais de 50% das edições dessa fase, e tornaram-se ícones na área pela produção de trabalhos teóricos substanciais.

Quadro 31 – Autores da Fase de Estruturação

Autor	Ano						Total
	94	95	97	00	03	05	
Rosali Fernandez de Souza	0	1	2	2	1	1	7
José Augusto Chaves Guimarães	0	0	2	1	1	3	7
Mariângela Spotti Lopes Fujita	0	0	0	0	2	4	6
Maria Nélide González de Gómez	1	1	2	1	0	0	5
Haruka Nakayama	0	1	0	3	0	0	4
Maria Aparecida Moura	0	0	0	2	0	2	4
Marilda Lopes Ginez de Lara	0	1	0	1	1	1	4
Else Benetti MarquezVálio	1	2	1	0	0	0	4
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	0	0	0	2	0	1	3
Jaime Robredo	1	0	1	0	1	0	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nesta etapa de avaliação da institucionalização cognitiva, todos os trabalhos publicados dos autores selecionados nos anais do ENANCIB e ISKO-Brasil foram avaliados e destes extraídas todas as referências que indicam as citações empregadas no corpo do trabalho, a fim de apontar o escopo teórico-epistemológico empregado à área de ORC e seus respectivos autores citados. Os dados foram lançados em planilhas do software Excel, tratando padronização dos nomes dos autores, removendo inconsistências e efetuando correções.

A análise obedeceu à ordem de apresentação que parte hierarquicamente dos autores com maior número de trabalhos produzidos. Cada autor foi analisado individualmente. Esses dados permitiram identificar a base teórica de ORC utilizada nas publicações para então traçar as redes de relações entre os pesquisadores brasileiros e as bases teóricas adotadas, conforme os resultados extraídos.

Foram avaliados 174 artigos (APENDICE B), destes, extraiu-se 1954 autores citados, referenciados 3610 vezes. O volume mostrou-se extremamente extenso, o que exigiu um recorte em valor proporcional de 0,6% dos autores citados, indicando os 12 referenciais teóricos mais citados entre os autores brasileiros citantes, que receberam menção, no mínimo, em 0,55% das referências, correspondendo a aproximadamente 20 artigos ou mais (Quadro 32). Os valores percentuais selecionados, aparentemente mostram-se baixos, no entanto é uma amostra razoável quando pensado o valor absoluto total de autores citados.

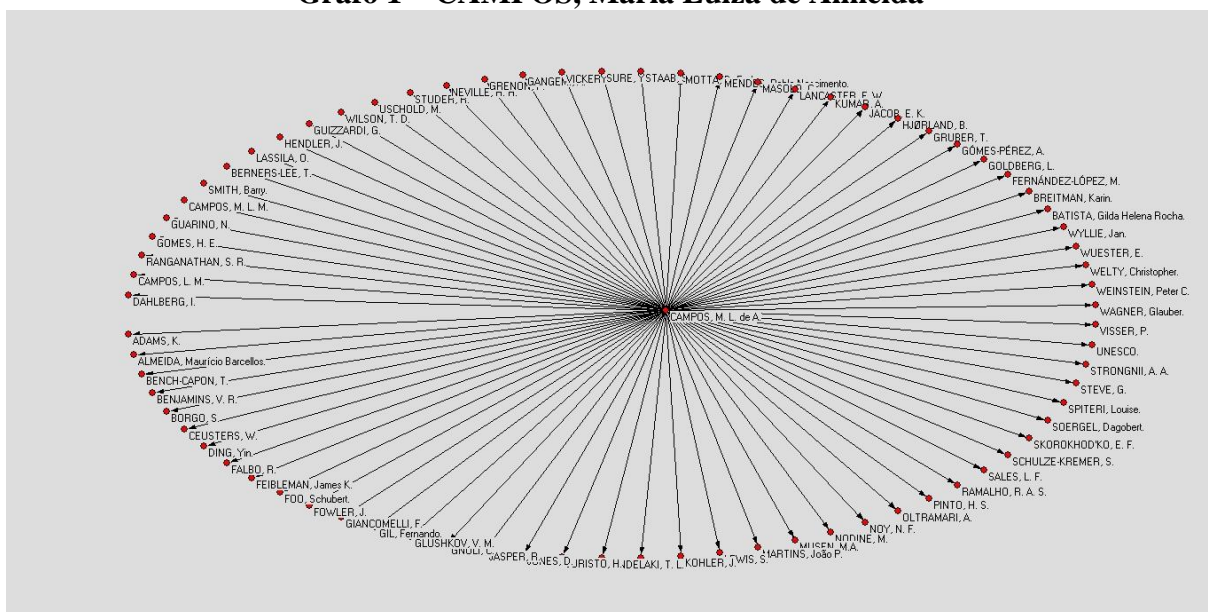
Quadro 32 – Autores mais citados

AUTORES CITADOS	Nº DE CITAÇÕES
DAHLBERG, Ingertraut	54
CAMPOS, Maria Luiza de Almeida	48
RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita	36
HJØRLAND, Birger	30
LANCASTER, Frederick Wilfrid	30
GUIMARÃES, José Augusto Chaves	28
GUARINO, Nicola	27
GOMES, Hagar Espanha	26
VICKERY, Brian Campbell	26
FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	24
LARA, Marilda Lopes Ginez de	22
KOBASHI, Nair Yumiko	20

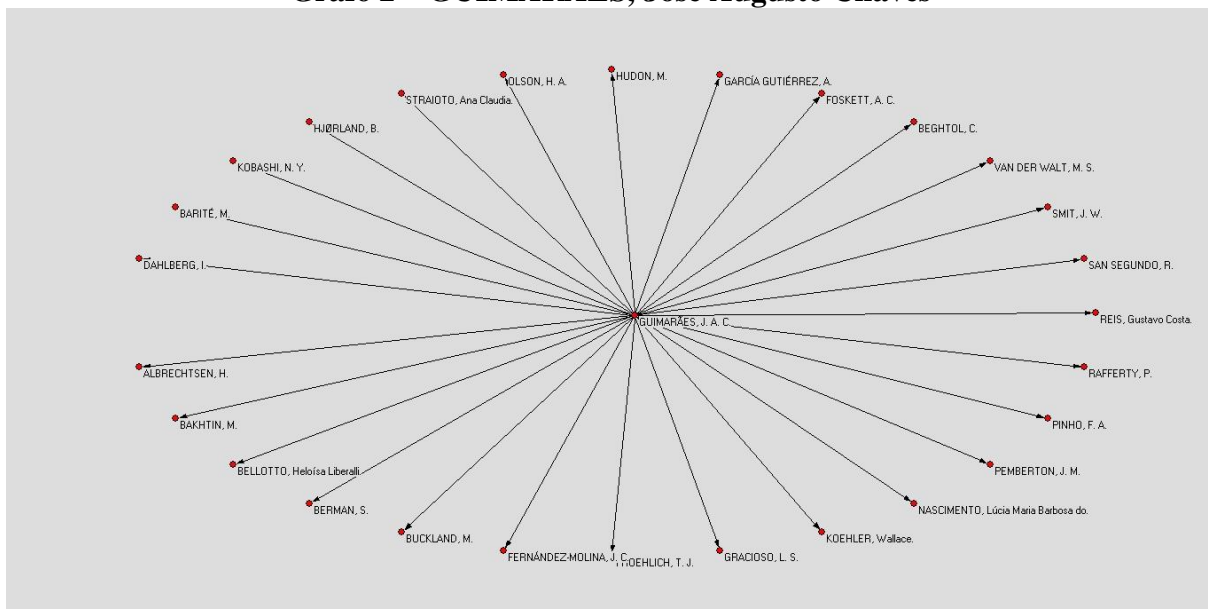
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os 12 autores estão divididos igualmente entre brasileiros e estrangeiros, no entanto, foram considerados apenas os brasileiros para avaliação da rede de citações, refazendo a seleção de referências de forma individual, identificando assim, quais as bases teórico-epistemológicas que conduziram e conduzem as pesquisas em ORC, no Brasil, considerando os autores já citados e o núcleo dos trabalhos dos cinco autores citantes, que configuram desde a fase de estruturação do ENANCIB, a saber: José Augusto Chaves Guimarães; Marilda Lopes Ginez de Lara; Mariângela Spotti Lopes Fujita; Nair Yumiko Kobashi. Maria Luiza de Almeida Campos possui publicações na área, de acordo com seu currículo Lattes, desde 1987, mas sua participação no GT2 tem início na quinta edição do ENANCIB, em 2003.

Alcançado o último recorte desta investigação, foram selecionados os citados brasileiros, com exceção de Hagar Espanha Gomes, tendo em vista que estes citados são recorrentes dos citantes e, para dirimir novas redundâncias, foram novamente avaliadas e extraídas as autocitações. Dessa avaliação originaram-se também as relações entre os citados desse segundo ciclo e seus citantes de forma individualizada, considerados os citados com mais de duas menções (Grafos de 01 a 05). O Apêndice C ilustra a relação e a ligação entre os autores brasileiros e seus fundamentos teórico-epistemológicos evidenciados a partir dos autores citados.

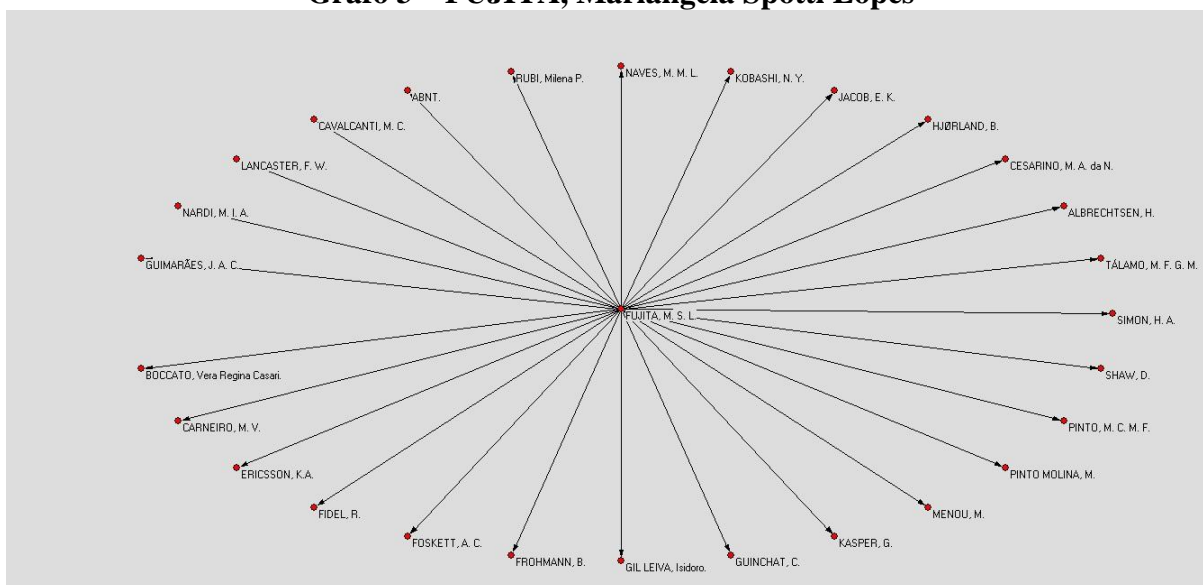
Grafo 1 – CAMPOS, Maria Luiza de Almeida

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Grafo 2 – GUIMARÃES, José Augusto Chaves

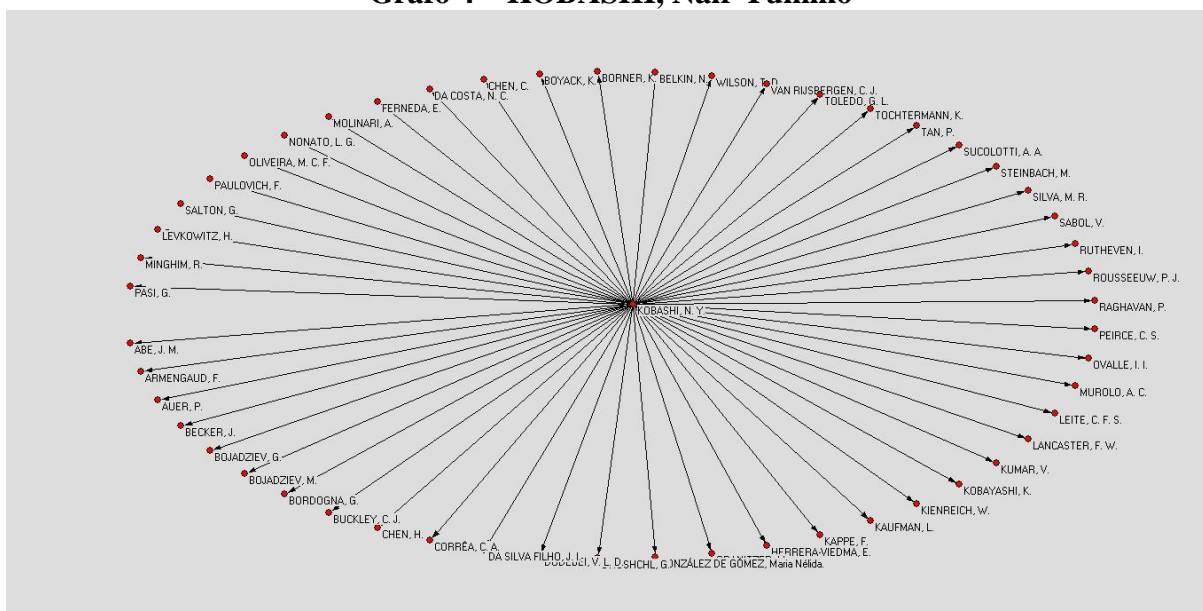
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Grafo 3 – FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

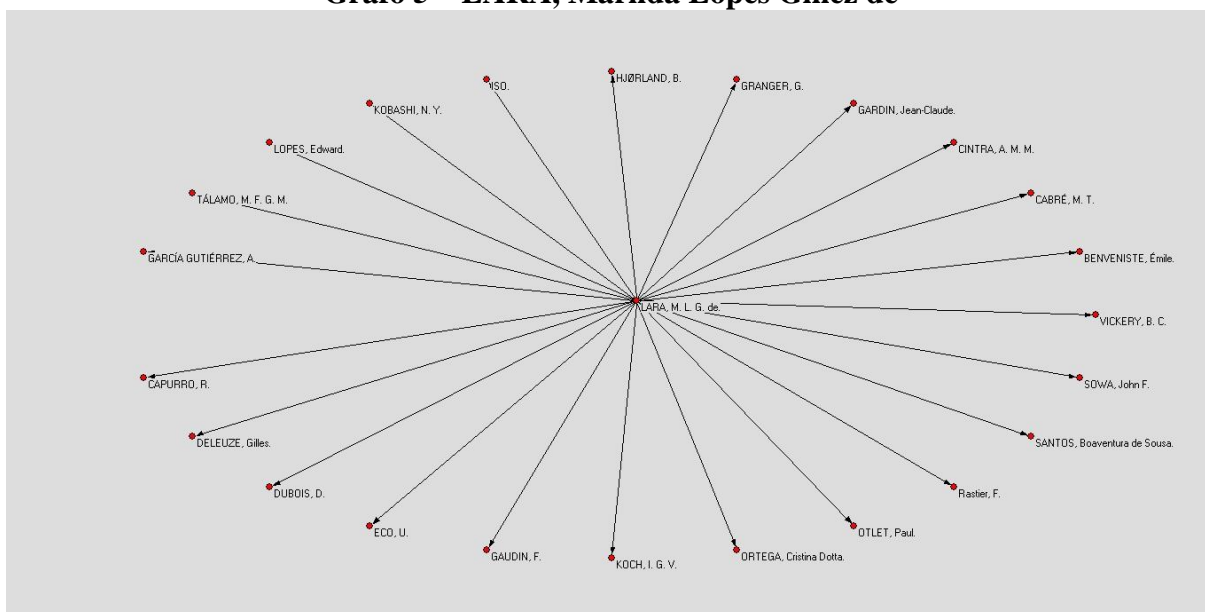


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Grafo 4 – KOBASHI, Nair Yumiko



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Grafo 5 – LARA, Marilda Lopes Ginez de

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nessa última fase, extraídos do corpus de 73 artigos que correspondem às publicações de CAMPOS; GUIMARÃES; FUJITA, KOBASHI e LARA, as citações com maior ocorrência apontaram para os autores mais citados, excluindo os autores já avaliados, considerando aqueles que receberam mais de 10 citações. Deste último grupo o recorte constituiu-se de 05 autores (Quadro 33):

Quadro 33 – Base teórico-metodológica

AUTORES CITADOS	Nº DE ARTIGOS
DAHLBERG, I.	18
HJØRLAND, B.	14
GUARINO, N.	11
LANCASTER, F. W.	11
RANGANATHAN, S. R.	11

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dessa forma, a análise aponta para os autores que, segundo os dados, constituem a base teórico-metodológica da área de ORC. Em conjunto com as avaliações já realizadas da institucionalização social (Quadro 29) procedeu-se à discussão exibida no Quadro 34, expondo a análise dos critérios de institucionalização cognitiva da ORC.

Quadro 34 – Discussão da Institucionalização Cognitiva em ORC

CRITÉRIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA	DISCUSSÃO
<p align="center">Compromisso e concordância na ordem intelectual da área: (Termos adotados em ORC)</p>	<p>Observa-se claramente que a regularidade de publicações concentradas no GT2 do ENANCIB e a constituição de um capítulo da ISKO no Brasil evidenciam o compromisso intelectual da área, entretanto, a disparidade no uso de expressões fragilizam a concordância intelectual. É possível constatar que por suas características próprias, para além da CI, a área de ORC recebe influência de diversos estudos e também permeia investigações em outros campos científicos. Essa característica interdisciplinar reforça a pluralidade de teorias, termos e conceitos e, conseqüentemente, aponta tais indicadores. A área, nesse aspecto, encontra-se em uma via de mão dupla, tendo em vista que a interdisciplinaridade reforça o âmbito social, mas diante desse aspecto específico, reforça a preocupação relativa ao padrão terminológico, como também às questões de recuperação da informação.</p>
<p align="center">Entendimento coerente e integrado dos objetos de análise: (Referencial teórico que fundamentam os estudos de ORC)</p>	<p>Mostra-se expresso, tanto no ciclo macro da análise (com todos os 14 autores), quanto no ciclo micro (citados dos mais citados, perfazendo 05 autores) a adoção do referencial teórico em duas vertentes: uma a partir da concepção da Organização do Conhecimento, com base nos trabalhos de Dalhberg e Hjørland, advindos da Ciência da Informação e suas áreas correlatas e outra, a partir dos estudos pioneiros da Biblioteconomia, com matriz em Ranganthan e Lancaster. Guarino, nessa perspectiva, recebe evidência apenas por volta dos anos de 2000, com o desenvolvimento de estudos em ontologias, que passam a configurar-se nas pesquisas em CI e tomam proporção e notoriedade.</p>
<p align="center">Natureza previsível do trabalho a partir de sua identidade cognitiva: (Linearidade e/ou variação nos temas de investigação)</p>	<p>Os trabalhos apresentados nos espaços específicos de ORC, no Brasil, apresentam regularidade a partir de seus autores, que ao longo dos últimos 14 anos mantêm proximidade em seus temas de investigação e tornaram-se referenciais na área através desses estudos. Tomando como exemplo, temos: CAMPOS, com investigações na área de ontologias, GUIMARÃES, com pesquisas acerca do tratamento temático, KOBASHI com pesquisas em análise documentária, LARA com estudos a partir da terminologia e FUJITA com processos de indexação. Tais autores também mantêm grupos de pesquisa que contemplam tais estudos, em parceria com outros autores que estão contemplados nos demais trabalhos dos eventos. Estes dados também apontam os estudos que configuram a identidade cognitiva da área em ORC, no Brasil.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação desenvolveu-se de fato como uma ciência de respostas e soluções, conforme sua própria ambiguidade nominativa. Seu contexto histórico não pontua um evento preciso de sua constituição, no entanto, sua característica interdisciplinar conduz ao reconhecimento de uma ciência pós-moderna. Seu objeto de estudo, a informação, permitiu o desenvolvimento de suas áreas de pesquisas centradas nos processos e demandas informacionais voltados para questões tecnológicas e sociais.

Em específico, no Brasil, a área desenvolve-se junto ao IBICT, com a implantação do primeiro curso de pós-graduação, nível mestrado e acentuada aproximação junto aos cursos de Biblioteconomia do país. A partir de então, as pesquisas na área passam a ser fomentadas originando espaços específicos de compartilhamento científico, como a formação de grupos de pesquisa e reuniões científicas para divulgar as investigações originadas em nível de formação especializada, promovidas pelos programas de pós-graduação.

Nesse contexto a área de CI começa a conduzir-se para sua institucionalização científica no país. Acompanhando os avanços sociais, os programas de pós-graduação despontam e o primeiro evento da área, o ENANCIB, estrutura-se rumo à consolidação das linhas de pesquisa que orientam os estudos em Ciência da Informação no Brasil. Entre as linhas de pesquisa, inicialmente formalizadas na CI, a ORC recebe destaque como área de pesquisa. No entanto, é necessário ressaltar que se insere no país através dos cursos de graduação em Biblioteconomia, configurando-se pelos processos e instrumentos de correntes americanas e europeias, como a catalogação, a classificação e a documentação.

Enquanto especialidade, a ORC contempla os estudos inerentes ao tratamento documental e a organização e representação dentro dos sistemas informacionais e classificatórios do conhecimento. Permeia assim todas as demais áreas de pesquisa, uma vez que nenhum processo ligado à informação, em nível de ordenação, mediação, adoção de tecnologias e desenvolvimento de instrumentos e produtos poderá ser conduzido sem encontrar-se devidamente organizado.

A ORC desenvolveu-se mantendo uma correlação com outras áreas científicas, primeiramente por ser um campo de investigação considerado independente, e pela legitimidade enquanto subcampo de uma ciência interdisciplinar. Porém, problemas quanto à formação de um

vocabulário utilizado no seu interior renderam estudos atentos à variação terminológica e conceitual na comunicação científica, a partir da imprecisão no uso de termos e seus respectivos conceitos.

Entretanto, sob uma avaliação acerca da institucionalização da ORC, os dados apontaram um considerável avanço social, claramente expresso na formação especializada, com linhas de pesquisa em ORC no núcleo da maioria dos programas de pós-graduação em CI, no número, também considerável, de grupos de pesquisas institucionalizados, na manutenção e solidez do GT2 e na concepção do Congresso brasileiro da ISKO. A regularidade na publicação de pesquisas em eventos e a consolidação de espaços especializados evidenciam o capital institucionalizado e níveis altos de institucionalização social da ORC no Brasil.

Os níveis de institucionalização cognitiva que sustentam os níveis de institucionalização social evidenciam um respectivo compromisso intelectual, com pesquisas significativas voltadas para as tradicionais técnicas de ORC e concomitantemente, a adoção e expansão de processos modernos desenvolvidos através da interdisciplinaridade com outras áreas. Nesse contexto, esse critério de avaliação reforça a institucionalização social por promover o alargamento das fronteiras investigativas e promover uma integração científica interdisciplinar. Essa integração permite inclusive que situações-problemas possam usufruir de soluções para diagnósticos complexos.

Quanto ao entendimento coerente e integrado dos objetos de análise, a ORC por um lado apresenta um grupo de pesquisadores dotados de identidade intelectual e reconhecidos na coletividade do campo científico como referenciais nos temas contemplados em suas pesquisas. No entanto, a pluralidade teórico-epistemológica fora desse recorte indica uma multiplicidade terminológica resultante dessa dispersão. Pode-se afirmar, com base no universo das citações analisadas, que a ORC é, atualmente no Brasil, conduzida pelos princípios teóricos da ISKO e apresenta fortes influências de uma das áreas que mais mantém aproximação: a biblioteconomia.

A institucionalização científica da ORC mostra-se em franca evolução, acompanhando a grande área da Ciência da Informação, não só a partir da adoção de termos oriundos de outras áreas, como através da adequação e estruturação para formação de um vocabulário próprio e específico. Em âmbito social, a institucionalização apontou articulações e relações, mostrando níveis altos para esta institucionalização social. A institucionalização cognitiva evidenciou

que em pontos como compromisso e concordância na área, entendimento coerente do objeto de estudo e identidade intelectual apresenta bons níveis, no entanto, requer atenção, em especial no escopo terminológico. Ressalta-se que a utilização de termos de forma incoerente gera uma pluralidade de produções científicas que não favorece a recuperação dos estoques de conhecimento produzidos sobre um mesmo objeto de investigação, acumulando um material fundamental para a pesquisa, que estará disperso no que diz respeito a sua consolidação teórico-epistemológica.

Verifica-se que a hipótese proposta inicialmente para esta investigação apresenta-se confirmada, por reconhecer que a característica interdisciplinar da CI, que aponta dificuldades terminológicas na área, reflete diretamente na subárea da ORC. O motivo que conduz essa dispersão merece um estudo, que este trabalho não se propôs abarcar, por reconhecer a profundidade que uma investigação dessa natureza requer, inclusive, submergindo nas redes de relacionamento que apontarão a procedência dos termos e seus respectivos conceitos.

Diante desse contexto, é possível afirmar que seu polo epistemológico, bem como seu desenvolvimento científico, reforçado pela interdisciplinaridade dentro da área que a comporta, evidenciam uma disciplina com instabilidade conceitual, mesmo diante de uma expressiva institucionalização social. Por fim, conclui-se que a ORC, enquanto subárea da CI no Brasil encontra-se em profícua formação social, no entanto exige uma investigação pormenorizada do seu cenário de institucionalização cognitiva no que diz respeito à sua instabilidade terminológica.

Esta pesquisa não se apresenta conclusa, à medida que se espera que ela possibilite contribuições para novas investigações e para o aprofundamento das fragilidades científicas identificadas. Nessa perspectiva, fica como sugestão para estudos futuros uma possível avaliação das produções em ORC originadas nos programas de pós-graduação, identificando as principais influências teórico-epistemológicas e seus escopos conceituais e as relações científicas que conduziram os principais termos/conceitos definidores da ORC.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABDALA, Raquel Barioni; KOBASHI, Nair Yumiko. Ciência da Informação: reflexões sobre a constituição de um campo científico. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera Lúcia. (Orgs.) I Congresso Brasileiro em Representação e Organização do Conhecimento, 2011. Brasília. **Anais...** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.

AL-AUFI, Ali Saif; LOR, Peter Johan. Development of Arabic Library and Information Science: an Analysis Utilizing Whitley's Theory of the Intellectual and Social Organization of Sciences. **Journal of Documentation**, v. 68, n. 4, p. 460-491, 2012.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis, SC. **Anais...** Santa Catarina: FEBAB, 2013. p. 1-12. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.1, jan./jun. 2006.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; KOBASHI, Nair Yumiko. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9584/5604>>. Acesso em: 21 jun. 2013

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro. A produção brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). [Dados Dispersos]. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/>>. Acesso em: 28 jul 2014.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul.-dez. 2007.

BAQUERO, Marcello de. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.9 n.2 2008. Disponível em <http://www.dgz.org.br/abr08/F_I_art.htm>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGO DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). [Dados Dispersos]. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/>>. Acesso em: 28 jul 2014.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Ed. Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BORKO, Harold. Information Science – what is it? **American Documentation**.v.19, n.1, 1968, p.3-5.

BRASCHER, Marisa. Visibilidade científica e interlocução internacional em organização e representação do conhecimento. **In**: José Augusto Chaves Guimarães; Vera Dobedei. (Org.). Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012, p. 234-237. E-book.

BRASCHER, Marisa; CAFE, Lígia .Organização da informação ou organização do conhecimento?. **In**: IX Enancib, 2008, São Paulo. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2008.

BUCKLAND, Michael K.; LIU, Ziming. History of information science. **Annual review of information science and technology** (ARIST), v. 30, p. 386-416, 1998.

BUFREM, Leilah Santiago. Complementariedade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n.1, p. 49-55, 2001.

CAIXETA, Mario; SOUZA, Renato Rocha. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, Londrina, v.13, n.2, p.34-55, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1815/0>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Orgs.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 55-71.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [Dados Dispersos]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul 2014.

DAHLBERG, Ingetraut. O futuro das linguagens de indexação. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais...** Brasília, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 323-334. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/dahlberg/index.htm>>. Acesso em: 12 jul 2013.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, 2006.

DANUELLO, Jane Coelho; GUIMARÃES José Augusto Chaves. Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar. **Transinformação**, v. 17, n. 2, p. 153-168. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/issue/view/112>>. Acesso em 14 dez. 2013.

DELGADO LÓPEZ CÓZAR, Emilio. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

DIAS, Eduardo W. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, Mirian de A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa, PB: UFPB, 2002. p. 87-99.

DODEBEI, Vera Lúcia. Pesquisa em Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: Uma análise dos cursos de pós-graduação. In: DODEBEI, Vera (Org.); GUIMARÃES,

José Augusto Chaves (Org.). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Rio de Janeiro/Marília: ISKO-Brasil/FUNDEPE, 2013. v. 1. 310p.

_____. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002. 119p.

DODEBEI, Vera Lúcia; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Introdução. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: Isko-Brasil; FUNDEPE, 2012. v. 1. 285p.

EGAN, Margaret Elizabeth; SHERA, Jesse Hauk. **Prolegomena to bibliographic control**. *Journal of Cataloging and Classification*, v.5, n.2, p.17-19, 1949.

_____. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v. 22, p. 125-137, Abr. 1952.

ELIEL, Regiane Alcântara. **Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área**. Campinas, 2007. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2007.

_____. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. **TransInformação**, Campinas, 20(3): 207-224, set./dez., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/521/501>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FIORIN, José Luiz. A teoria geral dos signos. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FORESTI, Nóris. Contribuição das Revistas Brasileiras de Biblioteconomia e Ciência da Informação Enquanto Fonte de Referência para a Pesquisa. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Ciência da Informação**, Brasília, 19 (1): 53-71, jan./jun. 1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/issue/view/62>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

FOSKETT, Douglas John . Ciência da informação como disciplina emergente; implicações educacionais. In: Gomes, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da informação ou Informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p. 53-69. Artigo publicado originalmente no *Journal of Librarianship*, 1973.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Ordem dos conceitos na Organização da informação e do Conhecimento**. São Paulo: ECA/USP, 2010. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29102010-125600/pt-br.php>> . Acesso em: 16 maio 2013.

FUJINO, Asa; PEREIRA, César Antônio; MARICATO, João Melo de. A institucionalização da pesquisa sobre patentes na Ciência da Informação: evolução e tendências na produção científica. In: XIII ENANCIB, 2012, Rio de Janeiro. A informação na sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: **Anais...** Brasília: ANCIB, 2012. v. 1. p. 1-20.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In: Dodebei, V., Guimarães, J. A. C. (Org.). **Complexidade e organização do conhecimento**: desafios de nosso século. Marília: Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento - ISKO Brasil; Fundepe Publicações, 2013, v. 1, p. 147-159.

_____. Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.1-32, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/4>>. Acesso em 16 maio 2013.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos**. 2004. Cap. 5. Disponível em : < http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_vol1.pdf >. Acesso em 22 jun. 2014

GOMES, Hangar. E. (Org). **Ciência da informação ou informática**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, n.1, p. 77-99, 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/viewArticle/2761>>. Acesso em: 20 abril 2013.

_____. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L. (Org).

Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

_____. A presença brasileira no cenário de produção científica da ISKO. In: DODEBEI, Vera Lúcia; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (Orgs.) II Congresso Brasileiro em Representação e Organização do Conhecimento, 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013, On-Line.

_____. Pesquisa discente em Biblioteconomia no Brasil: elementos para uma política em cursos de graduação. **Transinformação**, v. 14, n.1, p. 55-62, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1507>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves *et al.* Bases teóricas da Análise Documental: uma análise de domínio a partir das percepções das comunidades científicas do Brasil e da Espanha In: Fernanda Ribeiro; Maria Elisa Cerveira (Org.). **Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano.** Porto: Faculdade de Letras do Porto CETAC. MEDIA, 2013, p. 421-436. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera Lucia (Org.). Introdução. In: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade.** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. e-Book. Disponível em: <<http://www.marilia.Unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; FERREIRA, Gustavo, Melett. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire** (Zaragoza), v. 18, p. 33-43, 2012. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/viewFile/3971/3704>>. Acesso em: 21 set. 2013.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in Information Science: Eleven approaches – traditional well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, p.422-462, 2002.

_____. Domain analysis in Information Science. In: **ENCYCLOPEDIA OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE.** New York: Dekker, 2004. p.1-7.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.46, n.6, p.400-425, Jul. 1995.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO). [Dados Dispersos]. Disponível em: <<http://www.isko.org/>>. Acesso em: 28 jul 2014.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KAULA, Prithvi N. **Repensando os conceitos no estudo da classificação**. 1982. Disponível em: <<http://www.conexao.org.com/bit>> acesso em: 10 ago. 2013.

KOBASHI, Nair Yumiko. Estudos de institucionalização social e cognitiva da pesquisa científica no Brasil: reflexões sobre um programa de pesquisa. In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.) **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 191-204. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

KOBASHI, Nair Yumiko; SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/abr01/Art_03.htm>. Acesso em: 02 fev. 2013.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica do Grupo Temma. **Informação & informação**, Londrina, v. 16, p. 92-121, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391/0>> Acesso em: 9 Abr. 2012.

_____. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna. W. Os ENANCIBs e a Ciência da Informação brasileira: introdução. In: _____. **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 11-21.

LOPES, Sílvia. *et al.* A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. In: ACTAS DOS CONGRESSOS NACIONAIS DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/10>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

LÓPEZ YEPES, José. **Teoría de la Documentación**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.

LOUREIRO-ALVES, Monica de Fátima. **Conhecendo um campo de estudo**: aspectos da institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação Em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo (USP), 2010.

LUCAS, Elaine de Oliveira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; GONZALEZ, José Antonio Moreiro. Abordagem da linguagem na produção científica do campo da organização do conhecimento (KO). In: I Congresso ISKO Espanha Portugal/XI Congresso ISKO España, 2013, Porto. Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Anais... ISKO**, 2013. v. 1. p. 1009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gracy Kelli; MORAES, João Batista Ernesto. Sistematização de conteúdos em organização e representação do conhecimento: um estudo nos periódicos de Ciência da Informação no Brasil. In: Fernanda Ribeiro; Maria Elisa Cerveira (Org.). **Informação e/ou Conhecimento**: as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras do Porto CETAC. MEDIA, 2013, p. 421-436. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, Ailin. Institucionalización cognitiva en el campo de la información en Cuba: Estudio de las tesis doctorales defendidas en esta área del conocimiento. **Ciencias de la Información**, Cuba, v. 42, n. 1, jan/abr. 2011, p. 5-13.

Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181418901002>>. Acesso em 16 jun 2013.

MATURANA, Humberto. R.; VARELA, Francisco. J. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKII, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica (a propósito do escopo da informática). In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980 p. 71-89.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MIRANDA, Antônio. **Ciência da informação**: teoria e metodologia de uma área em expansão. Brasília: Thesaurus, 2003.

MONTEIRO, Silvana Drumond; GIRALDES, Maria Júlia Carneiro. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.18, n.3, p. 13-27, set./dez. 2008.

MORAES, Alice Ferry de; ARCELLO, Etelvina Nunes. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.10, n.2, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 3**: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1452>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

MURGUIA, Eduardo Ismael; SALES, Rodrigo de. Práticas Discursivas na Organização Do Conhecimento: Otlet, Bliss e Isko. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa. (Org.). **Informação e/ou Conhecimento**: as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras do Porto; CETAC/ MEDIA, 2013, p. 421-436. Disponível em: <<https://ocs.letras.up.pt/index.php/ISKO/ISKO>>. Acesso em: 20 dez 2013.

MOYA-ANEGÓN, F.; HERRERO-SOLANA, V. Análisis de dominio de la revista mexicana Investigación Bibliotecológica. **Información, cultura y sociedad**, nº 5, pp. 10-28, 2001.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 30-48, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007431&dd1=765e0>>. Acesso em: 12 ago 2013.

OLIVEIRA, Mara Janaína de. **Institucionalização da pesquisa científica: estudo do repertório metodológico das dissertações defendidas em dois Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**. Campinas, 2008. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009.

_____. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PALERMITI, Rosalba.; POLITY, Yolla. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive dès sciences de l'information. In: BOURE, R. **Les origenes des sciences de l'information et de la communication: regards croisés**. Paris: PUS, 2002. p. 95-123.

PEDROSO IZQUIERDO, Evelyn. Breve historia del desarrollo de la Ciencia de la Información. **ACIMED**, v. 12, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352004000200007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio. 2013.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Cenárioda pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da

Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, UFBA, 2007. Disponível em:
<<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/GT1--226.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINTO, Virgínia Bentes; MEUNIER, Jean-Guy; SILVA NETO, Casemiro. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, p. 15-35, 1º sem.2008. Disponível em;
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1153/878>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leitura:** Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n.2, p. 19-33, 1998. Disponível em <
<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf> > Acesso em: 02 fev. 2013.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the work of the International Institute of Bibliography/International Federation for documentation and Information (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, n. 48, p. 289-300, Abr. 1997.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas: ontología, epistemología, metodología e interdisciplinar. **DataGramaZero:** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em:
<http://www.datagramazero.org.br/ago08/F_I_art.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014.

RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa. Apresentação. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa. (Org.). **Informação e/ou Conhecimento:** as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras do Porto; CETAC/ MEDIA, 2013, p. 15. Disponível em:
<<https://ocs.letras.up.pt/index.php/ISKO/ISKO>>. Acesso em: 20 dez 2013.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: SSRR Informações, 2003.

_____. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, v. 7, n.1, p. 19-42, marc. 2011. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência**: da Antiguidade ao Renascimento Científico. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio. 2013.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 35-47, 1998. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.41-62, jan./abr., 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHREINER, H. B. **Considerações históricas acerca do valor das classificações Bibliográficas**. 1979. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/schreiner/index.htm>>. Acesso em : 21 set 2013.

SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron; ALMEIDA, Carlos Cândido de ; MOREIRA, Walter. Diretrizes para análise conceitual: as perspectivas de Hjørland, Dahlberg e Lakoff. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (Orgs.). **Informação e/ou conhecimento**: as duas faces de Jano: atas do I Congresso ISKO Espanha e Portugal e XI Congresso ISKO Espanha. Porto – Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA, 2013. p. 589-602.

SHERA, Jesse H. **Padrão, estrutura e conceituação na classificação**. 1957. Disponível em: <www.conexaorio.com/bit/shera/index.htm>. Acesso em: 26 set 2013.

SHERA, Jesse Hauk; EGAN, Margaret Elizabeth. (Eds.) **Bibliographic Organisation**. Chicago: University of Chicago, 1951.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. A Ciência da Informação no Brasil e sua frente de pesquisa: estudo cienciométrico sob a ótica da institucionalização da pesquisa científica (1995-2005). **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação v. 13, n. 26, 2008a.

_____. Rede de Textos Científicos na Ciência da Informação: análise cienciométrica da institucionalização de um campo científico. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da

Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, jun/2008b. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/jun08/Art_01.htm> . Acesso em: 25 maio 2013.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez.. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1124/771>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

_____. Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.1, p. 14-33, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/186/217>>. Acesso em: 21 jun 2013.

SMIRAGLIA, Richard P. ISKO 11's Diverse Bookshelf: an editorial. **Knowledge Organization**, v. 38, n.3, p. 179-186, 2011.

SMIT, Johanna W; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. **Ciência da Informação**: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.) **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 27-46. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2013.

SOUZA, Edivanio Duarte de. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.22, n.esp, p.49-64, 2012. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/13297>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense. A integração disciplinar na ciência da informação: os não-ditos sobre essa familiar desconhecida. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, Abr. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: NUP, 1998. (Coleção Cadernos CED).

SOUZA, Rosali Fernandez; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, p. 41-58, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a04v14nspe.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2013.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientiométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 27, out. 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/349/1690>. Acesso em: 29 Jul. 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2012.

_____. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v.30, n.3/4, p.191-195, 2003.

TORRES, Julio Santiago; TORNAY-MEJIAS, Francisco; GOMEZ-MILAN, Emilio. La organización del conocimiento. In: _____. **Procesos psicológicos básicos**. MCGRAW-HILL: Madrid, 1999.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 1987. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html5/283> >. Acesso em: 24 set 2013.

WHITLEY, Richard. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas. In: WHITLEY, Richard. **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

_____. **The Intellectual and Social Organisation of the Sciences**. Oxford: Clarendon Press, 2000.

ZANDONADE, Tarciso. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2003.

**APENDICE A – Variações para Organização e Representação do Conhecimento nos
Artigos Analisados**

TERMO
Organização da Informação
Organização da Informação e do Conhecimento
Organização da Informação e do Conhecimento Registrado
Organização de Conceitos
Organização de Conhecimentos e Informações
Organização de Conteúdo
Organização de Conteúdos
Organização de Conteúdos do Conhecimento
Organização de Documentos
Organização de Domínio de Conhecimento
Organização de Domínios do Conhecimento
Organização de Informação
Organização do Conhecimento
Organização do Conhecimento e da Informação
Organização do Conhecimento e Representação da Informação
Organização do Conhecimento Registrado
Organização do Conteúdo Informacional
Organização Documental
Organização Documentária
Organização dos Registros do Conhecimento
Organização e a Representação do Conhecimento Registrado
Organização e Recuperação da Informação
Organização e Recuperação do Conhecimento
Organização e Representação da Informação
Organização e Representação da Informação e do Conhecimento
Organização e Representação de Conteúdo
Organização e Representação de Domínios de Conhecimento
Organização e Representação do Conhecimento
Organização e Representação Documentária
Organização e Representação Informação
Organização e Representação Temática
Organização e Tratamento da Informação
Organização Intelectual do Conhecimento
Organização Semântica
Organização Temática
Organização Temática da Informação

Representação Bibliográfica
Representação Conceitual
Representação da Informação
Representação da Informação Documentária
Representação da Informação e do Conhecimento
Representação da Organização do Conhecimento
Representação de Conhecimento
Representação de Conteúdo
Representação de Conteúdos
Representação de Dados
Representação de Documentos
Representação de Domínios
Representação de Domínios de Conhecimento
Representação de Informação
Representação Descritiva
Representação do Conhecimento
Representação do Conhecimento e da Informação
Representação do Documento
Representação Documental
Representação Documentária
Representação e a Organização do Conhecimento
Representação e Organização da Informação
Representação e Organização de Informação e Conhecimento
Representação e Organização do Conhecimento
Representação Informacional
Representação Temática
Representação Temática da Informação
Representação Temática de Documentos

APENDICE B – Artigos Analisados

AUTORES	TÍTULO	EVENTO
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Dicionário Terminológico de Políticas Culturais	II ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara	Metodologias para a construção de Linguagens Documentárias Políticas Culturais (título provisório)	II ENANCIB
Nair Yumiko Kobashi	A contribuição da Terminologia para a construção de Linguagens de Indexação: Estudo Exploratório	II ENANCIB
Rosali Fernandez de Souza	A Representação do Conhecimento vista através de Estruturas Classificatórias no Contexto da Organização e Recuperação da Informação	II ENANCIB
Cristina Valente Manasfi; Rosali Fernandez de Souza	A Representação de uma Área do Conhecimento através do Estudo de sua Evolução utilizando Abordagens Distintas	III ENANCIB
Cristina Valente Manasfi; Rosali Fernandez de Souza	Organização do Conhecimento em Estruturas Classificatórias para Instituições de Gestão de C & T	III ENANCIB
José Augusto Chaves Guimarães	A Diplomática como aparato metodológico no processo de Análise Documentária no Âmbito Jurídico	III ENANCIB
José Augusto Chaves Guimarães	Ementas Jurisprudenciais: Subsídios teóricos-metodológicos para sua elaboração	III ENANCIB
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Linguística Documentária: delimitações do campo e conceitos teóricos e metodológicos	III ENANCIB
Nair Yumiko Kobashi	A Informação Documentária	III ENANCIB
Eduardo Wense Dias; Madalena Martins Lopes Naves; Maria Aparecida Moura	Usuários e a análise de assunto	IV ENANCIB
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A produção bibliográfica brasileira na área de tratamento e tecnologia da informação a partir de 1968	IV ENANCIB
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A criação de um protótipo hipertextual para instrução do CCAA2	IV ENANCIB
José Augusto Chaves Guimarães; Mário Guido Barité; Gustavo Liberatore; Fabiana Miranda; Ivete Socorro dos Santos	Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do MERCOSUL: análise e perspectivas de um core curriculum à luz da organização do conhecimento (projeto integrado financiado pelo CNPq)	IV ENANCIB
Maria Aparecida Moura; Ana Paula Silva	Identificação e Análise das Contribuições da Semiótica e da Semiologia para a Construção de Linguagens de Indexação - 1998 - 2000	IV ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara	Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas	IV ENANCIB
Marisa Bräscher	Tratamento automático de ambiguidades na recuperação da informação	IV ENANCIB
Patricia Marie Jeanne Cormier; Rosali Fernandez de Souza	Sistema de atendimento a clientes da Caixa Econômica Federal: uma abordagem para o tratamento das informações	IV ENANCIB

Rosali Fernandez de Souza; Carlos Alberto Ferreira; José Eduardo do Grado Cordeiro Pereira	A Produção em Ciência e a Literatura Cinzenta: uma contribuição para a discussão de indicadores de produtividade científica	IV ENANCIB
Brígida Maria Nogueira Cervantes; Mariângela Spotti Lopes Fujita; Maria Isabel Asperti Nardi	Pesquisa terminológica para a elaboração de linguagem documentária.	V ENANCIB
José Augusto Chaves Guimarães; Jane Coelho Danuelo; Pedro José Menezes	Ensino de tratamento temático da informação (T.T.I.) nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul : uma análise de capacitação e produção científica docente com vistas ao delineamento de políticas integradas para área	V ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos	Estudo comparativo de modelos de representação de domínios de conhecimento: uma investigação interdisciplinar.	V ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara	Conceitos linguísticos fundamentais para a organização e disseminação de informações	V ENANCIB
Milena Polsinelli Rubi; Mariângela Spotti Lopes Fujita	Política de indexação na visão dos indexadores	V ENANCIB
Rosali Fernandez de Souza; Carlos Alberto Ferreira; Rosângela Silva Carvalho; Roberta Pereira da Silva	Organização e representação do conhecimento em ciência no Brasil: as seções de comunicações apresentadas às reuniões anuais da SBPC no período 1956 - 2001	V ENANCIB
Carlos Henrique Marcondes	Da comunicação científica ao conhecimento público: artigos científicos digitais como bases de conhecimentos	VI ENANCIB
Eliane Aparecida Borba; Mariângela Spotti Lopes Fujita	O papel do professor na formação inicial do indexador em leitura documentária para indexação: o uso do modelo de leitura e protocolo verbal interativo como recursos de aprendizagem	VI ENANCIB
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Modelo hipertextual - MHTX: um modelo para organização hipertextual de documentos	VI ENANCIB
Lúcia Maria Barbosa do Nascimento; José Augusto Chaves Guimarães	A eficácia probatória do documento como subsídio à organização da informação jurídico-digital: uma reflexão acerca dos avanços teóricos da diplomática	VI ENANCIB
Manoel Palhares Moreira; Maria Aparecida Moura	Geração automática de tesouros: abordagem conceitual e viabilidade tecnológica	VI ENANCIB
Maria Aparecida Moura	Representação informacional e as temáticas nacionais: desafios e tendências para a elaboração de linguagens de indexação	VI ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos	A problemática da compatibilização terminológica e a integração de ontologias: o papel das definições conceituais	VI ENANCIB
Mariângela Spotti Lopes Fujita; João Batista Ernesto de Moraes; Igor A. D. Pedrini	O tema na narrativa ficcional: uma abordagem cognitivista	VI ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara	Uma teoria terminológica para um conceito contemporâneo de informação	VI ENANCIB

	documentária	
Marisa Bräscher; Ana Karla Souza de Oliveira	Organização de conteúdos do serviço brasileiro de repostas técnicas - SBRT	VI ENANCIB
Marisa Luvizutti Coiado Martinez; José Augusto Chaves Guimarães	Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito	VI ENANCIB
Renato Rocha Souza	Uma proposta de metodologia para indexação automática utilizando sintagmas nominais	VI ENANCIB
Rodrigo Rabello da Silva; José Augusto Chaves Guimarães	A contribuição do método diplomático e da indexação sistemática de Kaiser para a análise documental de conteúdo de ementas jurídicas: uma experimentação com projetos legislativos	VI ENANCIB
Rogério Aparecido Sá Ramalho; Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti; Mariângela Spotti Lopes Fujita	Web semântica: aspectos interdisciplinares para a organização e recuperação de informações	VI ENANCIB
Rosali Fernandez de Souza	Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação	VI ENANCIB
Vera Regina Casari Boccato; Mariângela Spotti Lopes Fujita	Avaliação do vocabulário controlado DECS - descritores em ciências da saúde em fonoaudiologia na perspectiva do usuário: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verba	VI ENANCIB
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A análise facetada na modelagem conceitual para organização hipertextual de documentos acadêmicos: sua aplicação no protótipo MHTX (mapa hipertextual)	VII ENANCIB
Johanna Wilhelmina Smit; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Sistemas de recuperação de informação e memória	VII ENANCIB
José Augusto Chaves Guimarães; Fabio Assis Pinho	Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.)	VII ENANCIB
Luana Farias Sales; Maria Luiza de Almeida Campos; Hagar Espanha Gomes	Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais e sua aplicação	VII ENANCIB
Luciana Reis Malheiros; Carlos Henrique Marcondes	A identificação de novas descobertas científicas através da análise do conhecimento contido em artigos científicos	VII ENANCIB
Manoel Palhares Moreira; Maria Aparecida Moura	Ambiente para manutenção semi-automatizada de tesouros	VII ENANCIB
Marcel Ferrante Silva; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima; Graciane Silva Bruzinga Borges	Interfaces hipertextuais para a representação da informação	VII ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos	Integração de ontologias: o domínio da bioinformática e a problemática da compatibilização terminológica	VII ENANCIB
Mariângela Spotti Lopes Fujita	Abordagem cognitiva e sócio-cognitiva da leitura documentária na formação inicial do indexador: análise da perspectiva individual em contexto sócio cultural	VII ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Linguística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas	VII ENANCIB

Marilda Lopes Ginez de Lara; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Linguística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas	VII ENANCIB
Carlos Cândido de Almeida; José Augusto Chaves Guimarães	Peirce e a ciência da informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação	VIII ENANCIB
Fernanda Monteiro; Marisa Bräscher	Organização da informação em repositórios temáticos: o uso da modelagem conceitual	VIII ENANCIB
Fernanda Passini Moreno; Marisa Bräscher	Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata	VIII ENANCIB
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Gerenciamento do conteúdo semântico no protótipo APA hipertextual - MHYX: perspectivas	VIII ENANCIB
Graciane Silva Bruzina Borges; Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações	VIII ENANCIB
Hildenise Ferreira Novo; Maria Luiza de Almeida Campos	Taxonomias de domínios interdisciplinares: uma experiência com a área de geoquímica ambiental	VIII ENANCIB
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza; Maria Luiza de Almeida Campos	Avaliação de linguagem de indexação aplicada à informação jornalística: estudo de caso	VIII ENANCIB
Julia Aparecida Gonçalves; Renato Rocha Souza	Uma proposta taxonômica para o estabelecimento de relações em ontologias: contribuições da ciência da informação	VIII ENANCIB
Marcel Ferrante Silva; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Estudo comparativo entre interfaces hipertextuais de softwares para a representação do conhecimento	VIII ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos ; Hagar Espanha Gomes	Taxonomia e classificação: a categorização como princípio	VIII ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos ; Laura de Lira e Oliveira; Linair Maria Campos; Luciana Reis Malheiros; Leonardo Cruz da Costa	Ontologias: representando a pesquisa na área através de mapa conceitual	VIII ENANCIB
Maria Luzinete Euclides; Mariângela Spotti Lopes Fujita	Representação das necessidades de informação na organização da informação	VIII ENANCIB
Marilda Lopes Ginez de Lara	Informação, informatividade e linguística documentária: paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro	VIII ENANCIB
Rafael dos Santos Nonato; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A teoria do conceito aplicada à determinação de links hipertextuais: considerações sobre modelagem conceitual	VIII ENANCIB
Rosali Fernandez de Souza ; Roberta Pereira da Silva	Organização e representação do conhecimento no contexto de gestão e avaliação: domínios interdisciplinares em ciência e tecnologia	VIII ENANCIB
Rose Marie Santini; Rosali Fernandez de Souza	Recuperação da informação de música e a Ciência da Informação: tendências e desafios de pesquisa	VIII ENANCIB
Suely Moraes Cerávolo; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação	VIII ENANCIB
Carlos Cândido de Almeida; José Augusto	Análise peirceana do processo de	IX ENANCIB

Chaves Guimarães	indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação.	
Daniela Lucas da Silva; Renato Rocha Souza ; Maurício Barcellos Almeida	Uma comparação de metodologias para construção de ontologias e vocabulários controlados	IX ENANCIB
Emanuel G. F. Guedes; João Batista Ernesto de Moraes	O processo de identificação de assuntos para a representação da informação: uma análise do conceito Aboutness	IX ENANCIB
Julia Aparecida Gonçalves; Renato Rocha Souza	Relações e conceitos em ontologias: contribuições das teorias de Farradane e Dahlberg	IX ENANCIB
Leonardo Cruz da Costa; Carlos Henrique Marcondes	Um ambiente para edição, extração e representação do conhecimento contido em artigos científicos publicados na web	IX ENANCIB
Maria Carolina Gonçalves; Mariângela Spotti Lopes Fujita	A indexação em catálogos on-line na percepção de usuários integrantes de grupos de pesquisa: uma contribuição ao desenvolvimento de política de indexação em rede de bibliotecas universitárias	IX ENANCIB
Maria Luiza Machado Campos; Kauê Felipe Freitas; Maria Luiza de Almeida Campos ; Hagar Espanha Gomes; Linair Maria Campos	O uso de tesouro como base terminológica para a elaboração de ontologias de domínio: uma experiência com o domínio do folclore e cultura popular	IX ENANCIB
Marisa Bräscher ; Lígia Maria Arruda Café	Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?	IX ENANCIB
Roberta Caroline Vesú Alves; João Batista Ernesto de Moraes	Análise documental de textos literários infanto-juvenis: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema	IX ENANCIB
Sergio Ricardo Ferreira Síndico; Rosali Fernandez de Souza	A Medicina e sua representação em linguagens documentárias: marcos na evolução dos ambientes e ferramentas de tratamento da informação	IX ENANCIB
Suely Moraes Cerávolo; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	Linguagem de especialidade e a elaboração da noção de campo científico: o caso da Museologia	IX ENANCIB
Cristina Dotta Ortega; Marilda Lopes Ginez de Lara	A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários	X ENANCIB
Daniela Lucas da Silva; Renato Rocha Souza ; Maurício Barcellos Almeida	Princípios Metodológicos para Construção de Ontologias: uma abordagem interdisciplinar	X ENANCIB
Deise Maria Antônio; João Batista Ernesto de Moraes	O percurso gerativo de sentido aplicado à análise documental de textos narrativos de ficção: perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias	X ENANCIB
Luciana Reis Malheiros; Carlos Henrique Marcondes	Identificação de traços de descobertas científicas pela comparação da conclusão de artigos de ciências biomédicas com ontologias na web	X ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos	Aspectos semânticos da compatibilização terminológica entre ontologias no campo da Bioinformática	X ENANCIB
Nair Yumiko Kobashi ; Joliza Chagas Fernandes	Pragmática linguística e organização da informação	X ENANCIB
Symball Rufino de Oliveira; Marisa Bräscher	Avaliação de Sistema Recuperação de Informação Jurídica: Uma Aplicação do Modelo de Raciocínio Baseado em Casos	X ENANCIB
Ana Cristina de Albuquerque; João Batista	Teoria da classificação e documentos	XI ENANCIB

Ernesto de Moraes	fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus	
Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Proposta de modelo de leitura para extração de conceitos: criação de taxonomia facetada para navegação em bibliotecas digitais de teses e dissertações	XI ENANCIB
Carlos Alberto Correa; Nair Yumiko Kobashi	Estudos de aplicações da lógica paraconsistente em um modelo híbrido de indexação automática	XI ENANCIB
Carlos Henrique Marcondes	Um modelo semântico de publicações eletrônicas	XI ENANCIB
Daniela Lucas da Silva; Renato Rocha Souza ; José Alimatéia de Aquino Ramos	Representação da informação e do conhecimento em sistemas de informações: contribuições de campos interdisciplinares	XI ENANCIB
Elisângela Cristina Aganette; Lídia Alvarenga; Renato Rocha Souza	Taxonomias corporativas: um estudo sobre definições e etapas de construção fundamentado na literatura publicada	XI ENANCIB
Jackson da Silva Medeiros; Maria Luiza de Almeida Campos	Tesaurus conceituais e ontologias de fundamentação: modelos conceituais para representação de domínios	XI ENANCIB
Linair Maria Campos; Maria Luiza de Almeida Campos ; Maria Luiza Machado Campos	Diretrizes para definição de domínio no reuso de ontologias biomédicas: uma abordagem baseada na análise do compromisso ontológico	XI ENANCIB
Marcus Granato; Claudia Penha dos Santos; Zenilda Ferreira Brasil; Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro; Rosali Fernandez de Souza	Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa: concepção e resultados preliminares	XI ENANCIB
Natália Bolfarini Tognoli; José Augusto Chaves Guimarães	Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea	XI ENANCIB
Roger de Miranda Guedes; Maria Aparecida Moura ; Eduardo José Wense Dias	A abordagem dialógica na indexação social	XI ENANCIB
Rose Marie Santini; Rosali Fernandez de Souza	Classificação colaborativa de conteúdos não-textuais na internet: as novas formas de mediação e organização da informação da música através da folksonomia	XI ENANCIB
Alessandra Rodrigues da Silva; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A teoria clássica de categorização e os princípios	XII ENANCIB
Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Taxonomia facetada navegacional: agregando valor às informações disponibilizadas em bibliotecas digitais de teses e dissertações	XII ENANCIB
Carlos Alberto Correa; Nair Yumiko Kobashi	Indexação automática e visualização de informações: um estudo baseado em Lógica paraconsistente	XII ENANCIB
Fábio Assis Pinho; José Augusto Chaves Guimarães	A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina	XII ENANCIB
Jackson da Silva Medeiros; Maria Luiza de Almeida Campos	Tesaurus conceituais e ontologias de fundamentação: análise comparativa entre as bases teórico-metodológicas utilizadas em seus modelos de representação de domínios.	XII ENANCIB
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza;	Identificação de categorias informacionais	XII ENANCIB

Rosali Fernandez de Souza	para representação de imagens fotográficas fixas em bancos de imagem comerciais	
Juliana de Assis; Maria Aparecida Moura	Indicadores de qualidade da informação em sistemas baseados em Folksonomia: uma abordagem semiótica	XII ENANCIB
Julietti de Andrade; Marilda Lopes Ginez de Lara	A linguística documentária e a análise de domínio na organização da informação	XII ENANCIB
Laura de Lira e Oliveira; Maria Luiza De Almeida Campos ; Hagar Espanha Gomes	Organização dos conteúdos de conhecimento para sites: representação das atividades de pesquisa em Laboratório Científico de Biologia Molecular	XII ENANCIB
Linair Maria Campos; Maria Luiza de Almeida Campos ; Maria Luiza Machado Campos; Miguel Gabriel Prazeres de Carvalho	A importância dos pressupostos ontológicos como base para o uso articulado de ontologias no contexto da web semântica	XII ENANCIB
Maria Aparecida Moura	Semiose e análise de assunto em ícones comemorativos da Google: implicações da experiência colateral na representação da informação iconográfica em ambientes digitais	XII ENANCIB
Maurício Barcellos Almeida; Kátia Cardoso Coelho; André Queirzo Andrade; Luciana E. Santos Carneiro; Joel Augusto Oliveira; Fabrício Martins Mendonça; Renato Rocha Souza	O Blood Project: uma iniciativa para organização da informação em Biomedicina	XII ENANCIB
Suellen Oliveira Milani; José Augusto Chaves Guimarães	Biases na representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras	XII ENANCIB
Tatiana de Almeida; Rosali Fernandez de Souza	O vocabulário controlado como instrumento de organização	XII ENANCIB
Walter Moreira; Marilda Lopes Ginez de Lara	Relações conceituais e categorias filosóficas: aportes das ontologias e da terminologia para a representação do conhecimento	XII ENANCIB
Anderson Luiz Cardoso Rodrigues; Rosali Fernandez de Souza	O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação	XIII ENANCIB
Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Aplicabilidade do uso de vocabulário controlado na indexação de documentos acadêmicos: estudo das relações semânticas para minimizar a ambiguidade terminológica entre o usuário e o SRI	XIII ENANCIB
Daniela Lucas da Silva; Renato Rocha Souza	Vocabulários e metadados para descrição de recursos multimídia: uma perspectiva de organização e representação do conhecimento no espaço digital.	XIII ENANCIB
Eduardo Ribeiro Felipe; Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	A importância dos metadados em bibliotecas digitais: da organização à recuperação da informação	XIII ENANCIB
Fernando Ewerton Fernandez Junior; Rosali Fernandez de Souza	Classificação e relevância no discurso jornalístico: paralelos entre agências de notícia transnacionais e usuários de sistemas de informação	XIII ENANCIB
João Batista Ernesto de Moraes ; Deise Sabbag	Perspectivas para a análise documental de textos narrativos de ficção.	XIII ENANCIB
Joliza Chagas Fernandes; Nair Yumiko Kobashi	Relações de significação em ontologias	XIII ENANCIB
Linair Maria Campos; Maria Luiza de	Dados abertos interligados e o espaço do	XIII ENANCIB

Almeida Campos ; Dalmo Valerio Machado de Lima; Miguel Gabriel Prazeres de Carvalho	profissional de informação: uma aplicação no domínio da Enfermagem	
Ludmila Salomão Venâncio; Maria Aparecida Moura	De termos isolados a contextualizados: análise das estratégias argumentativas dos discursos de candidatura de Dilma e Serra.	XIII ENANCIB
Maria Luiza de Almeida Campos ; Linair Maria Campos	A organização do conhecimento e suas teorias de representação: a ontologia de fundamentação como um modelo teórico para a representação de domínios	XIII ENANCIB
Rosali Fernandez de Souza	Universo de Ciência e Tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento.	XIII ENANCIB
Aline Elis Arboit; José Augusto Chaves Guimarães	Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin	XIV ENANCIB
Ana Cláudia Ferreira Messias; Maria Luiza de Almeida Campos	Descritores em ciências da saúde (decs): um estudo de compatibilidade semântica na área de tecnologia de alimentos	XIV ENANCIB
Brisa Pozzi de Sousa; Mariângela Spotti Lopes Fujita	Estudo do processo de indexação: o caso de bibliotecas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (if's) da região sudeste	XIV ENANCIB
Daniela Lucas da Silva; Renato Rocha Souza	Representação de documentos multimídia: dos metadados às anotações semânticas	XIV ENANCIB
Darlene Alves Bezerra; Carlos Henrique Marcondes	O modelo FRBR e a busca de semântica na catalogação e recuperação de informações em ambientes digitais	XIV ENANCIB
Francisco Lopes de Aguiar; Nair Yumiko Kobashi	Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre ciência da informação e arquivologia	XIV ENANCIB
Gabriela Previdello Orth; Marilda Lopes Ginez de Lara	Redes e agentes da arte digital: iniciativas para o tratamento da informação	XIV ENANCIB
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza; Rosali Fernandez de Souza	Indexação de fotografias para uso na publicidade: proposta para análise conceitual	XIV ENANCIB
Joice Rodrigues Teixeira; Renato Rocha Souza	Conversão de Tesouros em Ontologias: um estudo exploratório	XIV ENANCIB
Leila Cristina Weiss; Marisa Bräscher	Princípios teóricos para o estabelecimento de relações semânticas em tesouros	XIV ENANCIB
Luiz Antônio Lopes Mesquita; Renato Rocha Souza ; Renata Maria Abrantes Baracho	Caracterização de Teses de Oito Áreas de Conhecimento: uma análise para o desempenho de indexação automática através de sintagmas nominais.	XIV ENANCIB
Naira Christofolletti Silveira; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	A Relação entre a Autoria, o Documento e o Usuário	XIV ENANCIB
Priscila Oliveira da Mata; Maria Aparecida Moura	Os Spams e a Polifonia Informacional: Práticas de Indexação Social e o Comportamento Linguageiro dos Spammers em Sites de Compartilhamento de Vídeos	XIV ENANCIB
Renata Lourenço Mendes; Rosali Fernandez de Souza	O Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal e a Organização e Representação da	XIV ENANCIB

	Informação na Fiocruz	
Roberta Caroline Vesú Alves; Walter Moreira; João Batista Ernesto de Moraes	Representação de Conteúdo em Rede Social de Leitores: Análise da Folksonomia para Compreensão das Perspectivas de Representação de Conteúdo de Obras Literárias	XIV ENANCIB
Solange de Oliveira Santos; Maria Luiza de Almeida Campos	Análise do Portal IBGE À Luz da Arquitetura de Informação e da Teoria da Classificação Facetada	XIV ENANCIB
Carlos Henrique Marcondes	Organização e representação do conhecimento em ambientes digitais: as relações entre ontologia e organização do conhecimento	I ISKO-Brasil
Deise Maria Antonio; João Batista Ernesto de Moraes	Análise documental de obras de ficção: a indexação na perspectiva do percurso gerativo de sentido	I ISKO-Brasil
Fabio Assis Pinho; José Augusto Chaves Guimarães	Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina	I ISKO-Brasil
Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da ECI/UFMG: pesquisa em organização e representação do conhecimento	I ISKO-Brasil
José Augusto Chaves Guimarães	A ISKO-Brasil e suas perspectivas de interlocução em âmbito internacional	I ISKO-Brasil
José Augusto Chaves Guimarães; Rodrigo de Sales	Concepções de análise documental: um estudo comparativo a partir dos universos acadêmicos brasileiro e espanhol em Ciência da Informação	I ISKO-Brasil
Maria Aparecida Moura	Interoperabilidade semântica e a consolidação das ontologias semióticas na construção e uso de conceitos em ambientes digitais científicos	I ISKO-Brasil
Maria Aparecida Moura; Ludmila Salomão Venâncio; Valéria Ramos de Amorim	Traídos pela palavra? Negociações linguageiras políticas e suas repercussões na organização e recuperação da informação em contexto	I ISKO-Brasil
Maria Luiza de Almeida Campos; Sheila Almeida da Silva; Carla Maria S. Lima	Levantamento dos Grupos de Pesquisa no âmbito da ISKO: identificação da comunidade científica no domínio da Ciência da Informação e Ciência da Computação no Brasil	I ISKO-Brasil
Marilda Lopes Ginez de Lara	O tema da organização e representação do conhecimento na pós-graduação da ECAUSP	I ISKO-Brasil
Marisa Bräscher	Visibilidade científica e interlocução internacional em organização e representação do Conhecimento	I ISKO-Brasil
Raquel Barioni Abdala; Nair Yumiko Kobashi	Ciência da Informação: reflexões sobre a constituição de um campo científico	I ISKO-Brasil
Renato Rocha Souza; Flávio Coelho; Suemi Higuchi; Daniela Lucas da Silva	Pesquisas em Organização de Informação na FGV: O Portal Semântico do CPDOC	I ISKO-Brasil
Carlos Henrique Marcondes	UMLS como suporte ao processamento semântico de artigos em ciências biomédicas	II ISKO-Brasil
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza; Rosali Fernandez de Souza	Representação de fotografias para publicidade em bancos de imagens: princípios para análise	II ISKO-Brasil
José Augusto Chaves Guimarães	A presença brasileira no cenário de	II ISKO-Brasil

	produção científica da ISKO	
Juliana de Assis; Maria Aparecida Moura	A norma ISO 25964 e a semântica latente das folksonomias	II ISKO-Brasil
Maria Aparecida Moura	Autopoiesis e formação discursiva na consolidação de linguagens de indexação	II ISKO-Brasil
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo ; Giovana Deliberali Maimone	A integração museu/biblioteca na organização e representação do conhecimento de documentos artísticos	II ISKO-Brasil
Maria Luiza de Almeida Campos	Ontologias e Definições: a explicitação do compromisso ontológico	II ISKO-Brasil
Maria Luiza de Almeida Campos ; Rosana P. Tavares de Moraes	Mapeamento conceitual sob o enfoque da Análise de Domínio: uma discussão de conceitos fundamentais	II ISKO-Brasil
Mariângela Spotti Lopes Fujita	A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento	II ISKO-Brasil
Marilda Lopes Ginez de Lara	Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade	II ISKO-Brasil
Marisa Bräscher	Terminologia, linguística e filosofia: contribuições interdisciplinares em artigos sobre sistemas de organização do conhecimento publicados em revistas nacionais	II ISKO-Brasil
Naira Christofolletti Silveira; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	A autoria e a representação documental	II ISKO-Brasil
Paula Regina Dal'Evedove; Roberta C.D. Tartarottiro; Mariângela Spotti Lopes Fujita ; Vera Regina Casari Boccato	A produção científica na temática indexação: análise bibliométrica de teses e dissertações no período de 2002 a 2011	II ISKO-Brasil
Viviane Neves dos Santos; Nair Yumiko Kobashi	Reflexões sobre processamento e representação automática de conhecimento	II ISKO-Brasil

APENDICE C – Grafo de Relação de Citação

